

# Anais da Assembléia

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, 14 DE MAIO DE 1973

## ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

### COMISSÕES PERMANENTES

3.a SESSÃO LEGISLATIVA DA 7.a LEGISLATURA

#### COMISSÃO EXECUTIVA

PRESIDENTE — João Mansur  
1.º VICE-PRESIDENTE — Santos Lima  
2.º VICE-PRESIDENTE — Odilon Reihardt  
1.º SECRETÁRIO — Jorge Sato  
2.º SECRETÁRIO — Muggiati Filho (M.D.B.)  
3.º SECRETÁRIO — David Federmann  
4.º SECRETÁRIO — Hélio Manfrinato (M.D.B.)

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

##### TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Costa  
VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (M.D.B.)  
Ivo Thomazoni — Ovidio Franzoni — Antonio Lopes Jr. — Erondy Silvério  
— Quielse Crisostomo — Igo Losso — Wilson Fortes — Paulo Camargo  
— Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.).

##### SUPLENTE

Gilberto Carvalho — Arthur de Souza — Borsari Neto — Fuad Nacli — Xenofonte Villanueva — Francisco Escorsin — Fabiano Braga Côrtes — Basílio Zanusso — Marciano Baraniuk — Iris M. Caldart (M.D.B.)  
SECRETÁRIO — Rita Celestino Soares  
REUNIÕES — As quartas-feiras

#### COMISSÃO DE ORÇAMENTO

##### TITULARES

PRESIDENTE — Ovidio Franzoni  
VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (M.D.B.)  
Fuad Nacli — Fabiano Braga Côrtes — Borsari Neto — Erondy Silvério — Francisco Escorsin

##### SUPLENTE

Xenofonte Villanueva — Antonio Maciel — Basílio Zanusso — Marciano Baraniuk — Igo Losso — Antonio Costa — Antonio Belinati (M.D.B.)  
SECRETÁRIO — Elcy Silva Batista  
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

#### COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

##### TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Maciel  
VICE-PRESIDENTE — Domicio Scaramella (M.D.B.)  
Lázaro Dumont — Basílio Zanusso — Arizone Araújo

##### SUPLENTE

Fuad Nacli — Borsari Neto — Ovidio Franzoni — Francisco Escorsin — Iris M. Caldart (M.D.B.)  
SECRETÁRIO — Ney Rodrigues  
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

#### COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

##### TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Lopes Jr.  
VICE-PRESIDENTE — Alvaro Dias (M.D.B.)  
Olavo Ferreira — Antonio Maciel — Rosário Pitelli

##### SUPLENTE

Gabriel Manoel — Paulo Poli — João Fadel — Ivo Thomazoni — Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)  
SECRETÁRIO — Maria Aparecida R. G. Amaral  
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

#### COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

##### TITULARES

PRESIDENTE — Domicio Scaramella (M.D.B.)  
VICE-PRESIDENTE — Gabriel Manoel  
Marciano Baraniuk — Iris M. Caldart (M.D.B.) — Alvaro Dias (M.D.B.)

##### SUPLENTE

Antonio Lopes Jr. — Ovidio Franzoni — Mauricio Fruet (M.D.B.) — Antonio Belinati (M.D.B.) — Nelson Buffara (M.D.B.)  
SECRETÁRIO — Agildes de Oliveira Martins  
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

#### COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

##### TITULARES

PRESIDENTE — Arizone Araújo  
VICE-PRESIDENTE — Domicio Scaramella (M.D.B.)  
Wilson Brandão — Xenofonte Villanueva — Ovidio Franzoni

### SUPLENTE

Marciano Baraniuk — Antonio Costa — Basílio Zanusso — Aguinaldo P. Lima — Mauricio Fruet (M.D.B.)  
SECRETÁRIO — Elza Carneiro Camargo  
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

#### COMISSÃO DE TURISMO

##### TITULARES

PRESIDENTE — Xenofonte Villanueva  
VICE-PRESIDENTE — Mauricio Fruet (M.D.B.)  
Paulo Poli — Marciano Baraniuk — Wilson Brandão

### SUPLENTE

Lázaro Dumont — Francisco Escorsin — Borsari Neto — Wilson Fortes — Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)  
SECRETÁRIO — Maria Stella do Amaral Gurgel  
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

#### COMISSÃO DE FINANÇAS

##### TITULARES

PRESIDENTE — Quielse Crisostomo  
VICE-PRESIDENTE — Alvaro Dias (M.D.B.)  
João Fadel — Fabiano Braga Côrtes — Fuad Nacli — Francisco Escorsin — Gilberto Carvalho

### SUPLENTE

Paulo Poli — Antonio Maciel — Wilson Fortes — Aguinaldo P. Lima — Rosário Pitelli — Antonio Lopes Jr. — Sebastião R. Júnior (M.D.B.)  
SECRETÁRIO — Terezinha Barbosa Moura e Claro  
REUNIÕES — As terças-feiras

#### COMISSÃO DE POLÍCIA

##### TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)  
VICE-PRESIDENTE — Arthur de Souza  
Antonio Costa — Marciano Baraniuk — Nelson Buffara (M.D.B.)

### SUPLENTE

Paulo Poli — Ivo Thomazoni — Basílio Zanusso — Mauricio Fruet (M.D.B.) — Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)  
SECRETÁRIO — Lóris Cordeiro de Barros  
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

#### COMISSÃO DE REDAÇÃO

##### TITULARES

PRESIDENTE — Gilberto Carvalho  
VICE-PRESIDENTE — Iris M. Caldart (M.D.B.)  
Gabriel Manoel — Igo Losso — Basílio Zanusso

### SUPLENTE

Xenofonte Villanueva — João Fadel — Lázaro Dumont — Antonio Lopes Jr. — Alvaro Dias (M.D.B.)  
SECRETÁRIO — Lélío Guimarães Sotto-Maior  
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

#### COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

##### TITULARES

PRESIDENTE — Paulo Poli  
VICE-PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)  
João Fadel — Arthur de Souza — Aguinaldo P. Lima

### SUPLENTE

Gilberto Carvalho — Fabiano Braga Côrtes — Antonio Maciel — Quielse Crisostomo — Domicio Scaramella (M.D.B.)  
SECRETÁRIO — José Tavares Canto Filho  
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

#### COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

##### TITULARES

PRESIDENTE — Borsari Neto  
VICE-PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)  
Aguinaldo P. Lima — Lázaro Dumont — Arthur de Souza

### SUPLENTE

Antonio Maciel — Arizone Araújo — Wilson Brandão — Wilson Fortes — Domicio Scaramella (M.D.B.)  
Divisão das Comissões, em 23 de março de 1973



DECRETOS LEGISLATIVOS:

DECRETO LEGISLATIVO N.º 209-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob n.º 753-73, de 12 de fevereiro de 1973, deste Poder,

R E S O L V E :

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, em favor de Maria Hercília Câmara Conter, ocupante do cargo de nível "PL-22", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de quatro (04) meses, correspondente ao dobro das férias relativas aos anos de 1970 e 1971, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 4 de abril de 1973.

(aa) Oswaldo Santos Lima — Presidente  
Jorge Sato — 1.º Secretário  
José Muggiati Filho — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 210-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 591-73, de 1.º de fevereiro de 1973, deste Poder,

R E S O L V E :

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, em favor de Jogueibe Marsur, ocupante do cargo de nível "PL-22", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de quatro (04) meses, correspondente ao dobro das férias relativas aos anos de 1971 e 1972, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 4 de abril de 1973.

(aa) Oswaldo Santos Lima — Presidente  
Jorge Sato — 1.º Secretário  
José Muggiati Filho — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 211-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 595-73, de 1.º de fevereiro de 1973, deste Poder,

R E S O L V E :

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo artigo 150, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, em favor de Almir Santos, ocupante do cargo de nível "PL-27", da Série de Classes de Advogado, do Grupo Ocupacional de Direito, do Quadro de Pessoal, da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1972, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 4 de abril de 1973.

(aa) Oswaldo Santos Lima — Presidente  
Jorge Sato — 1.º Secretário  
José Muggiati Filho — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 212-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 428-73, de 22 de janeiro de 1973, deste Poder,

R E S O L V E :

I — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, com fundamento no Art. 248, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, ao acervo de serviço público de Maria da Conceição Rodrigues, ocupante do cargo de nível PL "15", da Série de Classes de Auxiliar de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções, durante o primeiro quinquênio, compreendido entre 07 de janeiro de 1963 e igual data de 1968; e,

II — conceder o acréscimo de mais cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos, de acordo com o Art. 170, da mesma Lei, a partir de 07 de julho de 1972, data em que, em decorrência da incorporação correspondente ao primeiro quinquênio, completou dez (10) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de dez por cento (10%).

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 4 de abril de 1973.

(aa) Oswaldo Santos Lima — Presidente  
Jorge Sato — 1.º Secretário  
José Muggiati Filho — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 213-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 904-73, de 15 de fevereiro de 1973, deste Poder,

R E S O L V E :

I — mandar contar, para todos os efeitos legais, com fundamento no Art. 150, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, em favor de José Afonso Coelho, ocupante do cargo de nível PL "18", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de 4 (quatro) meses, correspondente ao dobro das férias relativas aos meses de 1971 e 1972, que deixou de gozar;

II — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 248, da mesma Lei, ao seu acervo de serviço público, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o primeiro quinquênio, compreendido entre 30 de janeiro de 1963 e 30 de novembro de 1967, antecipado em razão das férias referentes ao ano de 1966, contas em dobro; e,

III — conceder o acréscimo de mais cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos, de acordo com o Art. 170, do referido diploma Legal, a partir de 05 de novembro de 1970, data em que, em decorrência da incorporação correspondente ao quinquênio, completou 10 (dez) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de dez por cento (10%).

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 4 de abril de 1973.

(aa) Oswaldo Santos Lima — Presidente  
Jorge Sato — 1.º Secretário  
José Muggiati Filho — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 214-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 772-73, de 13 de fevereiro de 1973, deste Poder,

R E S O L V E :

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, em favor de José da Trindade, ocupante do cargo de nível "PL-14", da Série de Classe de Auxiliar de Plenário e Conservação, do Grupo Ocupacional de Conservação, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de quatro (04) meses, correspondente ao dobro das férias relativas aos anos de 1971 e 1972, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 4 de abril de 1973.

(aa) Oswaldo Santos Lima — Presidente  
Jorge Sato — 1.º Secretário  
José Muggiati Filho — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 215-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 594-73, de 1.º de fevereiro de 1973, deste Poder,

R E S O L V E :

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, em favor de José Olímpio Sotomaior Macedo, ocupante do cargo de nível "PL-22", da Série de Classes de Contabilidade, do Grupo Ocupacional de Contabilidade, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1972, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 4 de abril de 1973.

(aa) Oswaldo Santos Lima — Presidente  
Jorge Sato — 1.º Secretário  
José Muggiati Filho — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 216-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 1.053-73, de 21 de fevereiro de 1973, deste Poder,

R E S O L V E :

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, em favor de Josina Pereira, ocupante do cargo de nível "PL-16", da Série de Classes de Auxiliar de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1972, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 4 de abril de 1973.

(aa) Oswaldo Santos Lima — Presidente  
Jorge Sato — 1.º Secretário  
José Muggiati Filho — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 217-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 957-73, de 9 de fevereiro de 1973, deste Poder,

R E S O L V E :

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, em favor de Casemiro Marques, ocupante do cargo de nível "PL-23", da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1972, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 4 de abril de 1973.

(aa) Oswaldo Santos Lima — Presidente  
Jorge Sato — 1.º Secretário  
José Muggiati Filho — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 218-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 2071-73, de 23 de março de 1973, deste Poder,

R E S O L V E :

calocar, à disposição da Prefeitura Municipal de Curitiba, Ruben Murilo Leão Rego, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, sem prejuízo de seus vencimentos e demais vantagens a partir de 12 de março de 1973.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 4 de abril de 1973.

(aa) Oswaldo Santos Lima — Presidente  
Jorge Sato — 1.º Secretário  
José Muggiati Filho — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 219-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 220-73, de 9 de janeiro de 1973, deste Poder,

R E S O L V E :

I — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, em fundamento no Art. 248, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, ao acervo de serviço público de Izolla Glistau Barrichello, ocupante do cargo de nível PL "14", da Série de Classes de Auxiliar de Plenário e Conservação, do Grupo Ocupacional de Conservação, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o 1.º quinquênio, compreendido entre 07 de janeiro de 1963 e igual data de 1.968; e,

II — conceder o acréscimo de mais cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos, de acordo com o Art. 170, da mesma Lei, a partir de 07 de julho de 1972, data em que, em decorrência da incorporação correspondente ao primeiro quinquênio, completou dez (10) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de dez por cento (10%).

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 4 de abril de 1973.

(aa) Oswaldo Santos Lima — Presidente  
Jorge Sato — 1.º Secretário  
José Muggiati Filho — 2.º Secretário



**DECRETO LEGISLATIVO N.º 220-73**

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 7307-72, de 15 de setembro de 1972, deste Poder,

**R E S O L V E :**

mandar retificar o Decreto Legislativo n.º 466-65, de 30 de novembro de 1965, para declarar que a pensão especial atribuída a João Ferreira Neves Junior, filho menor do Ex-Deputado Estadual João Ferreira Neves, passa a ser, a partir do mês de agosto de 1972, do valor equivalente a um terço (1/3) dos subsídios de Deputado Estadual, respeitado o teto máximo estabelecido pelo § 1.º, do Art. 5.º, da Lei n.º 4.946, de 31 de outubro de 1.964, tudo na conformidade do que estabelece o § 2.º, do mesmo Artigo, combinado com o artigo 4.º, da Lei n.º 4.763, de 05 de novembro de 1963.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 4 de abril de 1973.

(aa) Oswaldo Santos Lima — Presidente  
Jorge Sato — 1.º Secretário  
José Muggiati Filho — 2.º Secretário

**DECRETO LEGISLATIVO N.º 221-73**

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 891-73, de 15 de fevereiro de 1973, deste Poder,

**R E S O L V E :**

conceder, com fundamento no parágrafo único, do Art. 247, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, a Izair Pereira Flores, ocupante do cargo de nível "PL-15", da Série de Classes de Auxiliar de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, três (03) meses de licença especial, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o primeiro quinquênio compreendido entre 07 de janeiro de 1963 e igual data de 1968.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 4 de abril de 1973.

(aa) Oswaldo Santos Lima — Presidente  
Jorge Sato — 1.º Secretário  
José Muggiati Filho — 2.º Secretário

**DECRETO LEGISLATIVO N.º 222-73**

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 887-73, de 15 de fevereiro de 1.973, deste Poder,

**R E S O L V E :**

I — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, com fundamento no Art. 248, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, ao acervo de serviço público de Dorizon Salgado Bueno, ocupante do cargo isolado de provimento efetivo, de Assistente Técnico, da Parte Suplementar, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o sexto quinquênio compreendido entre 28 de fevereiro de 1969 e 28 de dezembro de 1972, antecipado em razão da incorporação correspondente ao quinto quinquênio e das férias referentes aos anos de 1968, 1969, 1970 e 1971, contadas em dobro;

II — mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 150, da mesma Lei, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1972, que deixou de gozar; e,

III — conceder o adicional de mais cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos, de acordo com o Art. 171, da mencionada Lei, a partir de 13 de dezembro de 1972, data em que, em decorrência da incorporação correspondente ao sexto quinquênio, completou trinta e um (31) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de dez por cento (10%).

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 4 de abril de 1973.

(aa) Oswaldo Santos Lima — Presidente  
Jorge Sato — 1.º Secretário  
José Muggiati Filho — 2.º Secretário

**DECRETO LEGISLATIVO N.º 223-73**

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 884-73, de 15 de fevereiro de 1973, deste Poder,

**R E S O L V E :**

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, em favor de Laertes Luiz Foggiato, ocupante do cargo de nível "PL-30", da Série de Classes de Advogado, do Grupo Ocupacional de Direito, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1971, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 4 de abril de 1973.

(aa) Oswaldo Santos Lima — Presidente  
Jorge Sato — 1.º Secretário  
José Muggiati Filho — 2.º Secretário

**DECRETO LEGISLATIVO N.º 224-73**

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 9.378-72, de 27 de novembro de 1972, deste Poder,

**R E S O L V E :**

mandar contar, para os efeitos de aposentadoria e disponibilidade, nos termos do Art. 76, da Constituição do Estado, em favor de Ary Natal Chemin, ocupante do cargo de nível PL "22", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de um (01) ano e sete (07) dias, compreendido entre 25 de janeiro de 1.950 e 02 de fevereiro de 1951, em que prestou serviço militar obrigatório.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 4 de abril de 1973.

(aa) Oswaldo Santos Lima — Presidente  
Jorge Sato — 1.º Secretário  
José Muggiati Filho — 2.º Secretário

**DECRETO LEGISLATIVO N.º 225-73**

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 2325-73, de 29 de março de 1973, deste Poder,

**R E S O L V E :**

designar, Sofia Kolosovski, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria

desta Assembléia, para prestar serviços no Gabinete da 2.ª Secretaria, ficando autorizado na conformidade do disposto pelo Art. 176, Inciso I, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, a prestar serviços extraordinários, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos, a partir de 1.º de março de 1973.

Palácio "Dezenove de Dezembro" em 4 de abril de 1973

(aa) Oswaldo Santos Lima — Presidente  
Jorge Sato — 1.º Secretário  
José Muggiati Filho — 2.º Secretário

**DECRETO LEGISLATIVO N.º 226-73**

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 1576-73, de 12 de março de 1973, deste Poder,

**R E S O L V E :**

autorizar, na conformidade do disposto pelo Art. 176, Inciso I, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, o funcionário Paulo Cesar Pinho Dubock, a prestar serviços extraordinários percebendo gratificação correspondente a um terço (1/3) de seus vencimentos, a partir de 28 de março de 1973.

Palácio "Dezenove de Dezembro" em 4 de abril de 1973

(aa) Oswaldo Santos Lima — Presidente  
Jorge Sato — 1.º Secretário  
José Muggiati Filho — 2.º Secretário

**DECRETO LEGISLATIVO N.º 227-73**

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 2012-73, de 21 de março de 1.973, deste Poder,

**R E S O L V E :**

autorizar, na conformidade do disposto pelo Art. 176, Inciso I, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, a funcionária Ethel de Pinho Neves, a prestar serviços extraordinários percebendo gratificação correspondente a um terço (1/3) de seus vencimentos, a partir de 1.º de março de 1973.

Palácio "Dezenove de Dezembro" em 4 de abril de 1973

(aa) Oswaldo Santos Lima — Presidente  
Jorge Sato — 1.º Secretário  
José Muggiati Filho — 2.º Secretário

**DECRETO LEGISLATIVO N.º 228-72**

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 2211-73, de 27 de março de 1973, deste Poder,

**R E S O L V E :**

autorizar, na conformidade do disposto pelo Art. 176, Inciso I, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, Lazaro Caetano da Silva ora a disposição desta Assembléia, a prestar serviços extraordinários, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos, a partir de 27 de março de 1973.

Palácio "Dezenove de Dezembro" em 4 de abril de 1973

(aa) Oswaldo Santos Lima — Presidente  
Jorge Sato — 1.º Secretário  
José Muggiati Filho — 2.º Secretário

**DECRETO LEGISLATIVO N.º 229-73**

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 1318-73, de 28 de fevereiro de 1973, deste Poder,

**R E S O L V E :**

dispensar a pedido os funcionários Ruth Carvalho de Mello, Ari Natal Chemiu e Gaudencia Gil Teixeira, respectivamente, das funções de Chefe e de Auxiliares de Gabinete da 2.ª Vice Presidência, a partir de 02 de março de 1973.

Palácio "Dezenove de Dezembro" em 4 de abril de 1973

(aa) Oswaldo Santos Lima — Presidente  
Jorge Sato — 1.º Secretário  
José Muggiati Filho — 2.º Secretário

**DECRETO LEGISLATIVO N.º 230-73**

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 2023-73, de 22 de março de 1973, deste Poder,

**R E S O L V E :**

autorizar, na conformidade do disposto pelo Art. 176, Inciso I, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1.970, o funcionário José Carlos Pereira, a prestar serviços extraordinários, percebendo gratificação correspondente a um terço (1/3) de seus vencimentos, a partir de 23 de março de 1973.

Palácio "Dezenove de Dezembro" em 4 de abril de 1973

(aa) Oswaldo Santos Lima — Presidente  
Jorge Sato — 1.º Secretário  
José Muggiati Filho — 2.º Secretário

**DECRETO LEGISLATIVO N.º 231-73**

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 1915-73, de 19 de março de 1973, deste Poder,

**R E S O L V E :**

designar, para exercer as funções de auxiliar de Plenário, do Departamento Administrativo, José da Trindade, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria, ficando dispensado Nevercindo Ribeiro de Lima, da mesma função a partir de 1.º de abril de 1973.

Palácio "Dezenove de Dezembro" em 4 de abril de 1973

(aa) Oswaldo Santos Lima — Presidente  
Jorge Sato — 1.º Secretário  
José Muggiati Filho — 2.º Secretário

**DECRETO LEGISLATIVO N.º 232-73**

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 2097-73, de 23 de março de 1973, deste Poder,

**R E S O L V E :**

I — revogar, o Decreto Legislativo n.º 143-73, de 30 de março de 1973, que autorizou o funcionário Bolivar Camargo Barros, a prestar serviços extraordinários, a partir de 1.º de abril de 1973;

II — autorizar, na conformidade do disposto pelo Art. 176, Inciso I, da



Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, a funcionária Carmen Aparecida Fregonze, a prestar serviços extraordinários, percebendo gratificação correspondente a um terço (1/3), de seus vencimentos, a partir de 1.º de abril de 1973.

Palácio "Dezenove de Dezembro" em 4 de abril de 1973

(aa) Oswaldo Santos Lima — Presidente  
Jorge Sato — 1.º Secretário  
José Muggiati Filho — 2.º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO N.º 233-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 2009-73, de 21 de março de 1973, deste Poder,

#### RESOLVE:

autorizar, para prestar serviços extraordinários no Gabinete da Presidência, o funcionário Renato Eugenio Rebelo Schaftza, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%), de seus vencimentos, de conformidade do disposto pelo Art. 176, Inciso I, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, a partir de 28 de março de 1973.

Palácio "Dezenove de Dezembro" em 4 de abril de 1973

(aa) Oswaldo Santos Lima — Presidente  
Jorge Sato — 1.º Secretário  
José Muggiati Filho — 2.º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO N.º 243-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 2068-73, de 22 de março de 1973, deste Poder,

#### RESOLVE:

tornar sem efeito a autorização, para prestar serviços extraordinários concedida a funcionária Maria Conceição Rodrigues, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, a partir de 1.º de abril de 1973.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 9 de abril de 1973.

(aa) Oswaldo Santos Lima — Presidente  
Jorge Sato — 1.º Secretário  
José Muggiati Filho — 2.º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO N.º 244-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 2068-73, de 22 de março de 1973, deste Poder,

#### RESOLVE:

autorizar, na conformidade do disposto pelo Art. 176, Inciso I, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, a funcionária Hilza dos Santos Lopes, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, a prestar serviços extraordinários, percebendo gratificação correspondente a um terço (1/3) de seus vencimentos, a partir de 1.º de abril de 1973.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 9 de abril de 1973.

(aa) Oswaldo Santos Lima — Presidente  
Jorge Sato — 1.º Secretário  
José Muggiati Filho — 2.º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO N.º 245-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 1.764-73, de 15 de março de 1973, deste Poder,

#### RESOLVE:

I — revogar o Decreto Legislativo n.º 75-73, de 12 de março de 1973, na parte que se refere ao funcionário Wilson Kaiel, a partir de 2 de março de 1973;

II — designar Wilson Kaiel, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para exercer as funções de Auxiliar de Gabinete da Liderança do Governo, percebendo as vantagens inerentes ao cargo, a partir de 02 de março de 1973;

III — autorizar o funcionário acima citado, a prestar serviços extraordinários na conformidade do disposto pelo Art. 176, Inciso I, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos, a partir de 2 de março de 1973.

Palácio "Dezenove de Dezembro" em 10 de abril de 1973.

(aa) João Mansur — Presidente  
Jorge Sato — 1.º Secretário  
José Muggiati Filho — 2.º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO N.º 246-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 1573-73, de 13 de março de 1973, deste Poder,

#### RESOLVE:

autorizar, na conformidade do disposto pelo Art. 176, Inciso I, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, a funcionária Mary de Oliveira Leon Petii, ora à disposição desta Assembléia, a prestar serviços extraordinários percebendo gratificação correspondente a um terço (1/3) de seus vencimentos a partir de 1.º de março de 1973.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 10 de abril de 1973.

(aa) João Mansur — Presidente  
Jorge Sato — 1.º Secretário  
José Muggiati Filho — 2.º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO N.º 247-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 1997-73, de 21 de março de 1973, deste Poder,

#### RESOLVE:

autorizar, na conformidade do disposto pelo Art. 176, Inciso I, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, o funcionário Juvenal Javorki, a prestar serviços extraordinários percebendo gratificação correspondente a um terço (1/3) de seus vencimentos, a partir de 28 de março de 1973.

Palácio "Dezenove de Dezembro" em 11 de abril de 1973.

(aa) João Mansur — Presidente  
Jorge Sato — 1.º Secretário  
José Muggiati Filho — 2.º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO N.º 248-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 2.413-73, de 2 de abril de 1973, deste Poder,

#### RESOLVE:

autorizar, na conformidade do disposto pelo Art. 176, Inciso I, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, o funcionário Valdecir Nassar, a prestar serviços extraordinários percebendo gratificação correspondente a um terço (1/3) de seus vencimentos, a partir de 1.º de março de 1973.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 11 de abril de 1973.

aa) JOÃO MANSUR — Presidente  
JORGE SATO — 1.º Secretário  
JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO N.º 249-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 2.258-73, de 28 de março de 1973, deste Poder,

#### RESOLVE:

autorizar, na conformidade do disposto pelo Art. 176, Inciso I, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, Orlando Ferreira, ora à disposição deste Poder, a prestar serviços extraordinários percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos, a partir de 28 de março de 1973.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 11 de abril de 1973.

aa) JOÃO MANSUR — Presidente  
JORGE SATO — 1.º Secretário  
JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO N.º 250-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 2.212-73, de 27 de março de 1973, deste Poder,

#### RESOLVE:

autorizar, na conformidade do disposto pelo Art. 176, Inciso I, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, os funcionários Manoel Martins de Castro, Rubys de Souza, Rute da Silva Lopes, Hilda Mathies Blanc, Maria Leonilda Rocha, Luiz Carlos Gonçalves de Castro e Dorival Delagassa, a prestar serviços extraordinários percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos, a partir de 27 de março de 1973.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 11 de abril de 1973.

aa) JOÃO MANSUR — Presidente  
JORGE SATO — 1.º Secretário  
JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO N.º 251-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 2.049-73, de 22 de março de 1973, deste Poder,

#### RESOLVE:

autorizar, na conformidade do disposto pelo Art. 176, Inciso I, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, a funcionária Umbelina Carraro dos Santos, a prestar serviços extraordinários percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos, a partir de 1.º de março de 1973.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 11 de abril de 1973.

aa) JOÃO MANSUR — Presidente  
JORGE SATO — 1.º Secretário  
JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO N.º 252-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 2.049-73, de 22 de março de 1973, deste Poder,

#### RESOLVE:

designar Umbelina Carraro dos Santos, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para exercer as funções de Auxiliar de Gabinete da 3a. Secretaria, percebendo as vantagens inerentes, ficando dispensado a pedido o atual, a partir de 2 de março de 1973.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 11 de abril de 1973.

aa) JOÃO MANSUR — Presidente  
JORGE SATO — 1.º Secretário  
JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO N.º 253-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 1.673-73, de 14 de março de 1973, deste Poder,

#### RESOLVE:

autorizar, na conformidade do disposto pelo Art. 176, Inciso I, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, João Maria de Freitas, ora à disposição desta Assembléia Legislativa, a prestar serviços extraordinários percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos, a partir de 1.º de abril de 1973.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 11 de abril de 1973.

aa) JOÃO MANSUR — Presidente  
JORGE SATO — 1.º Secretário  
JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO N.º 254-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 2.010-73, de 21 de março de 1973, deste Poder,

#### RESOLVE:

autorizar, na conformidade do disposto pelo Art. 176, Inciso I, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, o funcionário Maurício Gonçalves, a prestar serviços extraordinários percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos, no Gabinete da Presidência, a partir de 1.º de abril de 1973.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 11 de abril de 1973.

aa) JOÃO MANSUR — Presidente  
JORGE SATO — 1.º Secretário  
JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário



## DECRETO LEGISLATIVO N.º 255-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 2.261-73, de 28 de março de 1.973, deste Poder,

## R E S O L V E :

autorizar, na conformidade do disposto pelo Art. 176, Inciso I, da Lei n. 6.174, de 16 de novembro de 1.970, o funcionário Joaquim Antonio Rodrigues, a prestar serviços extraordinários percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos, a partir de 28 de março de 1.973.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 11 de abril de 1.973.

aa) JOÃO MANSUR — Presidente  
JORGE SATO — 1.º Secretário  
JOSE MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

## DECRETO LEGISLATIVO N.º 256-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 2.259-73, de 28 de março de 1.973, deste Poder,

## R E S O L V E :

autorizar, na conformidade do disposto pelo Art. 176, Inciso I, da Lei n. 6.174, de 16 de novembro de 1.970, o funcionário José Carlos Pereira Portela, a prestar serviços extraordinários percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos, a partir de 28 de março de 1.973.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 11 de abril de 1.973.

aa) JOÃO MANSUR — Presidente  
JORGE SATO — 1.º Secretário  
JOSE MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

## DECRETO LEGISLATIVO N.º 257-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 2.256-73, de 28 de março de 1.973, deste Poder,

## R E S O L V E :

autorizar, na conformidade do disposto pelo Art. 176, Inciso I, da Lei n. 6.174, de 16 de novembro de 1.970, o funcionário Sebastião Bueno, a prestar serviços extraordinários percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos, a partir de 28 de março de 1.973.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 12 de abril de 1.973.

aa) JOÃO MANSUR — Presidente  
JORGE SATO — 1.º Secretário  
JOSE MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

## DECRETO LEGISLATIVO N.º 258-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 2.554-73, de 4 de abril de 1.973, deste Poder,

## R E S O L V E :

mandar pagar à funcionária Nilva Maria Moro, por ter prestado serviços extraordinários durante o mês de março do corrente ano, gratificação correspondente a um terço (1/3) de seus vencimentos.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 11 de abril de 1.973.

aa) JOÃO MANSUR — Presidente  
JORGE SATO — 1.º Secretário  
JOSE MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

## DECRETO LEGISLATIVO N.º 259-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 1.778-73, de 16 de março de 1.973, deste Poder,

## R E S O L V E :

autorizar, na conformidade do disposto pelo Art. 176, Inciso I, da Lei n. 6.174, de 16 de novembro de 1.970, o funcionário Marconílio Sancho Cambui, a prestar serviços extraordinários, percebendo gratificação correspondente a um terço (1/3) de seus vencimentos, a partir de 1.º de março de 1.973.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 11 de abril de 1.973.

aa) JOÃO MANSUR — Presidente  
JORGE SATO — 1.º Secretário  
JOSE MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

## DECRETO LEGISLATIVO N.º 260-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 2.218-73, de 27 de março de 1.973, deste Poder,

## R E S O L V E :

autorizar, na conformidade do disposto pelo Art. 176, Inciso I, da Lei n. 6.174, de 16 de novembro de 1.970, os funcionários Almir Monteiro, Aldo Angelo Sperandio, Alzemiro Artigas, Dirceu Gonçalves Cordeiro, José Carlos Junção, José da Trindade, Noir Pacheco e Sebastião de Lima Cardoso, todos do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, a prestar serviços extraordinários percebendo gratificação correspondente a um terço (1/3) de seus vencimentos, no Serviço de Segurança, a partir de 1.º de março de 1.973.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 11 de abril de 1.973.

aa) JOÃO MANSUR — Presidente  
JORGE SATO — 1.º Secretário  
JOSE MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

## DECRETO LEGISLATIVO N.º 261-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

## R E S O L V E :

revogar a partir de 1.º de março e 1.º de abril do corrente ano, respectivamente os Decretos Legislativos n.ºs 106-71 de 5 de março de 1971, e, 477-72 de 26 de dezembro de 1.972, que concedem função Gratificada correspondente ao símbolo F-5, de Motorista, no Gabinete da 2.ª Secretaria, aos funcionários Herculano Cordeira e Luciano Antonio Bittercourt, ambos do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 12 de abril de 1.973.

aa) JOÃO MANSUR — Presidente  
JORGE SATO — 1.º Secretário  
JOSE MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

## DECRETO LEGISLATIVO N.º 262-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 2.491-73, de 3 de abril de 1.973, deste Poder,

## R E S O L V E :

I — nomear Paulo Muniz Teixeira de Freitas, para exercer o cargo de Chefe de Gabinete da 2a. Secretaria desta Assembléia, correspondente ao Símbolo 2-C, percebendo as vantagens inerentes ao cargo, a partir de 1.º de abril de 1.973;

II — autorizar, na conformidade do disposto pelo Art. 176, Inciso I, da Lei n. 6.174, de 16 de novembro de 1.970, Paulo Muniz Teixeira de Freitas, a prestar serviços extraordinários percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos, a partir de 1.º de abril de 1.973.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 12 de abril de 1.973.

aa) JOÃO MANSUR — Presidente  
JORGE SATO — 1.º Secretário  
JOSE MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

## DECRETO LEGISLATIVO N.º 263-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 2.586-73, de 4 de abril de 1.973, deste Poder,

## R E S O L V E :

I — designar o funcionário Manoel Aguiar Filho, para exercer as funções de Auxiliar no Gabinete da Liderança da ARENA, percebendo as vantagens inerentes, a partir de 1.º de abril de 1.973;

II — autorizar, na conformidade do disposto pelo Art. 176, Inciso I, da Lei n. 6.174, de 16 de novembro de 1.970, o funcionário acima citado, a prestar serviços extraordinários percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos, a partir de 1.º de abril de 1.973.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 12 de abril de 1.973.

aa) JOÃO MANSUR — Presidente  
JORGE SATO — 1.º Secretário  
JOSE MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

## DECRETO LEGISLATIVO N.º 264-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 2.590-73, de 4 de abril de 1.973, deste Poder,

## R E S O L V E :

I — designar o funcionário Nevercindo Ribeiro de Lima, para exercer as funções de Auxiliar do Gabinete da Liderança da ARENA, percebendo as vantagens inerentes, a partir de 1.º de abril de 1.973;

II — autorizar, na conformidade do disposto pelo Art. 176, Inciso I, da Lei n. 6.174, de 16 de novembro de 1.970, o funcionário acima citado, a prestar serviços extraordinários percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos, a partir de 1.º de abril de 1.973.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 12 de abril de 1.973.

aa) JOÃO MANSUR — Presidente  
JORGE SATO — 1.º Secretário  
JOSE MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

## DECRETO LEGISLATIVO N.º 265-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 2.588-73, de 5 de abril de 1.973, deste Poder,

## R E S O L V E :

I — designar o funcionário Gerson Evangelista Passos, para exercer as funções de Auxiliar do Gabinete da Liderança da ARENA, percebendo as vantagens inerentes ao cargo, a partir de 1.º de abril de 1.973;

II — autorizar, na conformidade do disposto pelo Art. 176, Inciso I, da Lei n. 6.174, de 16 de novembro de 1.970, o funcionário acima citado, a prestar serviços extraordinários percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos, a partir de 1.º de abril de 1.973.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 12 de abril de 1.973.

aa) JOÃO MANSUR — Presidente  
JORGE SATO — 1.º Secretário  
JOSE MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

## DECRETO LEGISLATIVO N.º 266-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 2.514, de 4 de abril de 1.973, deste Poder,

## R E S O L V E :

I — conceder a Albary Pedrosa, ora à disposição deste Poder, designado para exercer as funções de Motorista no Gabinete da 2a. Vice-Presidência, gratificação de função, correspondente ao símbolo F-5, a partir de 4 de abril de 1.973;

II — autorizar, na conformidade do disposto pelo Art. 176, Inciso I, da Lei n. 6.174, de 16 de novembro de 1.970, o funcionário acima citado, a prestar serviços extraordinários percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos, a partir de 4 de abril de 1.973.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 12 de abril de 1.973.

aa) JOÃO MANSUR — Presidente  
JORGE SATO — 1.º Secretário  
JOSE MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

## DECRETO LEGISLATIVO N.º 267-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

## R E S O L V E :

nomear José Rodrigues de Moraes, para exercer o cargo de provimento em Comissão, de Chefe do Serviço de Segurança, a partir de 13 de março de 1.973, percebendo as vantagens inerentes ao cargo.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 12 de abril de 1.973.

aa) JOÃO MANSUR — Presidente  
JORGE SATO — 1.º Secretário  
JOSE MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário



## DECRETO LEGISLATIVO N.º 268-73

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob n.º 2.706-73, de 6 de abril de 1973, deste Poder,

## RESOLVE:

alterar o Orçamento Analítico da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, aprovado pelo Decreto Legislativo n.º 2-73 de 8 de janeiro de 1973, tendo em vista o Decreto do Poder Executivo n.º 3.052, de 24 de janeiro de 1973 e em consonância com o item I da Ordem Interna de Serviço n.º 5-73 — Adm. do Primeiro Secretário, nas Condições abaixo discriminadas, as quais terão a seguinte distribuição analítica:

2.1.2.0 — MATERIAL DE CONSUMO	901.975
02 — Artigos de Expediente, Ensino e Educação	70.000
03 — Material de Limpeza, Conservação e Desinfecção	5.000
04 — Combustíveis e Lubrificantes	125.000
05 — Material utilizado em Oficina, Acessórios, Peças de Máquinas de Viaturas, de Aparelhos e de Instalações	70.000
08 — Gêneros de Alimentação e de Dieta em Geral	20.000
10 — Matérias Primas e Material p/ serviços Diversos	4.971
11 — Produtos Químicos, Farmacêuticos, Biológicos, Odontológicos, Artigos Cirúrgicos e outros de uso nos Laboratórios	10.000
13 — Vestuários, Fard. Tec. em Geral, Roupas de Cama, Mesa, Banho, Mat. de Dormitório, de Copa e Cozinha, pequenos Objetos de Toilete e uso Pessoal	10.000
16 — Placas, Letreiros e Similares	1.000
17 — Material Elétrico, de Iluminação, de Rádio e de Eletrônica	7.000
18 — Outros Materiais de Consumo	7.000
Reserva Técnica	572.000
3.1.3.0 — SERVIÇOS DE TERCEIROS	1.578.000
02 — Passagens, Transportes de Pess. e de suas bagagens	420.000
03 — Assinaturas de Órgãos Oficiais, Jornais, Revistas, Publicações Periódicas e Recortes	10.000
02 — Artigos de Expediente, Ensino e Educação	70.000
04 — Iluminação e Força Motriz	44.000
05 — Serviços de Asseio e Higiene	110.000
06 — Reparos, Adaptações, Recuperação e Conservação de Bens Móveis e Imóveis	80.000
07 — Divulgação de Atos Oficiais, Serviço de Imprensa e Encadernação	40.000
09 — Serviços Telefônicos, Telegráficos, Radiográficos, Postais e Assinaturas de Caixas Postais	90.000
10 — Aluguel e arrendamento de Imóveis Foros e Despesas de Condomínio	45.000
11 — Seguros em Geral	5.000
12 — Serviços de Alimentação	60.000
16 — Outros Serviços Contratuais	8.000
19 — Publicações e Propaganda	53.000
Reserva Técnica	613.000
3.1.4.0 — ENCARGOS DIVERSOS	1.125.000
02 — Despesas de Pronto Pagamento	70.000
03 — Representações Festivas, Recepções, Hospedagens, e Homenagens	836.000
07 — Seleção, Aperfeiçoamento e Especialização do Pessoal	15.000
21 — Impostos e Taxas	2.000
22 — Outros Encargos	1.000
Reserva Técnica	201.000
3.2.1.0 — SUBVENÇÕES SOCIAIS	3.380.000
5.0 — INSTITUIÇÕES PRIVADAS	710.000
5.1 — Instituições Educativas e Culturais	150.000
5.2 — Instituições de Assistência Social	120.000
5.3 — Instituições de Saúde Pública	120.000
5.4 — Instituições Diversas	320.000
6.0 — OUTRAS INSTITUIÇÕES	2.560.000
6.1 — Assistência Social	2.550.000
6.3 — Serviços Funerários	10.000
Reserva Técnica	110.000
4.1.3.0 — EQUIPAMENTOS E INSTALAÇÕES	1.008.000
01 — Máquinas, Motores e Aparelhos	250.000
04 — Automóveis, Autocaminhões e Outros Veículos de Tração Mecânica	120.000
07 — Diversos Equipamentos e Instalações	8.000
Reserva Técnica	630.000
4.1.4.0 — MATERIAL PERMANENTE	658.550
02 — Material Bibliográfico em Geral, Filmotéca e discoteca	20.550
06 — Material Artístico, Instrumentos de Música, Insignias e Bandeiras	3.000
07 — Utens. de Copa, Cozinha, Dormitório e Enfermaria	4.000
09 — Móveis e Utensílios de Escritório, Biblioteca Ensino e Engenharia, Laboratório e Gabinete Técnico ou Científico	49.000
12 — Outros Materiais Permanentes	8.000
Reserva Técnica	574.000
4.2.1.0 — AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	600.000
Reserva Técnica	600.000
4.3.3.0 — AUXÍLIO PARA OBRAS PÚBLICAS	3.200.000
a — Departamento de Edificações e Obras Especiais — DEOE	2.000.000
Reserva Técnica	1.200.000
Palácio "Dezenove de Dezembro", em 12 de abril de 1973.	
aa) JOÃO MANSUR — Presidente	
JORGE SATO — 1.º Secretário	
JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário	

## DECRETO LEGISLATIVO N.º 269-73

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 2.552-73, de 04 de abril de 1973, deste Poder,

## RESOLVE:

autorizar na conformidade do disposto pelo Art. 176, Inciso I, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970; o funcionário GILBERTO DAROS, a prestar serviços extraordinários percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos, a partir de 1.º de março de 1973.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 12 de abril de 1973.  
aa) JOÃO MANSUR — Presidente  
JORGE SATO — 1.º Secretário  
JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

## DECRETO LEGISLATIVO N.º 270-73

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 2.381-73, de 02 de abril de 1973, deste Poder,

## RESOLVE:

autorizar, na conformidade do disposto pelo Art. 176, inciso I, da Lei n.º 6.174 de 16 de novembro de 1970; a funcionária MARIA DA CONCEIÇÃO RODRIGUES, a prestar serviços extraordinários percebendo gratificação correspondente a um terço (1/3) de seus vencimentos, a partir de 1.º de março de 1973.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 12 de abril de 1973.  
aa) JOÃO MANSUR — Presidente  
JORGE SATO — 1.º Secretário  
JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

## DECRETO LEGISLATIVO N.º 271-73

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 1.322-73, de 28 de fevereiro de 1973, deste Poder,

## RESOLVE:

I — retificar o Decreto Legislativo n.º 58-69, de 21 de março de 1.969, que mandou contar em favor de JULIO XAVIER VIANNA, ocupante do cargo isolado de provimento efetivo, de Assistente Técnico da parte Suplementar de Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia, tempo de serviços prestados à Escola de Química da Universidade Federal do Paraná, para declarar que, tendo em vista contagem de período em paralelo com o de serviço militar, aquele tempo, contado para os efeitos de aposentadoria e disponibilidade é de três (03) anos e um (01) mês compreendido entre 1.º de janeiro de 1941 e 25 de setembro de 1.943 e entre 25 de setembro de 1.944 a 31 de janeiro de 1.945 e não como consta naquele ato;

II — mandar contar para todos os efeitos legais, com fundamento no Art. 150, da Lei n.º 6.174 de 16 de novembro de 1970, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro de quinze (15) dias de férias relativas ao ano de 1968 e de quinze (15) dias do ano de 1971 que deixou de gozar;

III — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 248, da mesma lei ao acervo de serviço público o tempo de um (01) ano correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o segundo decênio compreendido entre 1.º de abril de 1962 e 1.º de fevereiro de 1.971, antecipado em razão da incorporação correspondente ao primeiro decênio, de quinze (15) dias de férias relativas ao ano de 1.967 e de quinze (15) dias do ano de 1.968, contadas em dobro e.

IV — conceder o acréscimo de mais cinco por cento (05%) sobre seus vencimentos, de acordo com o Art. 170, da referida Lei, a partir de 29 de dezembro de 1972 data em que em razão da incorporação correspondente ao segundo decênio de quinze (15) dias de férias relativas ao ano de 1968 e de quinze (15) dias do ano de 1971, contadas em dobro, completou vinte e cinco (25) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais perfazendo um total de vinte e cinco por cento (25%).

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 12 de abril de 1973.

aa) JOÃO MANSUR — Presidente  
JORGE SATO — 1.º Secretário  
JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

## DECRETO LEGISLATIVO N.º 272-73

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 8833-72 de 08 de novembro de 1.972, deste Poder,

## RESOLVE:

mandar contar, para os efeitos de aposentadoria e disponibilidade, com fundamento no Art. 76, da Constituição Estadual em favor de RUI FERRAZ DE CARVALHO, ocupante do cargo isolado, de provimento efetivo de Assistente Técnico, da Parte Suplementar do Quadro de Pessoal da Secretaria Desta Assembleia, os seguintes tempos:

a) quatro (04) anos, onze (11) meses e vinte e sete (27) dias compreendido entre 15 de dezembro de 1.937 e 31 de janeiro de 1940 e entre 15 de fevereiro de 1949 e 26 de dezembro de 1951, em que prestou serviços, como Procurador, à Prefeitura Municipal de Londrina; e,

b) dois (02) anos, onze (11) meses e treze (13) dias compreendido entre 26 de dezembro de 1951 e 09 de dezembro de 1.954 em que exerceu o mandato de Vereador à Câmara Municipal de Londrina.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 12 de abril de 1973.

aa) JOÃO MANSUR — Presidente  
JORGE SATO — 1.º Secretário  
JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

## DECRETO LEGISLATIVO N.º 273-73

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 1809-73 de 16 de março de 1.973, deste Poder,

## RESOLVE:

colocar ELIO DUARTE DIAS, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia, sem prejuízo de seus vencimentos e vantagens, à disposição da Prefeitura Municipal de Presidente Castelo Branco.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 12 de abril de 1973.

aa) JOÃO MANSUR — Presidente  
JORGE SATO — 1.º Secretário  
JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário



**DECRETO LEGISLATIVO N. 274-73**

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 2334-73 de 29 de março de 1.973, deste Poder,

**RESOLVE:**

autorizar, na conformidade do disposto pelo Art. 176, Inciso I, da Lei n.º 6.174 de 16 de novembro de 1970, os funcionários ADAYRTON BORGES DOS SANTOS, IHOR BARANHUK, MARIA JOSE TAVORA GIL BELEM, ALBA L. ARAUJO GARCIA, ARLETE BELMONT ZEBALOS e LUPERCINA SELEME ROCHA, todos do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, a prestar serviços extraordinários na Comissão de Obras do Plenário, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos a partir de 1.º de março de 1973.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 12 de abril de 1973.

- aa) JOÃO MANSUR — Presidente  
JORGE SATO — 1.º Secretário  
JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

**DECRETO LEGISLATIVO N. 275-73**

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 2.188-73, de 27 de março de 1.973, deste Poder,

**RESOLVE:**

I — revogar o Decreto Legislativo n.º 85-73, de 12 de março de 1973, na parte que se refere ao funcionário ALMIR OLIVEIRA SANTOS, a partir de 1.º de abril de 1.973;

II — revogar o Decreto Legislativo n.º 111-73, de 14 de março de 1.973, a partir de 1.º de abril de 1.973;

III — autorizar, na conformidade do disposto pelo Art. 176, Inciso I, da Lei n.º 6.174 de 16 de novembro de 1.970 o funcionário ALMIR OLIVEIRA SANTOS a prestar serviços extraordinários percebendo gratificação correspondente a um terço (1/3) de seus vencimentos, a partir de 1.º de abril de 1973.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 12 de abril de 1973.

- aa) JOÃO MANSUR — Presidente  
JORGE SATO — 1.º Secretário  
JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

**DECRETO LEGISLATIVO N. 276-73**

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 7.654-70, de 19 de outubro de 1970, deste Poder,

**RESOLVE:**

retificar o Decreto Legislativo n.º 146-69, de 18 de março de 1968, para declarar que, ao valor dos proventos de inatividade de JOÃO PEDRO GEBRAN, naquele ato originalmente estabelecido fica acrescida, com efeito retroativo a data da aposentadoria, uma parcela mensal fixa e inalterável, de treze cruzeiros e trinta e três centavos (Cr\$ 13,33), de acordo com a Lei n.º 3.508, de 28 de novembro de 1957 combinada com os Arts. 91 e 93 da Lei n.º 4.544, de 1.º de fevereiro de 1962.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 16 de abril de 1973.

- aa) JOÃO MANSUR — Presidente  
JORGE SATO — 1.º Secretário  
JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

**DECRETO LEGISLATIVO N. 277-73**

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 908-73, de 15 de fevereiro de 1.973, deste Poder,

**RESOLVE:**

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Artigo 150, da Lei n.º 6.174 de 16 de novembro de 1.970, em favor de FRANCISCO DE OLIVEIRA BINI, ocupante do cargo de nível "PL-18", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Quadro Ocupacional Administrativo do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1972 que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 16 de abril de 1973.

- aa) JOÃO MANSUR — Presidente  
JORGE SATO — 1.º Secretário  
JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

**DECRETO LEGISLATIVO N. 278-73**

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 1.585-73, de 13 de março de 1973, deste Poder,

**RESOLVE:**

conceder a MARIA NEIDE BOZA STIVAL ocupante do cargo de nível "PL-14", da Série de Classes de Auxiliar de Plenário e Conservação, do Grupo Ocupacional de Conservação, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia o acréscimo quinquenal de mais cinco por cento (05%), sobre os seus vencimentos, perfazendo o um total de dez por cento (10%) a partir de 07 de janeiro de 1973, data em que completou dez (10) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais de acordo com o Art. 70, Inciso I da Constituição Estadual.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 16 de abril de 1973.

- aa) JOÃO MANSUR — Presidente  
JORGE SATO — 1.º Secretário  
JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

**DECRETO LEGISLATIVO N. 279-73**

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 1.610-73, de 13 de março de 1.973, deste Poder,

**RESOLVE:**

mandar contar para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1.970 em favor de AMADO ZONATTO, ocupante do cargo de nível "PL-21" da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1.972, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 16 de abril de 1973.

- aa) JOÃO MANSUR — Presidente  
JORGE SATO — 1.º Secretário  
JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

**DECRETO LEGISLATIVO N. 280-73**

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 1.856-73 de 19 de março de 1973, deste Poder,

**RESOLVE:**

conceder a JACIRA MACHADO BINI, ocupante do cargo de nível "PL-15", da Série de Classes de Auxiliar de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o acréscimo quinquenal de mais cinco por cento (05%), sobre os seus vencimentos, perfazendo um total de dez por cento (10%), a partir de 07 de janeiro de 1.973 data em que completou dez (10) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 70, Inciso I, da Constituição Estadual.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 16 de abril de 1973.

- aa) JOÃO MANSUR — Presidente  
JORGE SATO — 1.º Secretário  
JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

**DECRETO LEGISLATIVO N. 281-73**

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 1.512-73 de 12 de março de 1973, deste Poder,

**RESOLVE:**

mandar contar, para todos os efeitos legais de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1.970 em favor de WILSON KAIEL, ocupante do cargo de nível "PL-20" da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1972 que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 16 de abril de 1973.

- aa) JOÃO MANSUR — Presidente  
JORGE SATO — 1.º Secretário  
JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

**DECRETO LEGISLATIVO N. 282-73**

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 1.463-73, de 09 de março de 1973, deste Poder,

**RESOLVE:**

mandar contar para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970 em favor de EUMENIA DE OLIVEIRA, ocupante do cargo de nível "PL-23" da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Quadro Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia o tempo de quatro (04) meses, correspondente ao dobro das férias relativas aos anos de 1971 e 1972, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 16 de abril de 1973.

- aa) JOÃO MANSUR — Presidente  
JORGE SATO — 1.º Secretário  
JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

**DECRETO LEGISLATIVO N. 283-73**

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 1.875-73, de 19 de março de 1.973, deste Poder,

**RESOLVE:**

mandar contar para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1.970 em favor de FLODOALDO TRINDADE, ocupante do cargo isolado de provimento efetivo de Médico, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1972, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 16 de abril de 1973.

- aa) JOÃO MANSUR — Presidente  
JORGE SATO — 1.º Secretário  
JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

**DECRETO LEGISLATIVO N. 284-73**

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 909-73, de 15 de fevereiro de 1.973, deste Poder,

**RESOLVE:**

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei n.º 6.174 de 16 de novembro de 1.970, em favor de RUI RIBAS DE OLIVEIRA, ocupante do cargo de nível "PL-23" de Oficial de Administrativo do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de quatro (04) meses, correspondente ao dobro das férias relativas aos anos de 1971 e 1972, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 16 de abril de 1973.

- aa) JOÃO MANSUR — Presidente  
JORGE SATO — 1.º Secretário  
JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

**DECRETO LEGISLATIVO N. 285-73**

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 227-73, de 09 de janeiro de 1.973, deste Poder,

**RESOLVE:**

I — mandar incorporar para todos os efeitos legais, com base no Art. 248, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1.970 ao acervo de serviço público de HONÓRIA CORDEIRO, ocupante do cargo de nível PL "14" da Série de Classes de Auxiliar de Plenário e Conservação, do Grupo Ocupacional de Conservação, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de seis (06) meses correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o primeiro quinquênio, compreendido entre 07 de janeiro de 1963 e igual data de 1968; e

II — conceder ao referido funcionário, o acréscimo de mais cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos de acordo com o Art. 170, da mesma



Lei, a partir de 07 de julho de 1.972, data em que em razão da incorporação correspondente ao primeiro quinquênio, completou dez (10) anos de serviço público computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de dez (10) por cento.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 16 de abril de 1973.

aa) JOÃO MANSUR — Presidente  
JORGE SATO — 1.º Secretário  
JOSE MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO N. 286-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 723-73, de 8 de fevereiro de 1.973, deste Poder,

##### RESOLVE:

conceder a INEZ LITZA LENIOWSKI, ocupante do cargo de nível PL "16", da Série de Classes de Escriturário, do Grupo Ocupacional de Administração do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia o acréscimo quinquenal de mais cinco por cento (5%) sobre os seus vencimentos, perfazendo um total de dez por cento (10%), a partir de 7 de janeiro de 1.973, data em que completou dez (10) anos de serviço público computados para todos os efeitos legais, face ao que dispõe o Art. 170, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1.970.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 16 de abril de 1973.

aa) JOÃO MANSUR — Presidente  
JORGE SATO — 1.º Secretário  
JOSE MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO N. 287-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 685-73, de 07 de março de 1973, deste Poder,

##### RESOLVE:

conceder a GENIR SANTOS FERNANDES, ocupante do cargo de nível "PL-14", da Série de Classes de Auxiliar de Plenário e Conservação, do Grupo Ocupacional de Conservação, do Quadro de Pessoal da Secretaria, desta Assembléia, o acréscimo quinquenal de mais cinco por cento (5%), perfazendo um total de dez por cento (10%), sobre os seus vencimentos, a partir de 7 de janeiro de 1973, data em que completou dez (10) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, face ao que dispõe o Art. 170, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 16 de abril de 1973.

aa) JOÃO MANSUR — Presidente  
JORGE SATO — 1.º Secretário  
JOSE MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO N.º 288-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 1.202-73, de 26 de fevereiro de 1973, deste Poder,

##### RESOLVE:

conceder a MARIO AUGUSTO GUERRA, ocupante do cargo de nível "PL-18", da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o acréscimo quinquenal de mais cinco por cento (05%), sobre os seus vencimentos, perfazendo um total de dez por cento (10%), a partir de 31 de janeiro de 1973, data em que completou dez (10) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 70, Inciso I, da Constituição Estadual.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 16 de abril de 1973.

aa) JOÃO MANSUR — Presidente  
JORGE SATO — 1.º Secretário  
JOSE MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO N.º 289-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 1.303-73, de 28 de fevereiro de 1973, deste Poder,

##### RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, em favor de LINDA MIR EDIL CARAN, ocupante do cargo de nível "PL-20", da Série de Classes de Oficial de Administração do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1972, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 16 de abril de 1973.

aa) JOÃO MANSUR — Presidente  
JORGE SATO — 1.º Secretário  
JOSE MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO N.º 290-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 235-73, de 09 de janeiro de 1973, deste Poder,

##### RESOLVE:

I — mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 150, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, em favor de IZABEL SANTO ALAYA LAMAURO, ocupante do cargo de nível "PL-19", da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, o tempo de quatro (04) meses, correspondente ao dobro das férias relativas aos anos de 1958 e 1962, que deixou de gozar; e,

II — conceder o acréscimo de mais cinco por cento (05%) sobre seus vencimentos de acordo com o Art. 170, da mesma Lei, a partir de 08 de abril de 1972, data em que completou vinte (20) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, antecipado em razão das férias relativas aos anos de 1958 e 1962, contadas em dobro, perfazendo um total de vinte por cento (20%).

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 16 de abril de 1973.

aa) JOÃO MANSUR — Presidente  
JORGE SATO — 1.º Secretário  
JOSE MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO N.º 291-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 1.207-73, de 27 de fevereiro de 1973, deste Poder,

##### RESOLVE:

conceder a JORGE ASSAD MANSUR, ocupante do cargo de nível "PL-23", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o acréscimo quinquenal de mais cinco por cento (05%), sobre os seus vencimentos, perfazendo um total de dez por cento (10%), a partir de 23 de novembro de 1972, data em que completou dez (10) anos de serviço público computados para todos os efeitos legais de acordo com o Art. 70 Inciso I da Constituição Estadual.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 16 de abril de 1973.

aa) JOÃO MANSUR — Presidente  
JORGE SATO — 1.º Secretário  
JOSE MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO N.º 292-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 1.176-73 de 26 de fevereiro de 1973 deste Poder

##### RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, em favor de CLEA CARNEIRO TEIXEIRA, ocupante do cargo de nível "PL-23", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1972, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 16 de abril de 1973.

aa) JOÃO MANSUR — Presidente  
JORGE SATO — 1.º Secretário  
JOSE MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO N.º 293-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 1.409-73, de 08 de março de 1973, deste Poder,

##### RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, em favor de IZAURA BRAVOS, ocupante do cargo de nível "PL-23", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1972, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 16 de abril de 1973.

aa) JOÃO MANSUR — Presidente  
JORGE SATO — 1.º Secretário  
JOSE MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO N.º 294-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 1.170-73, de 26 de fevereiro de 1973, deste Poder,

##### RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, em favor de MARIA STELLA MADER DO AMARAL GURGEL, ocupante do cargo isolado, de provimento efetivo, de Secretário de Comissão do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1972, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 16 de abril de 1973.

aa) JOÃO MANSUR — Presidente  
JORGE SATO — 1.º Secretário  
JOSE MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO N.º 295-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 966-73, de 19 de fevereiro de 1973, deste Poder,

##### RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, em favor de FAUSTO LUIZ ABRY, ocupante do cargo isolado, de provimento efetivo, de Secretário da Comissão do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de quatro (04) meses, correspondente ao dobro das férias relativas aos anos de 1971 e 1972, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 16 de abril de 1973.

aa) JOÃO MANSUR — Presidente  
JORGE SATO — 1.º Secretário  
JOSE MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO N.º 296-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 2.667-73, de 05 de abril de 1973, deste Poder,

##### RESOLVE:

designar GABRIEL QUESADA FILHO, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para exercer as funções de Chefe de Gabinete da 3.ª Secretaria percebendo as vantagens inerentes ao cargo, a partir de 02 de março de 1973.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 16 de abril de 1973.

aa) JOÃO MANSUR — Presidente  
JORGE SATO — 1.º Secretário  
JOSE MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO N.º 297-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 1.693-73, de 14 de março de 1973, deste Poder,

##### RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, em favor de JOSE MARIA ZANARDINI DE CAMARGO, ocupante do cargo de Assistente Técnico, isolado, de provimento efetivo do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia,



o tempo de quatro (04) meses, correspondente ao dobro das férias relativas aos anos de 1971 e 1972 que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 16 de abril de 1973.

aa) JOÃO MANSUR — Presidente  
JORGE SATO — 1.º Secretário  
JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO N.º 298-73

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 184-73, de 08 de janeiro de 1973, deste Poder,

#### R E S O L V E :

I — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 248, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, ao acervo de serviço público de ADEL METRING FRANCALACCI ESPINOLA, ocupante do cargo de nível "PL-27", da Série de Classe de Advogado, do Grupo Ocupacional de Direito, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia, o tempo de um (01) ano, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, por não se haver afastado do exercício de suas funções, durante o primeiro decênio, compreendido entre 13 de março de 1956 e 13 de setembro de 1965, antecipado em razão das férias relativas aos anos de 1958, 1963 e 1964, contados em dobro; e,

II — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, de acordo com o parágrafo único, do Art. 247, da mesma Lei, ao seu acervo de serviço público, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, por não se haver afastado do exercício de suas funções durante o terceiro quinquênio, compreendido entre 13 de setembro de 1965 e 13 de janeiro de 1969, antecipado em razão da incorporação correspondente ao primeiro decênio e das férias relativas aos anos de 1965, 1966, 1967 e 1968, contados em dobro.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 16 de abril de 1973

aa) JOÃO MANSUR — Presidente  
JORGE SATO — 1.º Secretário  
JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO N.º 299-73

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 2.528-73, de 03 de abril de 1973, deste Poder,

#### R E S O L V E :

autorizar, na conformidade do disposto pelo Art. 176, Inciso I, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, o funcionário LUIZ FERNANDO DE OLIVEIRA, a prestar serviços extraordinários percebendo gratificação correspondente a um terço (1/3) de seus vencimentos, a partir de 1.º de março de 1973.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 16 de abril de 1973.

aa) JOÃO MANSUR — Presidente  
JORGE SATO — 1.º Secretário  
JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO N.º 300-73

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 1.171-73, de 26 de fevereiro de 1973, deste Poder,

#### R E S O L V E :

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, em favor de MARIA APARECIDA DO RÓCIO GEBRAN DO AMARAL, ocupante do cargo de nível "PL-23" da Série de Classe de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia, o tempo de quatro (04) meses, correspondente ao dobro das férias relativas aos anos de 1971 e 1972, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 16 de abril de 1973.

aa) JOÃO MANSUR — Presidente  
JORGE SATO — 1.º Secretário  
JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO N.º 301-73

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 1.337-73, de 1.º de março de 1973, deste Poder,

#### R E S O L V E :

conceder a NELSON AUGUSTO ARAUJO, ocupante do cargo de nível "PL-19", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia, o acréscimo quinquenal de mais cinco por cento (05%), sobre os seus vencimentos, perfazendo um total de dez por cento (10%), a partir de 30 de janeiro de 1973, data em que completou dez (10) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 70, Inciso I, da Constituição Estadual.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 16 de abril de 1973.

aa) JOÃO MANSUR — Presidente  
JORGE SATO — 1.º Secretário  
JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO N.º 302-73

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 1.481-73, de 09 de março de 1973, deste Poder,

#### R E S O L V E :

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, em favor de José Ader, ocupante do cargo de nível "PL-20", da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1972, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 16 de abril de 1973.

(aa) João Mansur — Presidente  
Jorge Sato — 1.º Secretário  
José Muggiati Filho — 2.º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO N.º 303-73

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 1.184-73, de 26 de fevereiro de 1973, deste Poder,

#### R E S O L V E :

conceder a Hugo Martins Kosop, ocupante do cargo de nível "PL-29", da

Série de Classes de Advogado, do Grupo Ocupacional de Direito, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia, o acréscimo quinquenal de mais cinco por cento (05%), sobre os seus vencimentos, perfazendo um total de dez por cento (10%), a partir de 31 de setembro de 1972, data em que completou dez (10) anos de Serviço público, computados para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 70, Inciso I, da Constituição Estadual.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 16 de abril de 1973.

(aa) João Mansur — Presidente  
Jorge Sato — 1.º Secretário  
José Muggiati Filho — 2.º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO N.º 304-73

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 661-73, de 6 de fevereiro de 1973, deste Poder,

#### R E S O L V E :

conceder a Maria Lidia Ratzk, ocupante do cargo de nível PL "19", da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia, o acréscimo quinquenal de mais cinco por cento (5%), sobre os seus vencimentos, perfazendo um total de vinte por cento (20%), a partir de 19 de fevereiro de 1973, data em que completou vinte (20) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais face ao que dispõe o Art. 170, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 16 de abril de 1973.

(aa) João Mansur — Presidente  
Jorge Sato — 1.º Secretário  
José Muggiati Filho — 2.º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO N.º 305-73

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 2.058-73, de 22 de março de 1973, deste Poder,

#### R E S O L V E :

designar Lady Cunha, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia, para exercer as funções de Chefe da Seção de Acompanhamento Taquigráfico, do Departamento Legislativo, percebendo gratificação de função, correspondente ao símbolo F-4, a partir de 06 de abril de 1973.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 16 de abril de 1973.

(aa) João Mansur — Presidente  
Jorge Sato — 1.º Secretário  
José Muggiati Filho — 2.º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO N.º 306-73

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 681-73, de 02 de fevereiro de 1973, deste Poder,

#### R E S O L V E :

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, com fundamento no Art. 248, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, ao acervo de serviço público de Marlene Perrone Leonardo, ocupante do cargo de nível PL "15", da Série de Classes de Auxiliar de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o primeiro quinquênio compreendido entre 27 de novembro de 1962 e igual data de 1967.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 16 de abril de 1973.

(aa) João Mansur — Presidente  
Jorge Sato — 1.º Secretário  
José Muggiati Filho — 2.º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO N.º 307-73

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 1.169-73, de 26 de fevereiro de 1973, deste Poder,

#### R E S O L V E :

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, em favor de Elcy da Silva Batista, ocupante do cargo isolado, de provimento efetivo, de Secretário de Comissão, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia, o tempo de quatro (04) meses, correspondente ao dobro das férias relativas aos anos de 1971 e 1972, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 16 de abril de 1973.

(aa) João Mansur — Presidente  
Jorge Sato — 1.º Secretário  
José Muggiati Filho — 2.º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO N.º 308-73

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 2.725-73, de 06 de abril de 1973, deste Poder,

#### R E S O L V E :

autorizar, na conformidade do disposto pelo Art. 176, Inciso I, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, o funcionário Valter Antonio Marchiorato, a prestar serviços extraordinários percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos, a partir de 3 de abril de 1973.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 17 de abril de 1973

(aa) João Mansur — Presidente  
Jorge Sato — 1.º Secretário  
José Muggiati Filho — 2.º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO N.º 309-73

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 1.333-73, de 1.º de março de 1973, deste Poder,

#### R E S O L V E :

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, em favor de Osvaldo Marques, ocupante do cargo de nível "PL-23", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia, o tempo de quatro (04) meses, corres-



porcento ao dobro das férias relativas aos anos de 1971 e 1972, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 17 de abril de 1973

(aa) João Mansur — Presidente  
Jorge Sato — 1.º Secretário  
José Muggiati Filho — 2.º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO N.º 310-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 234-73, de 09 de janeiro de 1973, deste Poder,

#### R E S O L V E :

I — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 248, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1.970, ao acervo de serviço público de Joaquina Lourenço José, ocupante do cargo de nível "PL-15", da Série de Classes de Auxiliar de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o primeiro quinquênio, compreendido entre 07 de janeiro de 1973 e igual data de 1968; e,

II — conceder o acréscimo de mais cinco por cento (05%) sobre seus vencimentos, de acordo com o Art. 170, da mesma Lei, a partir de 07 de julho de 1973, data em que completou dez (10) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, antecipado em razão da incorporação correspondente ao primeiro quinquênio, perfazendo um total de dez por cento (10%).

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 17 de abril de 1973

(aa) João Mansur — Presidente  
Jorge Sato — 1.º Secretário  
José Muggiati Filho — 2.º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO N.º 311-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 1616-73, de 13 de março de 1.973, deste Poder,

#### R E S O L V E :

autorizar, na conformidade do disposto pelo Art. 176, Inciso I, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1.970, Gerson Nemes, a prestar serviços extraordinários, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%), de seus vencimentos, a partir de 1.º de março de 1973.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 17 de abril de 1973

(aa) João Mansur — Presidente  
Jorge Sato — 1.º Secretário  
José Muggiati Filho — 2.º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO N.º 312-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 1.794-73, de 16 de março de 1.973, deste Poder,

#### R E S O L V E :

conceder a José Jacomitti, ocupante do cargo de nível PL "16", da Série de Classes de Auxiliar de Plenário e Conservação, do Grupo Ocupacional de Conservação, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o acréscimo quinquenal de mais cinco por cento (5%), sobre seus vencimentos, perfazendo um total de dez por cento (10%), a partir de 31 de janeiro de 1.973, data em que completou dez (10) anos de Serviços Público, computados para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 170, Inciso I, da Constituição Estadual.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 17 de abril de 1973

(aa) João Mansur — Presidente  
Jorge Sato — 1.º Secretário  
José Muggiati Filho — 2.º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO N.º 313-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 771-73, de 13 de fevereiro de 1973, deste Poder,

#### R E S O L V E :

conceder a Maria Moreira Maceno, ocupante do cargo de nível PL "17", da Série de Classes de Escriturário, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o acréscimo quinquenal de mais cinco por cento (5%), sobre os seus vencimentos, perfazendo um total de dez por cento (10%), a partir de 07 de janeiro de 1973, data em que completou dez (10) anos de Serviço Público, computados para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 70, Inciso I, da Constituição Estadual.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 17 de abril de 1973

(aa) João Mansur — Presidente  
Jorge Sato — 1.º Secretário  
José Muggiati Filho — 2.º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO N.º 314-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 8.924-72, de 10 de novembro de 1972, deste Poder

#### R E S O L V E :

conceder a Rui Ferraz de Carvalho, ocupante do cargo isolado, de provimento efetivo, de Assistente Técnico, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o acréscimo quinquenal de mais cinco por cento (5%), sobre seus vencimentos, perfazendo um total de quinze por cento (15%), a partir de 16 de fevereiro de 1973, data em que completou quinze (15) anos de Serviço Público, computados para todos os feitos legais, de acordo com o Art. 70, Inciso I, da Constituição Estadual.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 17 de abril de 1973

(aa) João Mansur — Presidente  
Jorge Sato — 1.º Secretário  
José Muggiati Filho — 2.º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO N.º 315-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 1.506-73, de 12 de março de 1.973, deste Poder,

#### R E S O L V E :

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, em favor de José Ta-

vares Canto Filho, ocupante do cargo isolado, de provimento efetivo, de Secretário de Comissão, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de oito (08) meses, correspondente ao dobro das férias relativas aos anos de 1.967, 1969, 1971 e 1972, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 17 de abril de 1973

(aa) João Mansur — Presidente  
Jorge Sato — 1.º Secretário  
José Muggiati Filho — 2.º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO N.º 316-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 1.760-73, de 16 de março de 1.973, deste Poder.

#### R E S O L V E :

I — mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 150 da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1.970, em favor de Areodiva Mann de Souza, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1.972, que deixou de gozar; e

II — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, com fundamento no Art. 248, da mesma Lei, ao seu acervo de serviço público, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o quarto quinquênio, compreendido entre 29 de janeiro de 1.966 e 29 de setembro de 1.969, antecipado em razão da incorporação correspondente ao terceiro quinquênio e das férias referentes aos anos de 1.952 — 1.953 — 1.965 — 1.966 e 1.967, contadas em dobro.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 17 de abril de 1973

(aa) João Mansur — Presidente  
Jorge Sato — 1.º Secretário  
José Muggiati Filho — 2.º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO N.º 317-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 1.469-73, de 09 de março de 1973, deste Poder,

#### R E S O L V E :

I — retificar o Decreto Legislativo n.º 379-71, de 20 de julho de 1.971, alínea c, para declarar que o tempo de seis (06) meses ali mandado incorporar, para todos os efeitos legais, com fundamento no Art. 248, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1.970, ao acervo de serviço público de Armando Soichi Iwaia, ocupante do cargo de nível PL "29", da Série de Classes de Economista, do Grupo Ocupacional de Economia, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, se refere ao dobro da licença especial a que tinha direito, por não se haver afastado do exercício de suas funções durante o quarto quinquênio, compreendido entre 05 de março de 1.965, data em que assumiu o cargo para o qual foi nomeado nesta Casa, e 19 de agosto de 1.969, antecipado em razão da incorporação correspondente ao terceiro quinquênio e de oito (08) dias de férias relativas ao ano de 1.968, contadas em dobro, e não como consta naquele ato; e,

II — conceder o adicional de cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos, de acordo com o Art. 171, da mesma Lei, a partir de 16 de março de 1.973, data em que completou trinta (30) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 17 de abril de 1973

(aa) João Mansur — Presidente  
Jorge Sato — 1.º Secretário  
José Muggiati Filho — 2.º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO N.º 318-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 1.980-73, de 21 de março de 1.973, deste Poder,

#### R E S O L V E :

autorizar, na conformidade do disposto pelo Art. 176, Inciso I, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1.970, o funcionário José Tavares Canto Filho, a prestar serviços extraordinários percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos, a partir de 1.º de março de 1.973.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 17 de abril de 1973

(aa) João Mansur — Presidente  
Jorge Sato — 1.º Secretário  
José Muggiati Filho — 2.º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO N.º 319-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 1.635-73, de 13 de março de 1.973, deste Poder,

#### R E S O L V E :

autorizar, na conformidade do disposto pelo Art. 176, Inciso I, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, o funcionário Francisco Dranka, a prestar serviços extraordinários percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos, a partir de 1.º de março de 1.973.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 17 de abril de 1973

(aa) João Mansur — Presidente  
Jorge Sato — 1.º Secretário  
José Muggiati Filho — 2.º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO N.º 321-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 1.852-73, de 19 de março de 1.973, deste Poder,

#### R E S O L V E :

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, com fundamento no Art. 248, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1.970, ao acervo de serviço público de Raimundo Carlos Capela Pioli, ocupante do cargo de nível "PL-28", da Série de Classes de Advogado, do Grupo Ocupacional de Direito, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de um (01) ano, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o decênio compreendido entre 16 de dezembro de 1.960 e 16 de fevereiro de 1.970, antecipado em



razão das férias referentes aos anos de 1.963 — 1.965 — 1.966 — 1.967 e 1.969, contadas em dobro.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 17 de abril de 1973

(aa) João Mansur — Presidente  
Jorge Sato — 1.º Secretário  
José Muggiati Filho — 2.º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO N.º 322-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 907-73, de 15 de fevereiro de 1.973, deste Poder,

#### R E S O L V E :

mandar contar, para todos os efeitos legais de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1.970, em favor de May Fair Perini, ocupante do cargo de nível PL "19", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1.972, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 17 de abril de 1973

(aa) João Mansur — Presidente  
Jorge Sato — 1.º Secretário  
José Muggiati Filho — 2.º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO N.º 320-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 2.789-73, de 09 de abril de 1.973, deste Poder,

#### R E S O L V E :

autorizar, na conformidade do disposto pelo Art. 176, Inciso I, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1.970, o funcionário Plácido Cordeiro de Paula, a prestar serviços extraordinários percebendo gratificação correspondente a um terço (1/3) de seus vencimentos, a partir de 1.º de março de 1.973.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 17 de abril de 1973

(aa) João Mansur — Presidente  
Jorge Sato — 1.º Secretário  
José Muggiati Filho — 2.º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO N.º 323-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 2.697-73, de 05 de abril de 1.973, deste Poder,

#### R E S O L V E :

colocar à disposição da Bancada Federal da ARENA, da Câmara dos Deputados, para prestar serviços no Estado do Paraná, ao Deputado Federal Tullio Vargas, até 31 de dezembro de 1973, o funcionário Percy Tamplin, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 23 de abril de 1973.

(aa) João Mansur — Presidente  
Jorge Sato — 1.º Secretário  
José Muggiati Filho — 2.º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO N.º 324-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 2.675-73, de 05 de abril de 1.973, deste Poder,

#### R E S O L V E :

autorizar, na conformidade do disposto pelo Art. 176, Inciso I, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1.970, o funcionário José Renato Duarte, a prestar serviços extraordinários percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos, a partir de 5 de abril de 1.973.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 23 de abril de 1973.

(aa) João Mansur — Presidente  
Jorge Sato — 1.º Secretário  
José Muggiati Filho — 2.º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO N.º 325-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 3.695-72, de 22 de maio de 1.972, deste Poder,

#### R E S O L V E :

I — mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 150, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1.970, em favor de Manoel Aguiar Filho, ocupante do cargo de nível PL "18", da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de quatro (04) meses, correspondente ao dobro das férias relativas aos anos de 1.970 e 1.971, que deixou de gozar;

II — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, com fundamento no Art. 248, da mesma Lei, ao seu acervo de serviço público, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o primeiro quinquênio, compreendido entre 22 de janeiro de 1.963 e 22 de novembro de 1.967, antecipado em razão das férias referentes ao ano de 1.965, contadas em dobro; e,

III — conceder, com base no Art. 170, da mencionada Lei, o acréscimo de mais cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos, a partir de 1.º de fevereiro de 1.972, data em que, em razão das férias referentes aos anos de 1.965, 1.970, 1.971 e quinze (15) dias de 1.967, contadas em dobro, e da incorporação correspondente ao primeiro quinquênio, completou dez (10) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de dez por cento (10%).

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 27 de abril de 1973.

(aa) João Mansur — Presidente  
Jorge Sato — 1.º Secretário  
José Muggiati Filho — 2.º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO N.º 326-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob os n.ºs 868-73, de 14 de fevereiro de 1.973 e 2.104-73, de 23 de março de 1.973, deste Poder,

#### R E S O L V E :

I — retificar o Decreto Legislativo n.º 88-64, de 11 de março de 1.964,

que mandou incorporar, para todos os efeitos legais, o tempo de um (01) ano ao acervo de serviço público de João Andre Clele, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para declarar que a referida incorporação, correspondente ao segundo decênio, está compreendida entre 1.º de agosto de 1.953 e 1.º de agosto de 1.962, antecipada em razão da incorporação correspondente ao primeiro decênio, e não como consta naquele ato;

II — retificar o Decreto Legislativo n.º 185-71, de 30 de março de 1.971, alínea b, que mandou incorporar, para todos os efeitos legais, o tempo de seis (06) meses ao seu acervo de serviço público, para declarar que a referida incorporação, correspondente ao quinto quinquênio, está compreendida entre 1.º de agosto de 1.972, e 1.º de fevereiro de 1.966, antecipada em razão da incorporação correspondente ao segundo decênio, e das férias relativas aos anos de 1.963 — 1.964 e 1.965, contadas em dobro, e não como consta naquele ato;

III — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 248, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1.970, ao seu acervo de serviço público, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o sexto quinquênio, compreendido entre 1.º de fevereiro de 1.966 e 1.º de agosto de 1.970, antecipado em razão da incorporação correspondente ao quinto quinquênio;

IV — conceder, de acordo com o Art. 171, da mencionada Lei, os seguintes adicionais:

a) — de mais cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos, a partir de 12 de maio de 1.971, data em que, em razão da incorporação correspondente ao quinto quinquênio, completou trinta e um (31) anos de serviço público, perfazendo um total de dez por cento (10%);

b) — de mais cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos, a partir de 12 de novembro de 1.971, data em que, em razão da incorporação correspondente ao sexto quinquênio, completou trinta e dois (32) anos de serviço público, perfazendo um total de quinze por cento (15%); e

c) — de mais cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos, a partir de 12 de setembro de 1.972, data em que, em razão das férias relativas ao ano de 1.971, contadas em dobro, completou trinta e três (33) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de vinte por cento (20%).

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 27 de abril de 1973.

(aa) João Mansur — Presidente  
Jorge Sato — 1.º Secretário  
José Muggiati Filho — 2.º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO N.º 327-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 1.853-73, de 19 de março de 1.973, deste Poder,

#### R E S O L V E :

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1.970, em favor de Raimundo Carlos Capela Pioli, ocupante do cargo de nível PL "28", da Série de Classes de Advogado, do Grupo Ocupacional de Direito, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1.972, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 23 de abril de 1.973.

(aa) João Mansur — Presidente  
Jorge Sato — 1.º Secretário  
José Muggiati Filho — 2.º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO N.º 328-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 1.975-73, de 21 de março de 1.973, deste Poder,

#### R E S O L V E :

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1.970, em favor de Luiz Carlos Molinari, ocupante do cargo de nível PL "19", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1.972, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 23 de abril de 1.973.

(aa) João Mansur — Presidente  
Jorge Sato — 1.º Secretário  
José Muggiati Filho — 2.º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO N.º 329-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 676-73, de 06 de fevereiro de 1.973, deste Poder,

#### R E S O L V E :

conceder a Rui Francisco Gabardo, ocupante do cargo de nível PL "17", da Série de Classes de Auxiliar Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o acréscimo quinquenal de mais cinco por cento (5%), sobre os seus vencimentos, perfazendo um total de dez por cento (10%), a partir de 11 de janeiro de 1.973, data em que completou dez (10) anos de Serviço Público, computados para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 70, Inciso I, da Constituição Estadual.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 27 de abril de 1973.

(aa) João Mansur — Presidente  
Jorge Sato — 1.º Secretário  
José Muggiati Filho — 2.º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO N.º 330-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 2.093-73, de 23 de março de 1.973, deste Poder,

#### R E S O L V E :

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1.970, em favor de Eleovan Cesar Ribeiro, ocupante do cargo de nível PL "28", da Série de Classes de Economista, do Grupo Ocupacional de Economia, do Quadro de Pessoal da



Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1972, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 27 de abril de 1973.

(aa) João Mansur — Presidente

Jorge Sato — 1.º Secretário

José Muggiati Filho — 2.º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO N.º 331-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 3.015-73, de 12 de abril de 1973, deste Poder,

#### R E S O L V E :

autorizar, na conformidade do disposto pelo Art. 176, Inciso I, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, o funcionário Belmiro Martins, a prestar serviços extraordinários percebendo gratificação correspondente a um terço (1/3) de seus vencimentos, a partir de 1.º de março de 1973.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 27 de abril de 1973.

(aa) João Mansur — Presidente

Jorge Sato — 1.º Secretário

José Muggiati Filho — 2.º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO N.º 332-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 1.987-73, de 21 de março de 1973, deste Poder,

#### R E S O L V E :

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, em favor de Ocirema Stamm Belle, ocupante do cargo de nível PL "26", da Série de Classes de Taquígrafo, do Grupo Ocupacional de Taquígrafia, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1972, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 27 de abril de 1973.

(aa) João Mansur — Presidente

Jorge Sato — 1.º Secretário

José Muggiati Filho — 2.º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO N.º 333-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 1.766-73, de 16 de março de 1973, deste Poder,

#### R E S O L V E :

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, em favor de Sérgio Manoel Poplade Cercal, ocupante do cargo de nível PL "30", da Série de Classes de Advogado, no Grupo Ocupacional de Direito, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (2) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1972, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 27 de abril de 1973.

(aa) JOÃO MANSUR — Presidente

JORGE SATO — 1.º Secretário

JOSE MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO N.º 334-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 2.955-73, de 12 de abril de 1973, deste Poder,

#### R E S O L V E :

colocar a disposição do Poder Executivo, para prestar serviços na Secretaria do Trabalho e Assistência Social, Lucia Maria da Veiga, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, até 31 de dezembro de 1973.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 27 de abril de 1973.

(aa) JOÃO MANSUR — Presidente

JORGE SATO — 1.º Secretário

JOSE MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO N.º 335-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 4.312-72, de 7 de junho de 1972, deste Poder,

#### R E S O L V E :

conceder, com fundamento no Art. 240, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, a Walter Cid Rodrigues e Silva, ocupante do cargo de nível PL "18", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, dois (2) anos de licença para trato de interesses particulares.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 27 de abril de 1973.

(aa) JOAO MANSUR — Presidente

JORGE SATO — 1.º Secretário

JOSE MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO N.º 336-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 2.089-73, de 23 de março de 1973, deste Poder,

#### R E S O L V E :

I — mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 150, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, em favor de Acacio Taques de Araújo, ocupante do cargo de nível PL "30", da Série de Classes de Advogado, do Grupo Ocupacional de Direito, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de quatro (4) meses, correspondente ao dobro das férias relativas aos anos de 1971 e 1972, que deixou de gozar;

II — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, com fundamento no Art. 248, da mesma Lei, ao seu acervo de serviço público, os seguintes períodos de tempo:

a) — um (1) ano, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o segundo decênio, compreendido entre 16 de agosto de 1960 e 16 de outubro de 1968, antecipado em razão das férias contadas em dobro pelos Decretos Legislativos n.ºs 3-67, de 3 de janeiro de 1967, 497-67, de 9 de outubro de 1967, e 524-69, de 2 de outubro de 1969; e,

b) — seis (6) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas fun-

ções durante o quinquênio, compreendido entre 16 de outubro de 1968 e 16 de agosto de 1972, antecipado em razão da incorporação correspondente ao segundo decênio e das férias referentes ao ano de 1971, contadas em dobro; e,

III — conceder o adicional de cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos, de acordo com o Art. 171, da referida Lei, a partir de 16 de fevereiro de 1973, data em que completou trinta (30) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 27 de abril de 1973.

aa) JOAO MANSUR — Presidente

JORGE SATO — 1.º Secretário

JOSE MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

### 3.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura

#### Ata da 68.ª Sessão (Extraordinária)

Realizada em 14 de Maio de 1973

(Segunda-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Muggiati Filho, secretariada pelos Srs. Deputados Gabriel Manoel e Rosário Pitelli.

As 14,00 horas é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur, Santos Lima, Odilon Reinhardt, Jorge Sato, Muggiati Filho, David Federmann, Hélio Manfrinato, Aginaldo Pereira Lima, Alvaro Dias, Antônio Belinati, Antônio Costa, Antônio Lopes Júnior, Armando Queiros, Arthur de Souza, Basílio Zanusso, Borsari Neto, Cândido Martins de Oliveira, Domicio Scaramella, Emilio Carazzai, Erondy Silvério, Fabiano Braga Côrtes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Igo Losso, Iris Caldart, Ivo Tomazoni, João Fadel, Lázaro Dumont, Leopoldo Jacomel, Luiz Roberto Soares, Maurício Fruct, Nelson Buffara, Ovidio Franzoni, Paulo Camargo, Paulo Poli, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Sebastião Rodrigues Júnior e Wilson Fortes (41). Achando-se ausentes, os Srs. Deputados: Antônio Maciel, Arizone Araújo, Marciano Baraniuk, Olavo Ferreira, Wilson Brandão e Xenofonte Villanueva (6).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

#### SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão Extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — Não há Expediente a ser lido.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 41 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 80-71, que autoriza o Poder Executivo, criar na sede do Município de Icaraima uma Escola Normal de Grau Colegial, para funcionar no próximo ano letivo. — Aprovado.

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 80-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar na sede do Município de Icaraima, uma Escola Normal de Grau Colegial, para funcionar no próximo ano letivo.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 8-5-73

aa) Gilberto Carvalho — Presidente

Iris Caldart — Relator

Basílio Zanusso

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando outra para amanhã, dia 15, terça-feira, às 14,00 horas, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 86-72.

Levanta-se a Sessão.

### 3.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura

#### Ata da 69.ª Sessão Ordinária

Realizada em 14 de Maio de 1973

(Segunda-Feira)

Presidência do Sr. Deputado João Mansur, secretariada pelos Senhores Deputados Muggiati Filho e Quielse Crisóstomo.

A Hora Regimental, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur, Santos Lima, Odilon Reinhardt, Jorge Sato, Muggiati Filho, David Federmann, Hélio Manfrinato, Aginaldo Pereira Lima, Alvaro Dias, Antônio Belinati, Antônio Costa, Antônio Lopes Júnior, Armando Queiros, Arthur de Souza, Basílio Zanusso, Borsari Neto, Cândido Martins de Oliveira, Domicio Scaramella, Emilio Carazzai, Erondy Silvério, Fabiano Braga Côrtes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Igo Losso, Iris Caldart, Ivo Tomazoni, João Fadel, Lázaro Dumont, Leopoldo Jacomel, Luiz Roberto Soares, Maurício Fruct, Nelson Buffara, Ovidio Franzoni, Paulo Camargo, Paulo Poli, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Sebastião Rodrigues Júnior e Wilson Fortes (41). Achando-se ausentes, os Srs. Deputados: Antônio Maciel, Arizone Araújo, Marciano Baraniuk, Olavo Ferreira, Wilson Brandão e Xenofonte Villanueva (6).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

#### SESSÃO

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

#### EXPEDIENTE:



## REQUERIMENTOS:

— de autoria do Senhor Deputado Quielise Crisóstomo, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n. 23-73.

— de autoria do Senhor Deputado Quielise Crisóstomo, solicitando dispensa de publicação da Redação Final do Projeto de Lei n. 23-73.

## Requerimento

Senhor Presidente:

Os Deputados que este subscrevem, na forma Regimental, requerem seja encaminhada ao Ministério da Agricultura, solicitação no sentido de que aquele Órgão da Administração Federal, examine a possibilidade de um de seus técnicos no assunto, comparecer a esta Casa, a fim de fazer exposição o problema do "Câncer Cítrico" que está grassando em várias regiões de nosso Estado.

Sala das Sessões, em 14 de maio de 1.973.

aa) Quielise Crisóstomo — Lázaro Dument — Gilberto Carvalho

## Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, Requer, à Casa, após ouvido o Plenário, seja encaminhado apelo ao Exm<sup>o</sup>. Sr. Secretário dos Transportes, no sentido de que aquela autoridade determine providências urgentes, com o fim de serem realizados trabalhos na reconstrução da estrada nova no Km. 53 — trecho da serra São Luiz do Pumarã-Palmeira, cujo acesso acha-se intransitável em virtude de uma erosão ali verificada, causando desta maneira, um atraso com o desvio de 2 Kms. para o seu retorno.

Sala das Sessões, em 14 de maio de 1.973.

a) Domicílio Scaramella

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente. Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Sebastião Rodrigues Júnior.

O SR. SEBASTIÃO RODRIGUES JÚNIOR — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Breves são as palavras que determinam a minha presença na Tribuna desta Casa. Ocorre que o Diário Popular em sua edição de ontem, trazia sérias acusações ao Governo do Estado em especial, ao Sr. Governador, pelos favorecimentos que segundo alguns órgãos, parece estaria dando ao seu filho, através de polpidos cargos da Administração indireta do Estado e também da Universidade do Paraná. Tais acusações se revestem de aspectos mais sérios e estão a reclamar um esclarecimento; uma palavra que leve ao povo paranaense um esclarecimento acerca das notícias veiculadas por aquele jornal.

Desta forma sem nos pronunciarmos ainda sobre tal matéria, sem emitir o nosso ponto de vista acerca das acusações, gostaríamos que o Governo do Estado trouxesse a esta Casa, e através dela, ao povo paranaense os esclarecimentos devidos face às graves acusações veiculadas pelo Diário Popular do Governador Professor Pedro Viriato Parigot de Souza.

Consigo aqui que não me manifesto ainda sobre a matéria, me reservando para fazê-lo oportunamente, porque entendo que a vez de falar é do Governo do Estado e que o povo está a reclamar seu esclarecimento.

Era Sr. Presidente a principal razão da minha presença no Pequeno Expediente na Tribuna desta Casa.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito no Pequeno Expediente, Deputado Antonio Belinati.

O SR. ANTONIO BELINATI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Nesta oportunidade, queremos fazer um apelo ao Sr. Governador do Estado professor Pedro Viriato Parigot de Souza, no sentido de S. Exa. conceder ao servidor Público do Paraná, elevação de níveis dos vencimentos, da laboriosa classe do nosso Estado.

Sr. Presidente, srs. Deputados. Há mais de 8 anos, o servidor público paranaense, apesar da sua insistência da sua luta, não consegue elevação de nível. Este fato, Sr. Presidente srs. Deputados vem desvalorizar ainda mais os relevantes serviços que o servidor público empresta ao Governo do Estado, vivendo às custas de um salário que não condiz com a realidade brasileira. o nosso servidor público vem clamando, pedindo, lutando às vezes até pedindo o empenho do Deputado para conseguir aquilo que lhe é devido por Lei: a elevação de nível o que, lamentavelmente, não vem ocorrendo em nosso Estado.

Sr. Presidente, srs. Deputados, estando no Governo do Estado, um homem que saiu dos quadros públicos é de se esperar que S. Exa. determine ao Sr. Diretor do DESP uma reformulação nessa política desumana que impera no DESP, onde desde há muito não há uma elevação de nível, apesar da mesma estar prevista no Estatuto do Funcionário Público.

Gostaríamos, Sr. Presidente, Srs. Deputados que houvesse um pouco de boa vontade por parte dos homens encarregados do DESP, no sentido de que nosso servidor venha a ter seu salário atualizado, porque no momento as elevações de níveis concedidos são quase que à base de privilégios. E a maioria dos servidores públicos não tem se saído bem na sua luta para a elevação de nível.

A outra reivindicação que desejava fazer, sr. Presidente, srs. Deputados, é no sentido de cobrar ao Sr. Governador do Estado o aumento salarial do funcionalismo público estadual. Porque, como é do conhecimento de todos, há quase trinta dias entrou em vigor o nosso salário mínimo. E até agora o Palácio Iguaçu continua em silêncio, não se pronunciou à respeito de um aumento salarial. E até quando vai perdurar essa má vontade a respeito daquilo que o funcionalismo público estadual tem direito? Lembramos a S. Exa. o Sr. Governador, que o funcionalismo público federal já teve seus vencimentos majorados, e o nosso servidor estadual não tem sido valorizado, apesar dos apelos que tem sido formulados da Tribuna desta Assembléia Legislativa o nosso funcionalismo público estadual continua esquecido. E o nosso apelo, Sr. Presidente, srs. Deputados, é no sentido de que S. Exa. o Sr. Governador do Estado envie o mais rapidamente possível à esta Casa, uma Mensagem concedendo aumento salarial que possa cobrir os efeitos da inflação em nosso País.

Era só, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Luiz Roberto Soares, inscrito no Pequeno Expediente.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Ocupo a Tribuna, nesta Casa, neste momento para enviar uma Mensagem de congratulações pelo 25.º ano da Instalação do Estado de Israel.

Exatamente há 25 anos atrás numa cidade de Israel, David Ben Gurion instalava, proclamava a independência do Estado de Israel. De lá para cá, historicamente reconhecido o formidável papel que vem desempenhando essa pequena Nação no desenvolvimento da civilização ocidental.

Assim, acredito ser de nosso dever emitirmos nossas congratulações, nosso reconhecimento, dando nosso testemunho pelo espantoso progresso, pela invejável posição que hoje ocupa o pequeno Estado de Israel no conceito universal.

Foi exclusivamente para esse fim que assumi a Tribuna desejando àquele País e a todos que lá habitam votos de perenes felicidades e esperanças que o interminável conflito do Oriente próximo esteja findo com o conagraamento geral de todas as etnias e todas as raças.

Grato, srs. Deputados: — (Sem revisão do orador).

O SR. FABIANO BRAGA CORTES — (Pela ordem). Sr. Presidente, a semana que passou usei da Tribuna desta Casa para alertar as autoridades estaduais sobre o problema da poluição dos caminhões nas estradas, motivo que vem acarretar sérios acidentes em nossas rodovias. Na tarde de hoje se encontra nesta Casa o Sr. Pedro Lucio da Silva, cidadão que projetou um invento que irá por certo sanar esse problema que vem apilgindo os motoristas nas estradas.

Nestas condições, Sr. Presidente, pediria a V. Exa. que suspendesse a sessão por 5 minutos, a fim de que esse cidadão mostrasse e apresentasse aos srs. Deputados este seu invento, o qual, tenho certeza é de interesse dos Deputados, porque é um invento que vem beneficiar o tráfego em nossas estradas.

Era só.

O SR. PRESIDENTE — Em votação o Requerimento verbal do Sr. Deputado Fabiano Braga Cortes. — Aprovado.

Suspendo a sessão por 5 minutos a fim de que o inventor Sr. Pedro Lucio da Silva possa apresentar seu invento.

O SR. PRESIDENTE — Está reaberta a sessão.

O SR. CANDIDO MARTINS DE OLIVEIRA — Sr. Presidente pediria a palavra para o Pequeno Expediente, se é que há tempo.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o Sr. Deputado.

O SR. CANDIDO MARTINS DE OLIVEIRA — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Solicitei a palavra no Pequeno Expediente apenas para esclarecer o assunto abordado nesta Tribuna pelo Deputado Sebastião Rodrigues Jr., que trouxe à Casa a sua preocupação com relação à notícia veiculada em órgão de imprensa desta Capital, na data de ontem, com respeito o engenheiro Luiz Antonio Veloso que ocupa, há mais de cinco anos a função de Presidente da Cohab-Curituba cargo para o qual foi nomeado sem que houvesse transferência deste ou dos Governadores anteriores visto que esta função é vinculada à Prefeitura Municipal e ao Ministério do Interior. Além disso, o engenheiro Luiz Antonio Veloso, recentemente, foi aprovado em concurso público na Faculdade de Engenharia da Universidade do Paraná. Já lecionava, como assistente há alguns anos mas submeteu-se a concurso para o qual foi aprovado com distinção. A Constituição faculta o exercício para Professor do cargo de magistério e de dois outros desde que haja correlação de matéria técnica.

Não vemos portanto, sr. Presidente, Srs. Deputados, até onde nos é dado perceber em função da notícia divulgada e em razão do ouvimos maior preocupação por parte dos Representantes do povo nesta Casa no sentido de que S. Exa. o Sr. Governador Pedro Viriato Parigot de Souza, à guisa de proteger elementos ligados a si, por laços familiares, esteja usando de maneira incorreta a função governamental.

O seu filho engenheiro Luiz Antonio Veloso, exerce, como disse, funções completa e absolutamente desvinculadas, em termos de designação ao Governo do Estado. O Governador não virá a público para esclarecer notícias desse teor porque sabemos quais são as fontes e quais são os motivos que levam uma certa imprensa a fazer esta campanha contra o Governo do Estado.

Solicitamos apenas aos Representantes do povo da oposição e da situação que ao analisarem essas críticas, ao analisarem essas notícias as analisem com o pensamento isento de qualquer paixão política. As críticas bem fundadas serão sempre recebidas pelo Governo do Estado e pela Bancada do Governo nesta Casa; mas aquelas que visam única e exclusivamente tumultuar o cenário político paranaense, a atirar lama sobre a honra de um homem inatacável como é o Professor Pedro Viriato Parigot de Souza, terão o silêncio como resposta porque entendemos que esta Assembléia não pode e não deve se tornar palco de discussões encomendadas, de discussões que a nada levam senão à desarmonia do Estado do Paraná. Muito obrigado, Sr. Presidente, srs. Deputados. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Está encerrado o Pequeno Expediente, concedo a palavra no Grande Expediente, ao Sr. Deputado Gilberto Carvalho.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Sr. Presidente e srs. Deputados.

Ocupo nesta tarde de hoje a Tribuna desta Casa, para analisar a extraordinária atuação de um órgão do Estado que para muitos, sempre passou despercebido. Trata-se da Fundação de Assistência ao Trabalhador Rural, órgão entregue à Fundação e Integração de Entidades sociais. Esta entidade atualmente dirigida pelo seu superintendente, Dr. Rui Iltiberê da Cunha, tem como Secretário Executivo, o Dr. Genésio Tavares que vem empreendendo um trabalho de vulto no interior do Estado destinado ao atendimento médico, o odontológico, farmacêutico, jurídico e social em favor do homem do campo.

Onde falha o Fundo Rural onde o Sindicato não pode dispor de condições para atender estes humildes lavradores, faz-se presente...

O sr. Antonio Belinati — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Nobre Deputado, estamos satisfeitos, que de uns dias para cá, diversos órgãos do Governo que iam muito mal até mesmo no atendimento de vários Parlamentares que integram a Bancada da ARENA, estão sentindo, como qu-



um passe de mágica, de repente tudo ficou às mil maravilhas, Secretaria de Segurança, do Trabalho, de Saúde, de Educação, de Agricultura e diversos Departamentos. E nós desejamos que os pronunciamentos, que estão sendo feitos de urs dias para cá, através da Tribuna da Assembleia Legislativa, não venham quando sabe no futuro ser alterados pelos mesmos Parlamentares, que hoje estão na Tribuna, enaltecendo a grandiosidade da equipe de trabalho que compõe o Governo do nosso Estado.

Foi portanto, o que nós Deputados da Oposição, podemos sentir num contato pessoal, que as características são idênticas em diversos setores da Administração estadual. Deputados sendo mal recebidos. Deputados tendo as suas reivindicações rejeitadas e hoje, parece haver uma transformação radical na noite para o dia. Desejamos pois que este procedimento continue sendo assim, até o final deste governo. Obrigado.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Obrigado pelo aparte. V. Exa. tem conhecimento de que venho ocupando a Tribuna por várias vezes para elogiar a atuação do Governo e outras, para criticar como critiquei Secretários de Estado.

Não é do meu feito fazer elogios ao Governo, quando existe paz. Temos esta Tribuna, um direito concedido pelo povo de nosso Estado, para fazer o nosso pronunciamento. E assim o fiz para criticar o Governo e quando faço, também apresento as justificativas.

O Sr. Antônio Belinati — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado. O que alguns setores da opinião pública estão interpretando é que o Governo do Estado teria reformulado seu sistema político. O Professor Parigot de Souza, que se manteve intransigente para acabar com os comandos políticos, acabar com a interferência dos Deputados na nomeação de Diretores, de Delegados de Polícia e na expedição de carteirinhas de alcaçuetes, com o novo estado de coisas no Paraná que se comenta na boca do povo, teria patrocinado a alguns políticos o retorno dos comandos políticos para que Deputados voltassem a interferir na demissão de Diretores, nomeação de Delegados de Polícia, Diretores de Departamentos, etc.. Desejariamos que isto não fosse verdade e que os pronunciamentos pudessem ser do fundo do coração, como o faz V. Exa..

O SR. GILBERTO CARVALHO — Nobre Deputado, na última audiência que tive com o Governador do Estado, fiz questão de frizar que jamais me preocupei com comandos políticos. O que propus ao povo de minha Região quando candidato, foi reivindicar obras de interesse para aquela Região, como sejam, pontes, estradas, salas de aula mas nunca me preocupei com nomeação de Delegados, juizes ou Diretores.

Como Representante do Município procuro atender pedidos que são formulados, mas quero ressaltar, quando V. Exa. faz menção à expedição de carteirinhas de alcaçuetes, que no Governo Parigot de Souza não foi expedida uma carteira sequer, nem mesmo no Governo do Sr. Haroldo Leon Peres, antecessor de Parigot de Souza.

"Mas, Sr. Presidente a Fundação de Assistência ao Trabalhador Rural através de equipes volantes presta efetivo atendimento aos Distritos dos Municípios. Em recente relatório da atual Administração da FATR, tive a oportunidade de observar, com surpresa até que no ano de 1972 e em meados deste ano foram atendidos mais de 200 mil lavradores e seus familiares, com assistência médica, odontológica jurídica e farmacêutica".

O sr. Quilse Crisóstomo — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Nobre Deputado Gilberto Carvalho parece-me ou quis me parecer, que um dos ilustres Representantes nesta Casa, do próspero Município de Londrina, quis direta ou indiretamente nos atingir também ao dizer que as coisas nos últimos dias estão se modificando e que os Deputados modificam os seus pronunciamentos. Quero dizer, Nobre Deputado Antonio Belinati, no que me tange sou o mesmo Deputado de dois anos atrás e os pronunciamentos que fiz, que farei e que faço, podem ser comparados pela taquígrafia. Jamais subi à Tribuna desta Casa que não fosse para falar em obras em obras que estivessem sendo executadas ou que já foram executadas. Acredito que não seja ou que não tenha sido esta sua vontade de atingir-nos quando de nosso pronunciamento de 6.a feira última, ao agradecer determinados setores da Administração pública do Estado pelo atendimento eficiente que vem dando há muito e que por esse motivo os Líderes políticos de minha Região pediram deste Parlamento que fizesse o agradecimento da Tribuna. Com relação à segunda parte de seu pronunciamento de que alguns Deputados estivessem agradecendo obrigação de comandos políticos ou coisa parecida, quero dizer, a V. Exa. que não sei como é que estão os comandos políticos na minha Região. Há muito tempo que não sou atendido e não faço proposta de substituição na minha Região de comando político, por incidentes políticos e não administrativos. Portanto, eu me excluo dessa sua tentativa de atingir Parlamentares da Arena, porque não participo destes favores, segundo o que pude entender de S. Exa. o Sr. Governador do Estado, ao indicar autoridades dos Municípios aos quais, por termos a maioria da votação, lideramos como Parlamentares da ARENA.

Isto posto, quero dizer que continuarei na minha linha de conduta, dizendo o que está certo e o que está errado, desse Governo aplaudindo quando ele acertar e camentando e criticando, quando ele errar.

Sejam estas as minhas palavras, parabenizando-me com V. Exa. pelo seu pronunciamento. (Muito bem).

O SR. GILBERTO CARVALHO — "Após esta breve análise da Fundação de Assistência ao Trabalhador Rural, que deve merecer de nós todo o apoio, para que possa ampliar os seus atendimentos, dotando-o de recursos orçamentários mais condizentes com sua humanitária finalidade, quero ressaltar o recente e excepcional trabalho realizado pelo Setor Jurídico daquela Entidade, representado pelos advogados drs. Edouard Elias Thomé e Hamilton Leopoldo Glaser, os quais conseguiram evitar um conflito armado na Fazenda Corredeira dos Índios, no Município de Assis Chateaubriand, quando graças à interferência dos mencionados caudilhos foram mantidas mais de 200 (duzentas) famílias de lavradores, que iriam ser desalojadas da referida fazenda, por força de interpelações judiciais propostas pelo seu proprietário. A oportuna interferência dos advogados Edouard Elias Thomé e Hamilton Leopoldo Glaser, ambos especializados em problemas de terras, não só evitou a eclosão de um movimento que poderia resultar em consequências imprevisíveis, como sanou o gravíssimo problema social que iria gerar, pois mais de mil e quinhentas pessoas ficaram desabrigadas, caso se consumasse o despejo pretendido pelo proprietário da fazenda. Vale por outro lado, esclarecer que esse atendimento foi determinado pelo presidente da FIDES, Sr. Osmário Zilli e pelo dinâmico dr. Ruy Itiberê da Cunha, Superintendente da FATR.

A propósito, o matutino "Diário do Paraná" em sua edição de sexta-feira, última dia 11 de maio, destacou em manchete no 2.o caderno o trabalho realizado pelos advogados Edouard Elias Thomé e Hamilton Leopoldo Glaser integrantes do Setor Jurídico na Região Oeste do Estado, especialmente no Município de Assis Chateaubriand. Reconhecendo o alcance excepcional do Setor Jurídico da FATR (Fundação de Assistência ao Trabalhador Rural) no atendimento aos lavradores, e em especial ao caso de Assis Chateaubriand, peço venho aos meus Pares, para apresentar um Requerimento de aplauso aos advogados mencionados pela brilhante atuação no evento, ao Dr. Ruy Itiberê da Cunha, eficiente e experiente Superintendente da Fundação de Assistência ao Trabalhador Rural e ao Dr. Osmário Zilli, Presidente da FIDES.

O Requerimento que encaminhamos à Mesa desta Assembleia está vado nos seguintes termos:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais requerer à Mesa, ouvido o Plenário, seja consignado em Ata um voto de aplauso ao Senhor Osmário Zilli, Presidente da "FIDES" Doutor Ruy F. Itiberê da Cunha, Superintendente da Fundação de Assistência ao Trabalhador Rural e aos Advogados Doutores Edouard Elias Thomé e Hamilton Leopoldo Glaser, integrantes do Setor Jurídico daquela Entidade Assistencial, pelo extraordinário trabalho desenvolvido na Região Oeste do Estado, especialmente no Município de Assis Chateaubriand, onde conseguiram manter em suas terras mais de 200 (duzentas) famílias, cerca de 1.500 (hum mil e quinhentas) pessoas ameaçadas de despejo.

Requer, após aprovado pela Mesa, seja feita a necessária comunicação aos ilustres homenageados.

Sala das Sessões, em 14 de maio de 1973".

Era este, Sr. Presidente, srs. Deputados o pronunciamento que desejava fazer, nesta tarde e justificando porque conhecia a Fundação de Assistência ao Trabalhador Rural que em vários Municípios de minha Região vem funcionando e dando atendimento a contento. Já fiz, em 1971, um pronunciamento desta Tribuna, quando se falava do fechamento daquela Fundação, pois na época, existia um Conselho que impedia seu perfeito funcionamento. Mas, atualmente a Fundação está realizando um ótimo trabalho, em todo o Interior.

Era só, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Esta Presidência tem a satisfação de comunicar à Casa, a presença do Sr. Prefeito Municipal de Porto Amazonas e do Vereador Ademir Schiler.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Sebastião Rodrigues Júnior, inscrito no Grande Expediente.

O SR. SEBASTIÃO RODRIGUES JUNIOR — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O motivo que nos traz à Tribuna, nesta tarde, no Grande Expediente, é fazer com que conste nos Anais da Casa um documento, da maior importância para a apreciação futura: a história de nossos dias. Documento que, milagrosamente, burlou a rigidez da censura que amordaça, atualmente, a imprensa em nossa terra.

Referi-me Sr. Presidente, srs. Deputados, à renúncia do Ministro Cirne Lima, carta que S. Exa. endereçou ao Senhor Presidente da República.

A Carta está vasada nos seguintes termos: (Lê):

"Excelentíssimo Senhor Presidente da República.

"Já no pronunciamento de aceitação caracterizou Vossa Excelência a ênfase que desejava para o setor agrícola brasileiro e são por todos lembradas as expressões do seu discurso de posse dirigido ao homem de campo, àquele que vive exclusivamente na terra e da terra.

"Cremos que os três primeiros anos do Governo de Vossa Excelência foram bem a consecução desses objetivos, colocando a Agricultura, os interesses e o bem-estar do homem rural, em uma posição incomparável em nossa história republicana.

"Todas as medidas do Governo de Vossa Excelência como um todo, caracterizavam esta prioridade e a mim coube o privilégio de ser nele, responsável pelo setor agrícola.

"A superior e humana determinação de Vossa Excelência de reduzir ainda mais o ritmo inflacionário que solapa a vida do País, fez, no entanto, ao nosso ver, que se iniciassem distorções no sistema e nos métodos governamentais fazendo com que se distribuissem igualmente, entre todos os setores da Economia, as responsabilidades e os onus desta tarefa, caindo sobre a Agricultura que nunca desejou nem foi beneficiária da inflação, uma carga incomparavelmente mais pesada.

"Como é sabido, a situação mundial dos preços dos produtos agrícolas aflixe populações e governo de todas as nações, desde as mais desenvolvidas e ricas até aquela em que a fome e a miséria são endêmicas.

"A entrada da União Soviética como compradora de alimentos no Ocidente e a possibilidade de que a China Continental venha a fazer o mesmo, tornam o mundo de hoje, singularmente desafiador, porém para o Brasil, mais como possibilidades do que como dificuldades.

"Pela primeira vez desde vinte anos, os preços dos produtos agrícolas estão em ascensão nos mercados internacionais e diante da sadia e sabia decisão de Vossa Excelência de dar prioridade ao consumidor brasileiro, caberia ao Brasil, como cabe, uma ampla área de atuação como exportador de alimentos e fibras que bem amparadas, poderiam levar até o homem do interior o produtor rural, genuinamente brasileiro, oportunidades de renda como há de muitos anos não se verificava. Ademais Vossa Excelência bem o sabe mesmo os países mais industrializados ainda tem nos produtos agrícolas a sua maior receita de exportação.

"Infelizmente, os mecanismos governamentais visando o abastecimento interno, sem atingirem a estabilidade desejada pelo consumidor urbano, mais têm favorecido o setor industrial e comercial de exportação crescentemente estrangeiro, e tornando cada vez menos brasileiros os resultados da prosperidade do País.

"O Brasil cresceu economicamente a níveis admiráveis nos últimos anos, mas como Vossa Excelência reiteradamente tem afirmado, não é o crescimento econômico um fim, em si, mas sim um instrumento de Justiça Social. As condições de pleno desenvolvimento atingidas na proporção em que diminuem a fome, a miséria, a pobreza e a doença, continuam sendo a preocupação de V. Excelência e de todos os brasileiros.

"A busca da eficiência e da produtividade, certamente necessários, tem esmagado, de outra parte, os interesses do médio produtor rural do pequeno



ou médio industrial ou comerciante, estes, brasileiros, em benefício daquelas corporações multinacionais, indispensáveis também, se adequadamente disciplinadas como em qualquer país, em prol do interesse da coletividade.

Dentro da fixação das necessidades e prioridades nacionais, acreditamos que o fator capital está recebendo uma proteção que torna incompatível a conciliação dos objetivos nacionais. A remuneração deste capital, também cada vez menos brasileiro, faz com que o endividamento externo, a balança de pagamentos, e, internamente o custo do dinheiro, tornem quase impossível as reduções inflacionárias desejadas a não ser com desproporcional custo a ser pago por outro setor, no caso, o agrícola.

"Os métodos que vêm sendo utilizados para a redução do índice de inflação no país, não podem, pois, contar com nossa concordância.

"Desde janeiro que os preços dos produtos agrícolas estão, como em todo o mundo, na pauta das atenções públicas brasileiras e a ênfase e os métodos utilizados, repito, exigiriam de nós, para concordância, complacências e concessões incompatíveis com a nossa formação. Não discuto instrumentos de ação governamental, mas sim os métodos e os princípios de sua aplicação.

"Creio, permita Vossa Excelência que o diga, que o maior problema advém da debilidade de nossas instituições, desproporcional ao crescimento de alguns poucos interesses dentro do País e estes estão praticamente vinculados ao arbitrio de alguns administradores. E as clássicas correções da política econômico-financeira que são utilizadas em tantos outros países entre nós quase sempre, da forma como são usadas, desservem ao interesse público.

"Reiterou-me, mais de uma vez, um clega, também Ministro de Vossa Excelência, que "o Governo é um ente essencialmente a-ético" e como tal são válidos todos os meios para atingir os fins desejados.

"Senhor Presidente. Há entre essa afirmativa e minhas convicções um grande abismo. Não posso atravessá-lo. Sempre acreditei que a verdade é melhor que a falsidade, e a coragem melhor que a covardia. Hoje, confronto-me com meus próprios princípios.

"Fique com Vossa Excelência, Senhor Presidente, um profundo sentimento de fé e esperança naqueles homens que, sob a responsabilidade de um organismo a mim subordinado, colonizam a Amazônia. Leve a eles a minha palavra de respeito e amor, pois não creio que haja brasileiros mais importantes na atualidade nacional. No nordeste fica ainda em seu início aquilo que considero o mais válido esforço de distribuição de terras já feito no Brasil. Finalmente, as Centrais de Abastecimento, muitos já em funcionamento e outras por serem inauguradas, obra de Vossa Excelência, das mais duradouras e válidas para a melhoria das condições de vida do povo brasileiro.

"Trazido do anonimato do meu Estado natal para as funções de Ministro de Estado, estejo certo Vossa Excelência, que procurei, sempre, honrar a vossa confiança e o cargo a que, por este instrumento, renuncio. E hora de sair, para devolver a meu pai e em breve, passar a meus filhos, um nome e cujas tradições procurei estar à altura em dignidade, independência, fidelidade e honra.

"Receba os meus protestos da mais elevada estima e consideração.

a) — L. F. Cirne Lima".

Sr. Presidente, conforme disse, de início, não poderia deixar de levar aos Anais desta Assembléia documento de tamanha importância para apreciação do presente da vida brasileira.

A imprensa internacional situa nosso País entre aqueles, no Continente e fora dele, que mais se distanciam do regime democrático, embora o Governo Federal proclame o contrário e tenha a defendê-lo várias pessoas inclusive algumas que, no passado, defendiam o Estado Novo. O atual Presidente da Arena, Filinto Muller, ex-Chefe de Polícia do Estado Novo, proclama que vivemos em verdadeira democracia. Descobriu S. Exa. novas teses de direito como aquela que proclamou e foi publicada pela imprensa nacional, de que não precisávamos de "habeas corpus" porque a França não possuía. Ignorava o novo técnico em direito, o homem que fez do cassete a sua doutrina, que se a França não possui o "habeas corpus", tem um outro instrumento jurídico equivalente para a proteção dos direitos individuais.

Justamente a pátria da revolução francesa, aquela que tantos serviços prestou à humanidade, aquela que tudo contribuiu para a valorização do homem, é que o Presidente da Arena, Filinto Muller, ex-Chefe de Polícia do Estado Novo, compara ao estado atual das instituições brasileiras.

Mas, fica aqui um documento importante, que traz em seu bojo uma acusação das mais sérias, aquilo que o meu Partido, aquilo que os homens do MDB vêm proclamando constantemente, que a riqueza brasileira, nos últimos anos não vem beneficiar, em absoluto, o nosso povo. Lamentavelmente, beneficia o capital estrangeiro que pouco a pouco toma conta da economia brasileira.

Esta a acusação que o documento faz. Permitam-me os Srs. Deputados repetir o que diz um trecho da carta do renunciante Ministro da Agricultura: "Infelizmente, os mecanismos governamentais visando o abastecimento interno, sem atingirem a estabilidade desejada pelo consumidor urbano, mais têm favorecido o setor industrial e comercial de exportação, crescentemente estrangeiro, e tornando cada vez menos brasileiros os resultados da prosperidade do País". Esta preocupação o Ministro, o ex-Ministro manifesta ainda em outros trechos de sua carta renúncia. É um documento que reputo da mais alta importância porque vem de quem pertenceu ao Governo até hoje, um homem que reconhece os méritos do atual Governo, mas critica fundamentalmente a sua política econômico-financeira, critica indiretamente, o Papa desta política o intocável Ministro Delfin Neto, que talvez seja aquele Ministro ao qual o Sr. Cirne Lima em sua carta renúncia atribui a expressão, "de que o Governo é um ente essencialmente a-ético e como tal, são válidos todos os meios para atingir os fins desejados".

É a moral jesuítica transporta para a administração deste Estado. Era preciso que o ex-Ministro tivesse aqui declarado o nome do autor, mas pelo procedimento e interpretação minha, creio vê-lo o atual responsável pela Pasta da Fazenda e responsável por toda a política econômico-financeira do Governo. Esta, Sr. Presidente, pois, a razão da minha presença nesta tarde na Tribuna para que constasse dos Anais desta Casa, a carta-renúncia do Ministro Cirne Lima. Me abstenho de comentá-la por maior tempo porque deve ocupar a Tribuna o Sr. Deputado Muggiati Filho que também tem assunto importante a tratar nesta tarde.

O Sr. Cândido Martins de Oliveira — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Nobre Deputado Sebastião Rodrigues Júnior. O pronunciamento de V. Exa. é dos mais sérios e interessantes que esta Assembléia tem ouvido nos últimos anos. E através dele, V. Exa. consigna nos Anais desta Casa a carta escrita pelo ex-Ministro Cirne Lima, onde S. Exa. à par de cristalizar uma divergência já clara a todo o mundo político brasileiro com o setor fazendário da Nação, tece considerações quanto ao Governo Federal.

Destaca V. Exa. como homem de oposição, os trechos da carta que servem de motivação ao seu Partido na atualidade.

Ocorre, que se a carta do Dr. Cirne Lima, é um testemunho da divergência com relação aos métodos econômicos e financeiros do Governo brasileiro,

e a par disso, desse testemunho também do trabalho e da correção do procedimento do Governo Federal no que se refere à agricultura do nosso País.

Enquanto V. Exa. lia a carta, tive a oportunidade de anotar alguns trechos em que o ex-Ministro Cirne Lima faz referências ao seu trabalho no Ministério da Agricultura e ao trabalho do Governo Federal. Cito apenas um, que pude anotar, quando S. Exa. afirma no início da carta, que os três primeiros anos no setor agrícola foram de plena consecução dos objetivos do Presidente Médici, anunciados no seu discurso de posse, elogiando S. Exa. a preocupação do Governo Federal na redução do ritmo inflacionário neste País. Além de afirmar o Sr. Cirne Lima, o crescimento admirável do Brasil nos últimos anos, além de realçar a colonização da Amazônia, além de deixar clara a distribuição de terras no nordeste, com uma verdadeira reforma agrária que foi bandeira de luta de Governos anteriores a 64 e que serviu apenas para a montagem de comícios aparatosos que não levavam a nada, muito menos aos benefícios aos agricultores e aos homens do campo. Cita ainda Cirne Lima. Centrais de Abastecimento em algumas Capitais de Estados do Brasil. Portanto, se a carta é um testemunho de discordância com relação à política econômico-financeira, e partindo de quem parte, é um elogio à política do Governo Federal no setor da agricultura e da pecuária. Tem o Ministro Cirne Lima os motivos pessoais que c devem ter levado a adotar esta atitude, inclusive aquela de, no Rio Grande do Sul, seu Estado natal, sentir-se bem com os fazendeiros de cuja classe ele também participa em função da política adotada pelo Ministério da Fazenda, no sentido de, baixando instruções, impedir a exportação de carnes para o abastecimento de grandes cidades para que o povo brasileiro tenha à sua mesa, ao alcance de seu bolso, a carne que é o principal alimento do povo brasileiro. Respeito a opinião de Cirne Lima, apenas desejo, como homem da ARENA, deixar fixados os verdadeiros elogios feitos ao Governo Federal e a restrição, que é um ponto de vista pessoal do Ministro, com relação à política econômico-financeira que talvez não tenha atingido ainda o ideal que todos desejamos de uma distribuição de rendas mais equânime para toda a população mas que sem dúvida trouxe e está trazendo os melhores frutos em termos de desenvolvimento do País. É preciso que antes da distribuição seja feito um saneamento nas finanças nacionais, a fim de que o Brasil, forte em termos econômicos, possa posteriormente, através de uma criteriosa planificação de distribuição de rendas, vir a levantar o nível social de toda a população brasileira. Obrigado pela gentileza na concessão deste aparte.

O Sr. SEBASTIÃO RODRIGUES JÚNIOR — O aparte de V. Exa. me é muito caro. Como observou V. Exa., fiz a leitura do texto integral da carta e tive a oportunidade de ler, os parágrafos que contêm elogios ao Governo Federal. Mas parece que V. Exa. gostaria que eu aceitasse a carta integralmente.

O Sr. Cândido M. de Oliveira — Ouvi a leitura da carta e V. Exa. foi fiel a seu conteúdo. Ocorre que após a leitura V. Exa. voltou a repisar um determinado trecho que V. Exa. entende que melhor convém aos interesses de seu Partido, a oposição. Tomei a liberdade de ressaltar os trechos que convêm ao Governo Federal.

O Sr. SEBASTIÃO RODRIGUES JÚNIOR — Peço vênha para discordar outra vez porque V. Exa. diz que o Ministro elogiou a política do Governo, elogiando o crescimento do País. Mas ele diz que o grande beneficiado no crescimento do País é o estrangeiro. É o capital estrangeiro. Isto anula todo o crescimento e destrói a afirmativa de V. Exa. de que é preciso reunir para depois distribuir. Quero, com todo o respeito por V. Exa. salientar um pensamento do atual Presidente do México, quando diz que quem proclama esta tese ou não sabe o que está dizendo, ou está com segundas intenções. É a opinião do Presidente do México, de um Chefe de Estado que também vê o debate de problemas econômicos em seu País.

O Sr. Cândido Martins de Oliveira — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Respeito seu pensamento com relação à posição do Presidente do México, mas já que V. Exa. endossa as palavras do Ministro Cirne Lima, com relação à oposição do ingresso do capital estrangeiro, V. Exa. não deve citar a opinião de uma autoridade estrangeira, com respeito ao assunto doméstico.

O Sr. SEBASTIÃO RODRIGUES JÚNIOR — Cito apenas porque é uma opinião que tem fundamentação científica e a ciência não é doméstica e sim universal. A ciência não tem pátria é patrimônio de todos nós. Portanto, esta a razão da minha referência às palavras de S. Exa. o Sr. Presidente do México.

O Sr. Álvaro Dias — V. Exa. permite um aparte?

O Sr. SEBASTIÃO RODRIGUES JÚNIOR — Nobre Deputado Álvaro Dias, não fosse V. Exa. Deputado do meu Partido, não me permitiria fazer o pedido que faço. Tenho compromisso com o Sr. Deputado Muggiati Filho de deixar-lhe 20 minutos para sua fala. Portanto V. Exa. dispõe de dois minutos para o aparte.

O Sr. Álvaro Dias — Serei breve. Primeiramente, para cumprimentá-lo pela oportunidade do pronunciamento que faz; e em segundo lugar para dizer que o ex-Ministro Cirne Lima em sua carta engloba praticamente a tese que parte da oposição, em relação à política econômico-financeira do Governo. É esta uma demonstração evidente de que a tese é válida. Porque se ele como Ministro do Governo que conforme afirmou tem um dever de gratidão ao Presidente da República, por tê-lo tirado do anonimato, das plagas do Rio Grande do Sul e levado à publicidade que dá naturalmente ao Ministério, que ele, apesar de ter o poder em suas mãos, ser o Ministro de Estado, devendo portanto fidelidade ao Governo, tem a coragem suficiente para incampar esta tese e, principalmente, porque ela é válida e por isso, o MDB no País está com a consciência tranquila por ter dado esta demonstração de que mais uma vez está com a razão.

O Sr. Muggiati Filho — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento)

Pediria que V. Exa. não levasse a mal mas sim no bom sentido. Como V. Exa. está na Tribuna e estou observando que o material que pretende explorar da Tribuna é grande, e mesmo o tempo combinado entre nós é escasso, eu proponho a V. Exa. utilizar o restante do tempo e eu mantere a minha inscrição para amanhã. Porque assim a Casa não ficaria privada de uma oração tão oportuna como a que V. Exa. está produzindo nesta tarde.

O Sr. SEBASTIÃO RODRIGUES JÚNIOR — Perguntaria ao Sr. Presidente, de quanto tempo disponho.

O Sr. PRESIDENTE — V. Exa. dispõe de 20 minutos.

O Sr. SEBASTIÃO RODRIGUES JÚNIOR — Deputado Muggiati Filho, creio que é o tempo que V. Exa. precisa para ocupar a Tribuna.

Gostaria, Sr. Presidente, a exemplo do Ministro Cirne Lima, de cumprir também a minha obrigação, e cumprir com a minha palavra para com o Sr. Deputado Muggiati Filho. Voltarei a esta Tribuna, mesmo amanhã, para prosseguir o assunto. Porque a Carta-Renúncia do Ministro Cirne Lima permite longas considerações.

O Sr. Cândido Martins de Oliveira — V. Exa. permite outro aparte? (Assentimento). Apenas uma lembrança neste aparte final ao Sr. Deputado Álvaro



Dias. A Carta do Ministro como um endosso ao programa do MDB gostaria de lembrar ao Sr. Deputado que o Ministro Cirne Lima é inscrito no MDB do Rio Grande do Sul. Portanto ele apenas está exercendo e executando o seu papel político, como inscrito no Partido da oposição. Não é endosso é cumprimento da determinação oposicionista no País.

O SR. SEBASTIÃO RODRIGUES JÚNIOR — Estimo que V. Exa. lembre este fato, porque a ARENA procurou negá-lo durante dois anos. E foi preciso a renúncia, para que os homens da ARENA lembrassem a posição do Ministro Cirne Lima.

Era só, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Muggiati Filho.

O SR. MUGGIATI FILHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O Relatório apresentado à Assembleia da Associação Internacional de Imprensa, pelo jornalista Júlio Mesquita Netto, Diretor de "O Estado de São Paulo", seria objeto principal de nossa presença na Tribuna, nesta tarde.

Como dissemos, entretanto, ao Nobre colega, Deputado Sebastião Rodrigues Júnior, seria humanamente impossível tratar dessa matéria em apenas vinte minutos, principalmente quando dispomos, no momento, de apenas quinze minutos. Então, aproveitamos a oportunidade para registrar, aqui, o honroso contra-aparte com que fomos distinguidos, na sessão anterior, pelo ilustre Deputado Quielise Crisóstomo, o que nos traz, a esta Tribuna, com brevidade. O Nobre Deputado Basílio Zanusso, na sessão anterior, abordou, nesta Casa, com a propriedade que lhe é peculiar, diversos ângulos do problema do cancro cítrico, em nosso Estado.

Entre os apartes, encontrava-me eu, distinguido com um contra-aparte, ao qual, não só por falta de tempo, mais ainda porque entendemos que os mesmos prejudicam e muitas vezes até tumultuam a oração principal, nos reservamos para uma oportuna observação. Sem qualquer objetivo de manter polêmica, embora entendamos que para o Paraná, o assunto merece ser polemizado, tivemos a oportunidade de registrar, que a orientação quase inexistente no setor agrícola. Na zona Norte do Paraná, que é aquela pela qual respondemos, há uma desorientação completa. E no setor referente ao plantio de frutas cítricas; às árvores produtoras das frutas cítricas. Tanto assim é que inúmeros lavradores plantam-nas às escondidas, receiosas de sua erradicação.

Como testemunha disso, citei um fato que elucidava o assunto; aproveitando o ensejo devo acentuar, para que fique também registrado nesta Casa, que hoje consome-se, possivelmente, mais laranjas de São Paulo no Paraná, do que de qualquer outra fonte produtora. E, que de tudo aquilo que aqui se discutiu na sessão anterior, parece existir farta fundamentação em favor da aqueles que argumentam de que até nisso São Paulo consegue solapar os interesses do Estado do Paraná. Nós já estamos cansados de proclamar que São Paulo exporta para o Paraná até ICM referentes a veículos fabricados na zona do ABC.

Então, nós paranaenses, nós que não nos industrializamos ainda, que estamos trabalhando para o Estado que se industrializou mais, porém, que conta para se manter à frente, com o potencial industrial do País, com o apoio irrestrito e absoluto do Ministério da Fazenda é possível que quanto ao problema da produção de laranjas em nosso Estado exista até aí alguma influência do interesse econômico por parte do Estado que mais prepondera na União.

Não vamos a uma afirmativa definitiva mas vamos estudar para chegar lá. O que queria retificar Sr. Presidente, e para que conste dos Anais da Casa, é que não aceito, data venia de S. Exa., os seus ensinamentos.

Gostaria de poder aceitá-los, porque vivo para aprender, e principalmente, aprendi com Cristo que só aqueles que sabem ouvir conselhos podem se tornar sábios ou são os sábios, embora nenhuma pretensão disso este modesto Deputado alimento. Não posso aceitar, pois não seria o lugar adequado ou "não o era aqui da Tribuna" — para usar as palavras textuais do Deputado Quielise Crisóstomo, "que deveria ser feita uma acusação aos problemas do interior e sim, lá, junto ao lavrador, junto ao homem que estava plantando e deveria ser impedido de trabalhar no plantio. Este é meu entendimento e esse seria meu comportamento neste episódio e nesta oportunidade".

Respeito a opinião de S. Exa. mas não me considero, data venia, fiscal de cânceros cítricos para determinar ao lavrador que erradique ou deixe de plantar a árvore. Há uma diferença, que considero fundamental, entre nossa função fiscalizante e a função do fiscal.

No meu modesto entendimento, a nossa função está apenas em torno da Lei, da aplicação da Lei, do uso da Coisa Pública, da observância da Constituição e das normas do Regimento, enfim de tudo aquilo que interesse à Coisa Pública, a não ser que o próprio Deputado seja um fiscal do Ministério, se puder acumular as duas funções.

Entendo, porém, uma vez mais, que nossos lavradores estão necessitados, e com urgência, de ações que venham no sentido, não de favorecimentos ou de paternalismos do Ministério da Agricultura, mas de assistência técnica propriamente dita com relação aos problemas indicados na Região e o estabelecimento de diretrizes exatas para o Estado do Paraná.

Acredito, e repito uma vez mais, se pretende o Governo estabelecer um plano agro-industrial e os frutos cítricos são também produtos capazes de alimentar várias indústrias, não é concebível que o problema do cancro cítrico — sem querer, em absoluto, gozar do mérito que é devido todo ele ao Sr. Deputado Basílio Zanusso nesta Casa, por tê-lo abordado na Sessão anterior e aos demais Deputados que o fizeram anteriormente, mas apenas no sentido de prestar esta colaboração, em nome da Região que represento — continue no Paraná, tão flagrantemente, diverso do que existe no Estado de São Paulo. Basta que cruzemos a divisa do Paraná com São Paulo para que vejamos que existe uma diferença. Há uma fiscalização para entrar no Estado de São Paulo, mas não há do Estado de São Paulo para o Paraná. A fiscalização da região Norte, no momento, é inexistente. Daí porque não atinge os seus objetivos.

O SR. Quielise Crisóstomo — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado Muggiati Filho, tenho com tristeza ter que reprimir momentos de nossa polêmica da última Sessão nesta Casa, em que o Sr. Deputado Basílio Zanusso, em momento de infelicidade, a exemplo da infelicidade da intervenção sua, não me fazia entender de que lado estava. V. Exa. na tentativa de apoiar o Sr. Deputado Basílio Zanusso está me apoiando nesta tarde de hoje. Porque não sabe V. Exa., ou me parece demonstrar da Tribuna, não acompanhou com atenção o debate entre eu e o Sr. Deputado Basílio Zanusso desde o início. Porque eu iniciava aparteado, pelo apoio da iniciativa que eu quero que seja dele não minha, porque não pretendo repartir os méritos de um colega que teve a iniciativa de abordar tão importante e momentoso problema da agricultura paranaense. Nobre Deputado Muggiati Filho, hoje, tivemos a certeza que alguma dúvida restava da argumentação de 6.a feira última. A certeza de que nem todos têm a intenção de ajudar. Porque se V. Exa., cu e o sr Deputado Basílio Zanusso, devemos receber orientação, esta orientação deve ser solicitada aos técnicos ou a quem de responsabilidade no setor, para que viesse a esta Casa de Leis, responder as perguntas que lhes fossem

oferecidas. hoje, Sr. Deputado, fosse encaminhado, através da Mesa desta Casa, um pedido ao Ministério da Agricultura, para que indique o técnico a, que tanto nos referimos no debate anterior. E quero informar a V. Exa., que assinam este Requerimento, o Sr. Deputado Lázaro Dumont, que também foi um dos contendedores da polêmica de sexta-feira, assina também o Sr. Deputado Gilberto Carvalho, e o Sr. Deputado Basílio Zanusso não quis assinar! Então de que lado estava ele? Também não sei. Faço o pedido para que venha um técnico prestar informações, como V. Exa. está sugerindo e eu também as quero. V. Exa. é muito útil nesta declaração de hoje, afirmando que laranjas do Estado de S. Paulo, entram pelo Norte do Paraná por falta de fiscalização. Então V. Exa. está uma vez mais do meu lado. Porque quis, o Sr. Deputado Zanusso, acusar a fiscalização do Estado do Paraná, de ter permitido a venda no Município de Inajá, de laranjas procedentes de zonas proibidas.

E V.Exa. vem de encontro novamente a minha argumentação dizendo que estas laranjas, que estivessem sendo vendidas naquele dia em Inajá, pudessem ser procedentes de zonas permitidas à sua venda pela fiscalização do Ministério da Agricultura. Então V.Exa. está do meu lado Deputado Muggiati Filho. E o sr. Deputado Basílio Zanusso, em que pese o respeito pela sua ausência, estava fornecendo dados cujas origens ele não havia tomado conhecimento. É uma declaração, que em meu entendimento, tenho certeza, é demagógica.

Não quero dizer, nem repetir que V.Exa. ao reprisar dados técnicos, me permite a extensão do meu aparte, vai reprisar dados técnicos aos quais me referi, quando critiquei a sua atitude, e critico hoje, novamente, Nobre Deputado, de ter permitido um erro que fosse executado aos seus olhos. Não que V. Exa. fosse para isso, necessariamente pertinente aos quadros do Ministério da Agricultura, mas como um homem esclarecido, que permitisse aos seus olhos, a confecção de um erro que o próprio lavrador está declarando. Que o plantio naquela Região era proibido e que ele estava plantando às escondidas. V.Exa., como ele, cometeu um erro. Eu, que não sou técnico em agricultura, nem funcionário do Ministério da Agricultura, mas sou técnico em profilaxia, entendo que a melhor maneira de se evitar um erro é não permitir que ele seja cometido. Neste particular acho que V.Exa. poderia, não como funcionário, mas como homem que tem responsabilidade, ter evitado esse erro. Permito-me, Nobre Deputado Muggiati Filho, repisar no assunto, sem querer massacar sua argumentação, dizendo que nem V.Exa. nem eu somos técnicos e precisamos que esse técnico venha prestar esclarecimentos a todos nós. Mas não posso concordar com que V. Exa. tenha permitido que um pobre lavrador tenha cometido um erro à vista de seus olhos, para dizer que esse erro foi cometido por culpa de funcionários do Ministério da Agricultura.

O SR. MUGGIATI FILHO — Agradeço o brilhante aparte do Nobre Deputado Quielise Crisóstomo, mas devo acentuar que no meu modo de encarar e de discutir os problemas, nunca procurei vê-los sob o aspecto pessoal. De modo que, as alusões pessoais feitas por V.Exa. também não as aceito. Quanto à presença de um técnico nesta Casa, sem qualquer desluzo ao trabalho desenvolvido pelo Sr. Deputado Basílio Zanusso, e mesmo de acordo nos termos do debate aqui havido, acho das mais oportunas. O Poder existe principalmente para isto, é atribuição constitucional.

Finalmente, quanto ao lado humano da questão, se me fosse dado — porque não assisti ao ato propriamente dito, do plantio desse pé de árvore cítrica, mas digo a V.Exa., longe de demagogia, porque também gosto de plantar minha arvoredinha — se me fosse dado, se dependesse de mim, um pé de terra para firmar aquele pé de poncan de meu amigo, ou de qualquer outro lavrador que me pedisse, com toda boa vontade daria a ele essa ajuda, porque acho que a ele não cabe a culpa. Se culpa existe é de quem vende essa muda, com placa de venda de árvores frutíferas fincada à beira das estradas. Como pode ser punido aquele que compra muda de quem se permite vendê-las.

O SR. Quielise Crisóstomo — V.Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado, se não o conhecesse tão bem e à família — se me permite — a que V.Exa. se vincula, como patrimônio em nosso Estado, teria dúvidas quanto à lisura de sua formação. Não as tenho.

Mas, Nobre Deputado, para enfatizar, permitir o plantio de uma árvore proibida, não é de direito nosso. Eu não deixaria Nobre Deputado. Não culpo o vendedor, como V.Exa. quer culpar. Se qualquer um de nós estivesse assistindo o plantio de uma árvore proibida por Lei, como V.Exa. admitiu que fosse e não admitiu a capacidade de julgar; a plantação da laranja em determinada região, o plantio dessa árvore, como a sua proibitividade pode ser condenada, como o plantio de uma árvore de maconha; só porque a muda foi comprada de um vendedor qualquer. Não podemos ignorar a proibição do ato. Então eu repiso de que jamais concordarei, em que pese que estarei ao lado do lavrador ao meu modo e que cabe a mim a missão de orientar: jamais permitirei em zona que estiver com a liderança política ou não; na casa de um amigo, ou na minha própria casa, plantar uma árvore não permitida por Lei. E V.Exa. Nobre Deputado, tanto como nós, é um dos confectionadores da Lei e pertence a uma Casa de Leis, como nós. Deveremos em última análise, nos encerrar como soldados em defesa da Lei; e é em defesa da Lei que eu diria para finalizar; não permitirei jamais, que um lavrador, conhecido meu, amigo meu, fosse contra a Lei, às vistas dos meus olhos.

O SR. MUGGIATI FILHO — Nobre Deputado Quielise Crisóstomo. V.Exa. deve conhecer bem a minha Região. E não deve ignorar que as propriedades agrícolas que se dedicam à indústria das mudas de árvores frutíferas ou não, têm a mostra, bem visível, suas placas e vendem abertamente aquilo que eles produzem. Nestas condições, Nobre Deputado V.Exa. no meu entendimento também faz uma inversão do direito. V.Exa. entende justo, entende que existe o direito de proibir; eu entendo que não; que não cabe a mim esse direito de proibir o lavrador de adquirir a sua árvore frutífera, de plantá-la.

O SR. Quielise Crisóstomo da Silva — Proibir não, aconselhar.

O SR. MUGGIATI FILHO —

O SR. PRESIDENTE — Esta Presidência informa que resta ao Orador 2 minutos para concluir.

O SR. MUGGIATI FILHO — Sr. Presidente, concluirei agora mesmo. V.Exa., Deputado Quielise, agora me parece que usou do vocábulo acertado "Aconselhar", a quem pedir os conselhos; aconselhar a quem consultar-nos. Porém, numa situação em que se encontra a produção de laranjas, principalmente no Estado do Paraná, numa Região que pode vir a ser ainda grande produtora de laranja e limão, como produz grande quantidade de poncá, um fruto recentemente obtido através de diversos cruzamentos de mudas e que V.Exa., conhece melhor do que eu, talvez. Mas essa produção pode ser feita intensivamente e, o que é mais importante, em benefício do Estado do Paraná.



Porisso, nós reclamamos melhor assistência do Ministério da Agricultura e, consequentemente, da Secretaria da Agricultura.  
Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente.  
Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 41 Srs. Deputados.

O SR. DOMÍCIO SCARAMELLA — (Pela ordem). Sr. Presidente, requeiro a V.Ex.a a verificação de quorum.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa defere. O Sr. 1.º Secretário procederá a chamada nominal dos Srs. Deputados, para verificação de quorum.

(É feita a chamada).

Responderam à chamada 26 Srs. Deputados. Há número legal para prosseguimento da Sessão.

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 165-71, de autoria do Dep. Wilson Brandão, autoriza o Poder Executivo criar um Ginásio, na Vila Operária da Cidade de Maringá. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P., com Substitutivo Geral. — Aprovado pelo Substitutivo.

3.e DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 75-72, de autoria dos Deps. Marciano Baraniuk e Odilon Reinhardt, que autoriza o Poder Executivo, construir uma ponte de concreto armado sobre o Rio Piquiri, na estrada que liga o Município de Umuarama a Cascavel, passando pelos Municípios que especifica. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C. — Aprovado.

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 209-72, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 64-72, encaminhando anteprojeto de Lei que visa instituir, a Fundação Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (Fundação Iparades), com personalidade jurídica de direito público, sede e foro nesta Capital e finalidades que especifica. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F., em Regime de Urgência. Aprovado.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei 94-71, de autoria do Dep. Quíselo Crisóstomo da Silva, que autoriza o Poder Executivo a criar uma Escola Normal no Município de Lobato. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. em Regime de Urgência. Aprovado, artigo por artigo.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 135-72, de autoria do Dep. Domício Scaramella, que autoriza o Poder Executivo estadualizar a fundação da Universidade do vale do Iguaçu, com sede no Município de União da Vitória e criada pela Lei Municipal n.º 816 de 2-3-72. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. Em regime de urgência. — Aprovado, artigo por artigo.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 211-72, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 63-72, encaminhando anteprojeto de lei que alinha ao Município de Pirai do Sul, mediante avaliação, o imóvel de propriedade do Estado, situado no Km. 156 da estrada do Cérne, no lugar denominado Estrada Velha ou Colônia do Pirai, naquele Município. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.T.I.C. em Regime de Urgência. — Aprovado artigo por artigo.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 16-73, de autoria do Dep. José Muggiati Filho, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância, da Cidade de Sabáudia. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F.. Em Regime de Urgência. — Aprovado, artigo por artigo.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 37-73, de autoria do Poder Executivo, Mensagem Governamental n.º 22-73, encaminhando anteprojeto de lei, que altera artigo da lei que regula o FUNRESPO, Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. Em Regime de Urgência. — Aprovado, artigo por artigo.

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 204-70, de autoria do Dep. Paulo Poli, que autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Educacional Faculdade de Ciências Econômicas, na sede do Município de Assaí, e dá outras providências. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 204-70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D e c r e t a :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a instituir uma Fundação Educacional, na sede do Município de Assaí, com a finalidade de criar, instalar e manter uma Faculdade de Ciências Econômicas.

Parágrafo único — O Orçamento Geral do Estado consignará, anualmente, dotação destinada a integrar a receita da Fundação criada por este artigo.

Art. 2.º — A Fundação submeterá ao Governador do Estado o regulamento dispondo sobre o patrimônio, a receita, a administração e os currículos.

Art. 3.º — Fica o Poder Executivo autorizado a abrir à Secretaria da Educação e Cultura um crédito especial de Cr\$ 40.000,00 (quarenta mil cruzeiros), destinado a atender as despesas com a instalação e funcionamento da Faculdade referida no artigo primeiro.

Art. 4.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12 de agosto de 1970.

(a) Deputado Paulo Poli

JUSTIFICATIVA:

Assaí, pelo seu crescente progresso, tornou-se centro de vasta região, a qual abrange os Municípios de Nova América da Colina, São Sebastião da Amoreira, Santo Antônio do Paraíso, Santa Cecília do Pavão, São Jerônimo da Serra, Jataizinho e Uraí, com uma população estudantil de mais de 900 alunos em condições de frequentar curso de nível superior, dos quais, várias dezenas se acham deslocados ora em Londrina, ora nesta Capital e alguns em São Paulo, onerando, por conseguinte os respectivos orçamentos domésticos.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 204-70

AUTOR: — Deputado Paulo Poli

SUMULA: — Autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Educacional de Ciências Econômicas, no Município de Assaí e dá outras providências.

PARECER

No Projeto em tela, que visa autorizar a criação do estabelecimento de ensino temos que relevar os seguintes pontos:

1.º — É política do Governo Federal e Estadual a ampliação tanto quanto possível da rede de ensino em todos os seus graus, razão pela qual dezenas de estabelecimentos vêm sendo criados, inclusive movimentos meritórios, como o MOBRL, visando atingir até mesmo os que não podem chegar a escola, indo ela, até eles.

2.º — O Deputado Estadual é o legítimo representante do povo que sente "in loco" os problemas e, no caso, o educacional, sendo ao nosso ver o que possui o mandato do povo, para equacionar a necessidade local de um novo estabelecimento de ensino;

ASPECTO CONSTITUCIONAL

3.º — Está havendo uma controvérsia quanto a competência ou não da Assembléia Legislativa em tratar do assunto em análise, sob a afirmação de que a Casa não pode tomar a iniciativa de autorizar ou criar um estabelecimento, baseados na interpretação dos textos constitucionais que abaixo citamos:

4.º — A Constituição Federal em seu artigo 65 dispõe:

"É da competência do Poder Executivo a iniciativa das leis orçamentárias e que abram créditos, fixem vencimentos e vantagens dos servidores públicos, concedam subvenção ou auxílio ou, de qualquer modo, autorizem, criem ou aumentem a despesa pública".

5.º — Este dispositivo é repetido em nossa Constituição Estadual em seu artigo 47:

"Compete privativamente ao Governador:

I — Iniciar o processo legislativo das leis que disponham sobre a matéria financeira, criem ou extingam cargos, funções ou empregos públicos, aumentem os vencimentos e vantagens dos servidores ou acrescem a despesa bem como fixem ou modifiquem os efetivos da Polícia Militar".

O fundamento que se baseia a contraditória é a de que a "lei autoriza despesas".

ANALISE DA CAUSA EM QUESTÃO

6.º — É preciso que distingamos perfeitamente o sentido da lei em tese e o que ocorre na prática, isto é, no mecanismo que se processa da autorização até o funcionamento de um estabelecimento educacional, senão vejamos:

a) — fase autorizatória: — não implica em nenhuma despesa, senão apenas a fase inicial de um estudo localizado do problema;

b) — fase de criação: — a criação de um estabelecimento também em nada compromete financeiramente o Estado, senão na fixação pública do Governo de que criará, condicionando ao tempo necessário e as condições técnicas o estabelecimento requerido pela população;

c) — fase de instalação: — é na fase em que o Estado tem que ter tudo previsto para o início do funcionamento, que se dá com este ato, que passará a depender de recursos financeiros, por tanto de despesas;

d) — fase de funcionamento: — é aquela em que normalmente decorre o trabalho do ensino sob a égide e nome do estabelecimento com despesas normais de professores, funcionários etc;

Vê-se, pela exposição clara e objetiva de que não há nenhum dispositivo constitucional, quer Federal ou Estadual que seja contrário a autorização legislativa, que não implica em nenhuma despesa, mas sim, no mero início público e oficial do equacionamento do problema, sendo portanto matéria de ordem geral, cuja faculdade é prevista na Constituição Estadual, artigo 21 onde são estabelecidas as atribuições do Poder Legislativo:

"I — Legislar sobre as matérias de competência do Estado".

ASPECTO LEGAL

O nobre Deputado Cândido Manoel Martins de Oliveira, em seu brilhante parecer, dispôs que o projeto em tela vinha colidir com a Lei normativa 4.178, em seu artigo 30, de 5 de dezembro de 1964 — Sistema Estadual de Ensino -- da qual vênha aos argumentos ali expendidos, discordamos de que isto ocorra pelo seguinte:

a) — A mera autorização legislativa não colide de forma nenhuma com o artigo invocado do Sistema Estadual de Ensino que diz: "Os estabelecimentos oficiais de ensino de grau primário e médio a serem mantidos pelo Estado do Paraná, serão criados por decreto do Poder Executivo, por proposta da Secretaria de Educação e Cultura".

b) — Observa-se de que a "fase autorizatória" que envolve o presente projeto de lei, é fase anterior a criação, que envolve o artigo 30 da lei 4.178. Daí, observa-se que esta lei é uma extensão, um prosseguimento àquela que autoriza.

Encerradas as observações quanto a lei autorizatória, analisemos a criação.

A Lei 4178, nada mais é de que um dispositivo votado pela Casa, em função da legislação vigente, sendo por outro lado a "lei que cria" um estabelecimento educacional paralela a esta genérica, com a grande vantagem de tirar o caráter geral, para fixá-lo, no particular — criar o estabelecimento no "lugar tal" visando o atendimento do povo.

Não há nenhum dispositivo nesta lei que proíba a Assembléia de autorizar ou criar um estabelecimento educacional, pois se isto ocorresse, o texto teria que ser "só serão criados por decreto do Poder Executivo, mediante proposta da Secretaria de Educação e Cultura" o que não ocorre no caso.

Finalmente, observada a inexistência real de dispositivos conflitantes, quer de ordem constitucional ou legal, opinamos pela aprovação do presente projeto de lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 28 de junho de 1971.

(aa) Wilson Brandão — Presidente

Igo Losso — Relator

Sebastião Rodrigues

Muggiati Filho

Gilberto Carvalho

Cândido M. de Oliveira

Acyr José

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI N.º 204-70

AUTOR: — Deputado Paulo Poli

SUMULA: — Autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Educacional Faculdade de Ciências Econômicas, na sede do Município de Assaí, e dá outras providências.



PARECER

Tratando-se de difusão de estabelecimentos de ensino, matéria de alto alcance quanto ao mérito, não encontramos no presente projeto de lei nenhum impedimento de ordem financeira.

Somos pela aprovação.

Parecer favorável.

Sala das Comissões, em ... agosto de 1971.

(aa) Leopoldo Jacomet — Presidente  
Maurício Fruct — Relator  
Ovidio Franzoni  
Santos Lima  
Fuad Nacli

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

PROJETO DE LEI N.º 204-70

AUTOR: — Deputado Paulo Poli

SÚMULA: — Autoriza o Poder Executivo a criar uma Fundação Educacional, em Assaí, para criar Faculdade de Ciências Econômicas.

PARECER

1) — Pretende o autor do presente plano de lei, autorizar o Poder Executivo, a criar, na sede do Município de Assaí, uma Fundação Educacional, com a finalidade de manter, instalar e criar uma Faculdade de Ciências Econômicas.

2) — O Estado deve dar condições de continuidade de estudos, aos habitantes interioranos, em nível superior, sem que os mesmos tenham que se deslocar à Capital, razão porque somos pela aprovação do presente projeto de lei.

S.M.J., é o parecer.

Sala das Comissões, em

(aa) Antônio Lopes Júnior — Presidente  
Alvaro Dias — Relator  
Rosário Pitelli

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 200-71, de autoria do Dep. Odilon Reinhardt, que autoriza o Poder Executivo, criar no Distrito de Cafelândia D'Oeste, Município de Cascavel, uma Escola Normal Estadual, na forma que especifica. Pareceres favoráveis da C.C.J., CF. e C.I.P. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 200-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D e c r e t a :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo, autorizado a criar, no Distrito de Cafelândia D'Oeste, Município de Cascavel, uma Escola Normal Estadual de grau colegial, para funcionar a partir do próximo ano letivo.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20 de setembro de 1971.

(a) Deputado Odilon Reinhardt

JUSTIFICATIVA:

Formará o ginásio Estadual "Alberto Santos Dumont", existente no distrito de Cafelândia D'Oeste, no presente ano letivo, sua primeira turma, cujos alunos não poderão galgar etapa mais elevada de ensino, em face da inexistência de estabelecimento de ensino de 2.º ciclo.

Além do mais, necessário se faz dizer que o referido distrito, tem uma população de mais de 13.000 habitantes, a qual virá a ser beneficiada em seu orçamento doméstico, desde que criada a escola ora pretendida.

Assim pois, apresentamos o presente Projeto à consideração de nossos ilustres pares, esperando, se lhe dê o indispensável apoio e consequente aprovação.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 200-71

AUTOR: — Dep. Odilon Reinhardt

SÚMULA: — Autoriza o Poder Executivo a criar, no Distrito de Cafelândia D'Oeste, Município de Cascavel, uma Escola Normal Estadual, de grau colegial, na forma que especifica.

PARECER

1) — A iniciativa ora em exame foi elaborada atendendo o que dispõe o art. 123 e seus parágrafos, do Regimento Interno.

2) — Trata-se, como é bom de ver, de simples autorização legislativa. Além do mais, referida Proposição não apresenta qualquer anormalidade de ordem constitucional ou legal.

Quanto a sua oportunidade, convence-nos a justificativa de seu ilustre autor.

3) — Assim, pois, somos pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 13 de outubro de 1971.

Wilson Brandão — Presidente  
Arthur de Souza — Relator  
Emílio Carazzai  
Igo Losso  
Cândido M. de Oliveira  
Gilberto Carvalho

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI N.º 200-71

AUTOR: — Deputado Odilon Reinhardt

SÚMULA: — Autoriza o Poder Executivo, criar no distrito de Cafelândia D'Oeste, Município de Cascavel, uma escola normal estadual, na forma que especifica.

PARECER

A matéria é das mais oportunas, pois trata da criação de estabeleci-

mento de ensino, matéria de absoluta prioridade, principalmente no interior do Estado.

Como se trata de mera autorização, a esta Comissão não se apresenta óbice de caráter financeiro.

Parecer favorável.

Sala das Comissões, em ... outubro de 1971.

Leopoldo Jacomet — Presidente  
Gabriel Manoel — Relator  
Santos Lima  
Ovidio Franzoni

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

PROJETO DE LEI N.º 200-71

AUTOR: — Deputado Odilon Reinhardt.

SÚMULA: — Autoriza o Poder Executivo a criar no Distrito de Cafelândia D'Oeste, Município de Cascavel, uma Escola Normal.

PARECER

1) — Pretende o autor do projeto autorizar o Poder Executivo a criar no Distrito de Cafelândia D'Oeste, Município de Cascavel, uma Escola Normal.

2) — Nada mais justo que o Estado arque com a responsabilidade de criar e manter, nesta região progressista, uma Escola Normal, para instrução de normalistas, que irão disseminar cultura entre os mesmos desenvolvidos de inteligência.

3) — Desta forma, somos pela aprovação

S.M.J., é o parecer.

Sala das Comissões, em ...

((a) Antônio Lopes Júnior — Presidente  
Alvaro Dias — Relator  
Rosário Pitelli

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 204-72, de autoria do Dep. Jorge Sato, que declara de Utilidade Pública o 5.º Capítulo Brasileiro da Academia Americana de Pediatria", com sede nesta Capital. Parecer favorável da C.C.J. Em Regime de Urgência. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 204-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública o "5.º Capítulo Brasileiro da Academia Americana de Pediatria", com sede em Curitiba.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23 de novembro de 1972.

(aa) Dep. Jorge Sato

JUSTIFICAÇÃO

O "5.º Capítulo Brasileiro da Academia Americana de Pediatria", entidade com personalidade jurídica, sem fins lucrativos, tem por finalidade amparar e estimular o bem-estar da criança, estabelecer e manter os mais elevados padrões de preparo pediátrico nas escolas de Medicina, hospitais e mesmo nas clínicas privadas, contribuindo com a publicação de literatura médica e científica pertinente a aludida pediatria.

Pelos motivos expostos, levamos à consideração da Casa, o presente plano de lei, esperando se lhe dê o devido apoio e consequente aprovação.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 204-72

AUTOR: — Dep. Jorge Sato

SÚMULA: — Declara de Utilidade Pública o "5.º Capítulo Brasileiro da Academia Americana de Pediatria", com sede em Curitiba.

PARECER

Submete-se ao estudo e parecer desta Comissão, Projeto de Lei, de autoria do nobre Deputado Jorge Sato, que visa declarar de Utilidade Pública o "5.º Capítulo Brasileiro da Academia Americana de Pediatria", com sede em Curitiba.

Referida entidade com personalidade jurídica, sem fins lucrativos, tem por finalidade criar, estimular e correlacionar o interesse, em todos os aspectos do seu trabalho, pelo bem estar da criança e estabelecer e manter os mais elevados padrões de preparo pediátrico nas escolas de Medicina, nos hospitais, na pesquisa e na clínica privada.

Preenchendo todos os requisitos da Lei pertinente à matéria, a medida se nos afigura digna de ser acolhida.

Pela APROVAÇÃO do projeto.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 9 de maio de 1973.

((aa) Antonio F.F. da Costa — Presidente  
Ovidio Franzoni — Relator  
Nelson Buffara  
Ivo Thomazoni  
Erondy Silvério  
Paulo Camargo  
Antonio Lopes Jr.  
Igo Losso  
Sebastião Rodrigues  
Gilberto Carvalho

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, Requerimento de autoria do Sr. Deputado Quielise Crisóstomo, constante do Expediente, solicitando dispensa de publicação da Redação Final do Projeto de Lei n.º 23-73. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Quielise Crisóstomo, constante do Expediente, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 23-73 e consequente inclusão na Ordem do Dia. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domicio Scaramella, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Secretário dos Transportes, no sentido de que sejam determinadas urgentes providências para reconstrução da estrada nova no km 53 — no trecho da serra São Luiz do Purunã — Palmeira. Aprovado.



Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, lido da Tribuna, solicitando voto de aplausos aos Srs. Presidente da FIDES e Superintendente da Fundação de Assistência ao Trabalhador Rural e Advogados do Setor Jurídico daquela Entidade Assistencial, pelo extraordinário trabalho desenvolvido na Região Oeste do Estado. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Quielise Crisóstomo, Lázaro Dumont e Gilberto Carvalho, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Ministério da Agricultura, no sentido de que aquele Órgão da Administração Federal, examine a possibilidade de um de seus técnicos no assunto, comparecer a esta Casa, a fim de fazer exposição sobre o problema do "Cancro citrico" que esta grassando em várias regiões de nosso Estado. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruct, constante do Expediente de Sessão anterior, com a sua discussão adiada para a próxima Sessão, na forma do artigo 150, do Regimento Interno, solicitando seja encaminhado ofício ao Sr. Superintendente do Instituto de Previdência do Estado, no sentido de esclarecer como se procedeu o desconto das zeladoras recebidas que se encontravam em atraso de seus pagamentos desde janeiro do corrente ano. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Olavo Ferreira, constante do Expediente de Sessão anterior, com a sua discussão adiada na forma do artigo 150 do Regimento Interno, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Presidente da República, no sentido da extinção do Instituto Brasileiro do Café. Em discussão.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o Nobre Deputado.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Encaminhando a votação deste Requerimento do Nobre Deputado Olavo Ferreira que, infelizmente, se encontra ausente desta Sessão de hoje, é para fazer um apelo aos eminentes Srs. Deputados que tiveram a oportunidade de assistir e participar dos debates por ocasião da apresentação deste Requerimento, que teve em seguida um Requerimento apresentado pelo Deputado Álvaro Dias, que pedia a prorrogação por mais 15 dias, para a votação deste Requerimento. Vencido este prazo, volta novamente o Requerimento em que pede a extinção do IBC. Como tivemos a oportunidade de analisar, achamos um absurdo o pedido que se faz da extinção do Instituto Brasileiro do Café. E creio que esta Casa não poderia endossar um pedido nestes termos, encaminhando este pedido, que diz respeito à extinção do IBC. Esta extinção só virá beneficiar principalmente os trustes internacionais que tomariam conta, ditando novas empresas em nosso País, o que seria uma ruína para toda a cafeicultura do Brasil, principalmente do nosso Estado, que é o maior produtor do café. Queria fazer este apelo aos Nobres Deputados, para a não aprovação. E quero deixar, neste momento, o meu voto que é contrário a este Requerimento, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — Continua em discussão o Requerimento. Encerrada a discussão. Em votação. — **Rejeitado.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para amanhã, dia 15, terça-feira, à Hora Regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

- REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 23-73;  
3.a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 94-71 — 135-72 — 211-72 — 16-73 e 37-73;  
2.a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 204-70 — 200-71 e 204-72;  
1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 166-71.  
Levanta-se a sessão.

#### ATAS DAS COMISSÕES:

##### COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO

###### ATA DA SEGUNDA REUNIÃO

Aos sete dias do mês de março do ano de hum mil novecentos e setenta e três, às dezesseis horas, na Sala de Reuniões da Divisão das Comissões, com a presença dos Senhores Deputados Sebastião Rodrigues Júnior, Antonio Lopes Júnior, Gilberto Carvalho e João Calil Fadel, presidente, foi realizada a reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar possíveis irregularidades na Junta Comercial do Paraná. Havendo número legal o Senhor Presidente abriu os trabalhos, sendo lida e aprovada com observação, a Ata da reunião anterior. A presente reunião tem por fim ouvir, conforme convocação feita, os Senhores Vogais da Junta Comercial do Paraná, Senhores Ismail Macedo, Fábio Olintho de Amaral e Silva e João Marcos da Silva. A Comissão ouve o depoimento do Senhor Ismail Macedo, que é assentado através de notas taquigráficas, pela Divisão de Taquigrafia desta Casa. O depoimento é anexado ao processo, juntamente com fotocópias de documentos apresentados pelo depoente, Senhor Ismail Macedo. Terminado o depoimento do Senhor Ismail Macedo, o Senhor Presidente solicita aos Membros da Comissão que sejam dispensados os demais vogais convocados para depor na presente reunião, em virtude do grande volume de material arrecadado, que necessita de estudo profundo. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente, Deputado João Calil Fadel, encerra a reunião, marcando outra para quinta-feira, às dez horas, na qual serão ouvidos outros vogais da Junta Comercial do Paraná. Para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente, pelos Senhores Deputados membros da Comissão, e por mim, Rita Celestino Soares, Secretária.

Deputado JOÃO CALIL FADEL — Presidente

- aa) Deputado Sebastião Rodrigues Júnior  
Deputado Gilberto Carvalho  
Deputado Marciano Baraniuk  
Dep. Antônio Lopes Júnior  
Rita Celestino Soares — Secretária

##### COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO

###### ATA DA TERCEIRA REUNIÃO

Aos nove dias do mês de março do ano de hum mil novecentos e setenta e três, às dez horas, na Sala de Reuniões da Divisão das Comissões, com a presença dos Senhores Deputados Antônio Lopes Júnior, Gilberto Carvalho,

Sebastião Rodrigues Júnior, Marciano Baraniuk e João Calil Fadel, Presidente, foi realizada reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar possíveis irregularidades na Junta Comercial do Paraná. Havendo número legal o Senhor Presidente abriu os trabalhos, sendo aprovada a Ata da reunião anterior. A presente reunião tem por fim colher depoimento dos Senhores Fábio Olintho Amaral e Silva e João Marcos da Silva, conforme convocação feita através de ofícios aos Senhores Vogais da Junta Comercial do Paraná. A Comissão ouve o depoimento primeiro, e em separado, do Senhor Fábio Olintho Amaral e Silva, e em segundo, também em separado, do Senhor João Marcos da Silva, depoimentos esses que são assentados através de notas taquigráficas, pela Divisão de Taquigrafia desta Casa. Os depoimentos são anexados ao processo. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerra a reunião, marcando outra para segunda-feira, às quinze horas, na qual serão ouvidos outros vogais da Junta Comercial do Paraná. Para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após aprovada será assinada pelo Senhor Presidente, Deputado João Calil Fadel, pelos Senhores Deputados Membros desta Comissão, e por mim Rita Celestino Soares, Secretária da Comissão.

a) Deputado JOÃO CALIL FADEL

- Deputado Antonio Lopes Júnior  
Deputado Gilberto Carvalho  
Deputado Sebastião Rodrigues Júnior  
Deputado Marciano Baraniuk  
Rita Celestino Soares — Secretária

##### COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO

###### 7.a Legislatura — 3.a Sessão Legislativa

###### ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO

Aos vinte e três dias do mês de abril, do ano de hum mil novecentos e setenta e três, na Sala de Reuniões da Divisão das Comissões, foi realizada a Primeira Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar possíveis irregularidades na Junta Comercial do Paraná, presentes os Senhores Deputados Sebastião Rodrigues Júnior, Gilberto Carvalho, Antonio Lopes Júnior, Marciano Baraniuk e João Calil Fadel. Havendo número legal, o Senhor Presidente Deputado João Calil Fadel, abre os trabalhos solicitando a opinião dos Senhores Deputados Membros da Comissão, sobre o assunto que originou esta Comissão. O Senhor Deputado Sebastião Rodrigues Júnior solicita um relato sucinto sobre a origem da Comissão Parlamentar de Inquérito. O Senhor Presidente relata que teve origem na Associação Comercial de Londrina, que funcionava com um escritório de advocacia, o qual foi fechado pela Junta Comercial do Paraná, com isso surgiu um escritório comercial, particular, paralelo funcionando em Londrina e cobrando suas custas dobradas. O Senhor Deputado Sebastião Rodrigues Júnior sugere seja solicitado à Junta Comercial do Paraná, o "porque" do fechamento do Escritório Comercial de Londrina. O Senhor Presidente esclarece que o fechamento daquele Escritório tem causas mais complexas e que foram expedidos dois ofícios, os quais são lidos no seu inteiro teor, cuja finalidade é de coletar dados para a Comissão, o primeiro ofício ao Senhor Doutor Lizandro Araújo, Presidente da Associação Comercial de Londrina, solicitando documentos pertinentes ao caso, e em poder do destinatário, conforme o que afirmou em entrevista que concedeu à imprensa local. O segundo ofício ao Senhor Doutor Otero Pereira Braga, Presidente da Junta Comercial do Paraná, solicitando o envio de Estatuto e relação nominal dos componentes do Plenário daquela Junta, a fim de que sejam ouvidos dois vogais por dia, com todo esse subsídio seria feito um levantamento da situação geral da Junta Comercial do Paraná. O Senhor Deputado Gilberto Carvalho, solicita que também seja ouvido o Senhor Odilon do Nascimento Gonçalves, Chefe do Escritório da Junta Comercial em Londrina e funcionário da Junta Comercial do Paraná. Solicitação esta que foi deferida pelo Senhor Presidente, o referido funcionário será ouvido oportunamente. O Senhor Deputado Marciano Baraniuk indaga da possibilidade de serem ouvidos elementos das diversas Associações Comerciais de outros Municípios. O Senhor Presidente explica que, após ouvido os componentes do Plenário da Junta Comercial do Paraná, serão, se necessário, ouvidos os membros das demais Associações Comerciais do Estado. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerra os trabalhos, dos quais, para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Deputado João Calil Fadel, pelos demais membros desta Comissão, e, por mim, Rita Celestino Soares, Secretária. Observação: Ata aprovada com observação quanto a entidade que deu origem à Comissão Parlamentar de Inquérito: é Junta Comercial de Londrina e não Associação Comercial de Londrina.

Deputado JOÃO CALIL FADEL — Presidente.

- aa) Deputado Sebastião Rodrigues Júnior  
Deputado Gilberto Carvalho  
Deputado Marciano Baraniuk  
Deputado Antônio Lopes Júnior  
... Rita Celestino Soares — Secretária

##### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

###### 7.a LEGISLATURA — 3.a. SESSÃO LEGISLATIVA ATA DA 3.a. REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e cinco dias do mês de abril, do ano de hum mil novecentos e setenta e três, às quinze horas, na Sala de Reuniões, da Divisão das Comissões, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Constituição e Justiça, sob a Presidência do Senhor Deputado Nelson Buffara, Vice-Presidente da Comissão, e presentes os Senhores Deputados Erondy Silvério, Antônio Lopes Júnior, Igo Losso, Ivo Thomazoni, Paulo Camargo e Sebastião Rodrigues Júnior. Havendo número legal o Senhor Vice-Presidente abriu os trabalhos sendo aprovada a Ata da reunião anterior. Nada havendo para constar da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia: 1) — PROJETO DE LEI N. 1-73, de autoria do Senhor Deputado Igo Iwant Losso. Declara de utilidade pública a Convenção Batista Paranaense, com sede neste Capital. Relator Deputado Erondy Silvério. Parecer favorável. Aprovado. 2) — PROJETO DE LEI N. 5-73, de autoria do Senhor Deputado Osvaldo Santos Lima. Declara de utilidade pública a Associação Paranaense do Ministério Público, com sede e foro nesta Capital. Relator Deputado Antônio Lopes Júnior. Parecer favorável. Aprovado. 3) — PROJETO DE LEI N. 10-73, de autoria do Senhor Deputado Gilberto Carvalho. Declara de utilidade pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância, com sede e foro na cidade de Cambira.



Relator Deputado Igo Losso. Parecer favorável. Aprovado. 4) — PROJETO DE LEI N. 15-73, de autoria do Senhor Deputado Muggiati Filho. Declara de utilidade pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância, da cidade de Arapongas. Relator Deputado Antônio Lopes Júnior. Parecer favorável. Aprovado. 5) — PROJETO DE LEI N. 27-73, de autoria do Senhor Deputado Olavo Ferreira. Declara de utilidade pública o Instituto Cultural Filadélfia, da cidade de Londrina. Relator Deputado Erondy Silvério. Parecer favorável. Aprovado. 6) — PROJETO DE LEI N. 28-73, de autoria do Senhor Deputado Ivo Thomazoni. Declara de utilidade pública a Fundação Faculdade de Ciências Econômicas de Apucarana, com sede naquele Município. Relator Deputado Igo Losso. Requer seja o mesmo convertido em diligência junto à Fundação. Deferido. 7) — PROJETO DE LEI N. 32-73, de autoria do Senhor Deputado Cândido Manuel Martins de Oliveira. Declara de utilidade pública a Fundação de Pesquisas Florestais do Paraná, com sede nesta Capital. Relator Deputado Erondy Silvério. Parecer favorável. Aprovado. 8) — PROJETO DE LEI N. 200-73, de autoria do Senhor Deputado Francisco Escorsin. Retifica o artigo 1.º, da Lei n. 6.115, ficando declarada de utilidade pública a Sociedade Instrutiva de São Basílio, o Grande, com sede na cidade de Prudentópolis. Relator Deputado Igo Losso. Parecer favorável. Aprovado. 9) — PROJETO DE LEI N. 208-73, de autoria do Senhor Deputado Nelson Buffara. Autoriza o Poder Executivo proceder através do DER, serviços de retificação e revestimento básico no trecho de estrada que liga Xangrilá à Pontal do Sul, no Município de Paranaguá. Relator Deputado Erondy Silvério. Parecer favorável. Aprovado. 10) — PROJETO DE LEI N.º 215-72, de autoria do Poder Executivo. Mensagem n. 65-72, encaminhando anteprojeto de lei que visa alienar uma área de terreno com 210,00 m², remanescente do lote n. 122, da Planta Vila Marina, Centro Cívico, nesta Capital. Relator Deputado Erondy Silvério. Parecer: no sentido de que seja devolvido ao Poder Executivo, após ouvido o Plenário. Aprovado. 11) — PROJETO DE LEI N. 8-68, de autoria do Poder Executivo. Mensagem n. 47-67, encaminhando anteprojeto de lei que visa criar na estrutura organizacional da Secretaria da Fazenda, o Departamento de Rendas Internas, e extingue na mesma os Departamentos de Arrecadação de Rendas, fiscalização de rendas e serviços auxiliares. Relator Deputado Erondy Silvério. Parecer pelo arquivamento. Aprovado. 12) — PROJETO DE LEI N. 628-66, de autoria do Senhor Deputado Arnaldo Busato. Declara de utilidade pública a Sociedade Júlio Chevalier, de Francisco Beltrão, neste Estado. Relator Deputado Igo Losso. Parecer: pelo arquivamento. Aprovado. 13) — PROPOSIÇÃO N. 74-73, de autoria do Poder Executivo. Mensagem n. 9-73, encaminhando cópia do convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e a Prefeitura Municipal de Curitiba, visando a implantação da Cidade Industrial de Curitiba. Relator Deputado Erondy Silvério. Parecer favorável com o respectivo Projeto de Resolução. Aprovada. 14) — PROPOSIÇÃO N. 77-73, de autoria do Poder Executivo. Mensagem n. 13-73, encaminhando cópia do convênio celebrado em 23 de outubro de 1972, entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Segurança Pública e o Município de Telêmaco Borba, objetivando construção do prédio para a Delegacia de Polícia local. Relator Deputado Igo Losso. Parecer favorável com o respectivo Projeto de Resolução. Aprovado. 15) — PROPOSIÇÃO N. 102-73, de autoria do Poder Executivo. Mensagem n. 27-73, encaminhando cópia do convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Segurança Pública e a Prefeitura Municipal de Xanbrê, com a finalidade de fornecer equipamentos para a Delegacia de Polícia local e manutenção e conservação dos mesmos. Relator Deputado Igo Losso. Parecer favorável com o respectivo Projeto de Resolução. Aprovado. Foram apresentados, votados e aprovados os relatórios apostos às Proposições n.ºs 30-73 — 31-73 — 32-73 — 34-73 — 33-73 — 35-73 — 36-73 — 37-73 — 38-73 — 39-73 — 40-73 — 41-73 — 42-73 — 44-73 — 45-73 — 46-73 — 47-73 — 48-73 — 50-73 — 51-73 — 52-73 — 53-73 — 54-73 — 55-73 — 82-73 — 83-73 — 84-73 — 85-73 — 86-73 — 87-73 e 91-73, concluindo que os Vetos estão em condições de serem apreciados pelo Plenário. O Senhor Deputado Erondy Silvério requer que as Proposições oriundas de Vetos do Poder Executivo, que se encontram nesta Comissão, datadas dos meses anteriores ao mês de março, sejam encaminhadas ao Departamento Legislativo, a fim de que as mesmas sejam arquivadas, tendo em vista estarem fora de prazo constitucional para apreciação em Plenário. Deferido o requerimento. As Proposições que deverão ser encaminhadas são as seguintes: 3-73 — 4-73 — 5-73 — 6-73 — 7-73 — 8-73 — 9-73 — 10-73 — 11-73 — 12-73 — 13-73 — 14-73 — 15-73 — 23-73 — 24-73 — 25-73 — 26-73 — 27-73 — 28-73 — 29-73 — 214-72 — 215-72 — 216-72 — 216-72 — 217-72 — 218-72 — 219-72 — 220-72 — 221-72 — 222-72 — 223-72 — 223-72 — 224-72 — 230-72 — 231-72 e 232-72. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, após lida e aprovada na próxima reunião, será assinada pelo Senhor Presidente, Deputado Antônio Franco Ferreira da Costa Filho, e por mim, Rita Celestino Soares, Secretária desta Comissão.

a) ANTONIO FRANCO FERREIRA DA COSTA FILHO — Presidente  
RITA CELESTINO SOARES — Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO  
7a. LEGISLATURA — 2a. SESSÃO LEGISLATIVA  
ATA DA 5a. REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e seis dias do mês de abril do ano de hum mil novecentos e setenta e três, na Sala das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Gilberto Carvalho. Havendo número legal o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, quando o Deputado Basílio Zanusso apresentou redação final aos seguintes processos: PROJETO DE LEI N. 136-68 — de autoria do Deputado Wilsor Fortes, que cria um curso ginasial no Mun. de Marilena, e dá outras providências. PROJETO DE LEI N. 362-68 — de autoria do Deputado Luiz R. Malucelli, que autoriza o Poder Executivo denominar Antônio Franco Ferreira da Costa, a um estabelecimento de ensino do Estado PROJETO DE LEI N. 138-71 — de autoria do Deputado João Mansur, que autoriza o Poder Executivo criar na sede do Mun. de Laranjeiras do Sul, um curso científico, para funcionar a partir do próximo ano letivo. PROJETO DE LEI N. 140-72 — de autoria do Deputado Cândido Manuel Martins de Oliveira, que autoriza o Poder Executivo criar no Mun. de Chopinzinho, o Dist. Administrativo de SAUDADES, com sede e divisas que especifica. PROJETO DE LEI N. 168-72 — de autoria do Deputado Odilon Reinhardt, que autoriza o Poder Executivo a transferir à responsabilidade do D.E.R., a estrada municipal que liga a cidade de Cascavel à cidade de Capitão Leônidas Marques, neste Estado. PROJETO DE LEI N. 171-72 — de autoria do Deputado Cândido Manuel Martins de Oliveira, que dá novas divisas aos Distritos

Administrativos de Franchita e Santo Antônio do Sudoeste, no Mun. de Santo Antônio do Sudoeste e cria os Distritos Administrativos de Canzianópolis, São Pedro do Flórido e Marcionópolis. APROVADAS. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e por mim Lélcio Guimarães Sotto-Maior, Secretário da Comissão, para que produza os efeitos legais.

aa) GILBERTO CARVALHO — Presidente  
LÉLIO GUIMARÃES SOTTO-MAIOR — Secretário

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 136-68

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica criado o curso ginasial para entrar em funcionamento a partir do próximo ano letivo, em Marilena.

Art. 2.º — O Poder Executivo baixará os atos necessários para a instalação e funcionamento do disposto no art. 1.º da presente Lei.

Art. 3.º — A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 26-4-73

aa) GILBERTO CARVALHO — Presidente  
BASÍLIO ZANUSSO e ALVARO DIAS — Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 362-68

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a denominar "Desembargador Antônio Franco Ferreira da Costa" ao Grupo Escolar localizado na sede do Município de Icaraíma.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 26-4-73

aa) GILBERTO CARVALHO — Presidente  
BASÍLIO ZANUSSO e ALVARO DIAS — Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 138-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar na sede do Município de Laranjeiras do Sul, um curso científico, para funcionar a partir do próximo ano letivo.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 26-4-73

aa) GILBERTO CARVALHO — Presidente  
BASÍLIO ZANUSSO e ALVARO DIAS — Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 140-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar no Município de Chopinzinho, o Distrito Administrativo de SAUDADES, com as seguintes divisas:

"Parte da foz do Lageado Pães com o Rio Iguaçu, sobe por esse Lageado até a cabeceira, de lá acompanhando a divisa do lote n. 232, da Linha Biguá da Gleba Chopinzinho, até encontrar o Lageado Creolim, por este acima até encontrar o divisor dos lotes n.ºs 35 ao 26 da Linha Biguá, de lá em linha reta acompanhando a linha da divisa da Gleba Chopinzinho, até encontrar a divisa do Distrito de Sede Sulina, do Município de Chopinzinho, por essa divisa até o Rio Iguaçu e por este acima até o Lageado Pães, ponto de partida".

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 26-4-73

aa) GILBERTO CARVALHO — Presidente  
BASÍLIO ZANUSSO e ALVARO DIAS — Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 168-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a transferir à responsabilidade do Departamento de Estradas de Rodagem — D.E.R., para fins de conservação e melhoria, a estrada municipal que liga a cidade de Cascavel à cidade de Capitão Leônidas Marques, neste Estado.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 26-4-73

aa) GILBERTO CARVALHO — Presidente  
BASÍLIO ZANUSSO e ALVARO DIAS — Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 171-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Os Distritos Administrativos de Franchita e Santo Antônio do Sudoeste, do Município de Santo Antônio do Sudoeste, passam a ter as divisas seguintes:

"Distrito de Franchita: Começa no Rio Santo Antônio, na foz do Rio Jacutinga, sobe por este até sua nascente, de onde segue pela divisa intermunicipal Santo Antônio do Sudoeste — Pérola do Oeste, seguindo por esta divisa até atingir a divisa Leste do imóvel Santa Cruz, de onde segue rumo Sudeste até alcançar o Rio Waldomeira, pelo qual sobe até sua nascente, daí por uma linha seca rumo Sul atinge a linha Leste-Oeste das Missões, seguindo daí por esta linha rumo Oeste até alcançar a nascente do Arroio Aurora e por este abaixo até alcançar sua foz no Rio Santo Antônio, pelo qual desce até alcançar a foz do Rio Jacutinga, ponto de partida".

Distrito de Santo Antônio do Sudoeste — sede: Começa no ponto confrontante da nascente do Córrego Argentina, na divisa internacional Brasil-Argentina, de onde segue por esta divisa, rumo Norte até atingir a nascente do Rio Santo Antônio, pelo qual desce até alcançar a foz do Arroio Aurora, e por este acima até sua nascente, de onde segue pela divisa do imóvel Missões no sentido Oeste e posteriormente rumo Sul até atingir o Rio das Antas, pelo qual sobe até a foz do Córrego Argentina, e por este acima até sua nascente, de onde alcança a divisa internacional Brasil-Argentina, ponto de partida.

Art. 2.º — Ficam criados os Distritos Administrativos de Canzianópolis.



São Pedro do Flórido e Marçionópolis, no Município de Santo Antônio do Sudoeste, com sede nas respectivas localidades e divisas seguintes:

Distrito de Canzianópolis: Começa na linha de divisa Leste do imóvel Santa Cruz, no ponto de encontro da divisa intermunicipal Santo Antônio do Sudoeste — Pérola do Oeste, seguindo por esta divisa no sentido Leste até atingir o Rio Capanema, pelo qual sobe até alcançar o Rio Waldomeira e por este acima até atingir a linha de divisa Leste do imóvel Santa Cruz, seguindo por esta divisa rumo Noroeste até atingir a divisa intermunicipal.

Distrito de São Pedro do Flórido: Começa na linha de divisa do imóvel Missões, no ponto confrontante a cabeceira do Rio Waldomeira, de onde por uma linha seca, alcança a nascente do Rio Waldomeira, pelo qual desce até sua foz, no Rio Capanema, e por este acima até atingir a linha de divisa entre as Glebas 202-SA e 209-SA, do GETSOP, seguindo por esta divisa até alcançar a linha de divisa do imóvel Missões, de onde segue rumo Norte e posteriormente Oeste, até confrontar a nascente do Rio Waldomeira, ponto de partida.

Distrito de Marçionópolis: Começa na divisa internacional Brasil-Argentina, no ponto confrontante com a nascente do Córrego Argentina, de onde por uma linha seca alcança a nascente do referido Córrego Argentina, pelo qual desce até sua foz no Rio das Antas, e por este abaixo até atingir a divisa entre as Glebas 202-SA e 209-SA, do GETSOP, seguindo daí por esta divisa até atingir o Rio Capanema, pelo qual sobe até alcançar a foz do Lajeado Grande, e por este acima até sua nascente, de onde alcança a divisa internacional Brasil-Argentina, de onde segue rumo Norte até confrontar com a nascente do Córrego Argentina, ponto de partida.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 26-4-73

aa) GILBERTO CARVALHO — Presidente

BÁSILIO ZANUSO e ALVARO DIAS — Relatores

#### COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES 3a. SESSÃO LEGISLATIVA — 7a. LEGISLATURA ATA DA 3a. SESSÃO ORDINÁRIA

Aos trinta dias do mês de abril do ano de hum mil novecentos e setenta e três, às dezesseis horas e quinze minutos, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações, sob a presidência do Senhor Deputado Francisco Borsari Neto, presentes os Senhores Deputados Lázaro Dumont, Aguiinaldo Pereira Lima, Arthur de Souza e Antônio Belinati, havendo número legal o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, passando-se de imediato à Ordem do Dia: — PROJETO DE LEI N. 51-72, de autoria do Senhor Deputado Quielise Crisóstomo da Silva, que autoriza o Poder Executivo proceder o alargamento da estrada que liga o Distrito de Santa Zélia, em Astorga, à sede do Município de Guaraci, relator o Senhor Deputado Lázaro Dumont, parecer favorável, aprovado. — PROJETO DE LEI N. 149-72, de autoria do Senhor Deputado Arizone Araújo, que autoriza o Poder Executivo transferir ao Departamento de Estrada de Rodagem, para fins de conservação e melhoria, o trecho de estrada que liga Francisco Beltrão a Ampére, via Jacutinga, relator o Senhor Deputado Lázaro Dumont, parecer favorável, aprovado. Nada mais havendo a tratar, lavrei a presente Ata, que, depois de lida e aprovada, será por mim assinada, bem como pelo Senhor Presidente.

aa) FRANCISCO BORSARI NETO — Presidente

ROBERTO DINIZ SATYRO — Secretário

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

#### 7a. LEGISLATURA — 3a. SESSÃO LEGISLATIVA ATA DA 4a. REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dois dias do mês de maio, do ano de hum mil novecentos e setenta e três, na Sala de Reuniões da Divisão das Comissões, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Constituição e Justiça, sob a Presidência do Senhor Deputado Antônio Franco Ferreira da Costa Filho, e presentes os Senhores Deputados Ivo Thomazoni, Sebastião Radrigues Júnior, Nelson Buffara, Quielise Crisóstomo da Silva e Igo Losso. Havendo número legal o Senhor Presidente abriu os trabalhos sendo aprovada a Ata da reunião anterior. Nada havendo para constar da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia: 1) — PROJETO DE LEI N. 43-73, de autoria do Senhor Deputado Quielise C. da Silva. Autoriza o Poder Executivo passar ao DER, a estrada que liga as sedes dos Municípios de Itaguagé e Colorado. Relator Deputado Ivo Thomazoni. Parecer favorável. Aprovado. 2) — PROJETO DE LEI N. 49-73, de autoria do Senhor Deputado Erondy Silvério. Concede título de Cidadão Honorário do Paraná, ao médico-escritor Antônio Salomão. Relator Deputado Ivo Thomazoni. Parecer favorável. Aprovado. 3) — PROJETO DE LEI N. 281-71, de autoria do Senhor Deputado Gilberto Carvalho. Autoriza o Poder Executivo criar uma Circunscrição de Trânsito na sede do Município de Jandaia do Sul, com jurisdição que especifica. Relator Deputado Ivo Thomazoni. Requer seja relatado pelo Senhor Deputado Paulo Camargo. Deferred. 4) — PROJETO DE LEI N. 85-64, de autoria do Senhor Deputado Antônio Ferreira Ruppel. Dispõe sobre certidões do tempo de serviço, e dá outras providências. Relator Deputado Ivo Thomazoni. Parecer pelo Arquivamento. Aprovado. 5) — PROJETO DE LEI N. 98-64, de autoria do Senhor Deputado Dino Veiga. Autoriza o P.E. abrir crédito de Cr\$ 10.000,00, destinado a auxiliar a Prefeitura Municipal de Abatiá, para aquisição de uma moto-niveladora. Relator Deputado Ivo Thomazoni. Parecer pelo Arquivamento. Aprovado. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada na próxima reunião, será assinada pelo Senhor Presidente, Deputado Antônio Franco Ferreira da Costa Filho, e por mim, Rita Celestino Soares, Secretária desta Comissão.

aa) ANTONIO FRANCO FERREIRA DA COSTA FILHO — Presidente  
RITA CELESTINO SOARES — Secretária

#### COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES 3a. SESSÃO LEGISLATIVA — 7a. LEGISLATURA ATA DA 4a. SESSÃO ORDINÁRIA

Aos oito dias do mês de maio de um mil novecentos e setenta e três, às dezesseis horas, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações, sob a presidência do Senhor Deputado Francisco Borsari Neto, presentes os Senhores Deputados Lázaro Dumont, Arthur de Souza e Antônio Belinati, havendo número legal, o Se-

nhor Presidente declarou abertos os trabalhos, passando-se de imediato à ORDEM DO DIA. — PROJETO DE LEI N. 11-73 — de autoria do Senhor Deputado Francisco Escorsin, que autoriza o Poder Executivo celebrar convênio com a Prefeitura Municipal de Assaí, através do D.E.R., para construção de uma ponte com 54 metros de vão, sobre o Rio São Jerônimo, no referido Município, relator o Deputado Lázaro Dumont, parecer favorável, aprovado. — PROJETO DE LEI N. 148-72 — de autoria do Deputado Arizone Araújo, que autoriza o Poder Executivo transferir ao D.E.R., para fins de conservação e melhoria, o trecho de estrada que liga Francisco Beltrão a Iapejara do Oeste, relator Deputado Lázaro Dumont, parecer favorável, aprovado. — PROJETO DE LEI N. 207-72 — de autoria do Deputado Arizone Araújo, que autoriza o Poder Executivo transferir ao D.E.R., para fins de conservação e melhoria, a estrada que, partindo de Realeza passa pelo Município de Capitão Leonidas Marques e alcança o distrito de Santa Tereza, no Município de Cascavel, relator Deputado Lázaro Dumont, parecer favorável, aprovado. Nada mais havendo a tratar, lavrei a presente Ata, que, depois de lida e aprovada, será por mim aprovada digo assinada, assim como pelo Senhor Presidente.

aa) FRANCISCO BORSARI NETO — Presidente

ROBERTO DINIZ SATYRO — Secretário

#### COMISSÃO DE REDAÇÃO

#### 7a. LEGISLATURA — 3a. SESSÃO LEGISLATIVA

#### ATA DA 6a. REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos oito dias do mês de maio do ano de hum mil novecentos e setenta e três, na Sala das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do deputado Gilberto Carvalho havendo número legal o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, ocasião em que o deputado Iris Caldart apresentou redação final aos seguintes projetos: PROJETO DE LEI N. 162-70 — de autoria do deputado Leopoldo Jacomet que autoriza o Poder Executivo a criar uma Escola Normal de Grau Colegial, no Município de São Jerônimo da Serra. PROJETO DE LEI N. 220-70 — de autoria do deputado João Mansur, que autoriza o Poder Executivo a criar uma Escola Normal de Grau Colegial em Mariluz. PROJETO DE LEI N. 241-70 — de autoria do deputado Pinto Dias, que cria um Ginásio Estadual no Distrito de Ademar de Barros, Município de Terra Rica. PROJETO DE LEI N. 272-70 — de autoria do deputado Wilson Fortes, que cria o Ginásio Estadual de Santa Maria, Distrito de Alto Paraná. PROJETO DE LEI N. 80-71 — de autoria do deputado Antônio Franco Ferreira da Costa Filho, que autoriza o Poder Executivo a criar na sede do Município de Icaraima, uma Escola Normal de Grau Colegial, para funcionar no próximo ano letivo. PROJETO DE LEI N. 236-71 — de autoria do Poder Executivo — Mensagem n. 32-71 encaminhando anteprojeto de lei que introduz modificações na composição do Conselho Superior do Ministério Público e adota outras providências. PROJETO DE LEI N. 86-72 — de autoria do Poder Executivo — Mensagem n.º 26-72, encaminhando anteprojeto de lei que objetiva dar nova redação ao artigo 1.º, da Lei n. 6.172 de 16.11.70, dispondo sobre a criação de um curso de Ciências Biológicas, na Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da cidade de Jacarezinho, APROVADAS. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e por mim Lélío Guimarães Sotomaior. Secretário da Comissão, para que produza os efeitos legais.

aa) GILBERTO CARVALHO — Presidente

Lélío Guimarães Sotomaior — Secretário

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 162-70

#### A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1.º Fica o Poder Executivo autorizado a criar uma Escola Normal de Grau Colegial, na sede do Município de São Jerônimo da Serra, para entrar em funcionamento a partir do próximo ano letivo.

Art. 2.º As despesas decorrentes com a execução da presente Lei, correrão à conta da verba própria constante do Orçamento Geral do Estado.

Art. 3.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 8/5/73.

aa) GILBERTO CARVALHO — Presidente

IRIS CALDART

BÁSILIO ZANUSO

Relatores

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 220-70

#### A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1.º Fica o Poder Executivo autorizado a criar na sede do Município de Mariluz, uma Escola Normal de Grau Colegial.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 8/5/73.

aa) GILBERTO CARVALHO — Presidente

IRIS CALDART

BÁSILIO ZANUSO

Relatores

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 241-70

#### A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1.º Fica criado um Ginásio Estadual no Distrito de Ademar de Barros, Município de Terra Rica.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 8/5/73.

aa) GILBERTO CARVALHO — Presidente

IRIS CALDART

BÁSILIO ZANUSO

Relatores



## REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 272-70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

## DECRETA:

Art. 1.º. Fica criado o Ginásio Estadual de Santa Maria, Distrito de Alto Paraná, para entrar em funcionamento a partir do próximo ano letivo.

Art. 2.º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 8/5/73.

aa) GILBERTO CARVALHO — Presidente

IRIS CALDART

BASILIO ZANUSSO

Relatores

## REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 80-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

## DECRETA:

Art. 1.º. Fica o Poder Executivo autorizado a criar na sede do Município de Icaraima, uma Escola Normal de Grau Colegial, para funcionar no próximo ano letivo.

Art. 2.º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 8/5/73.

aa) GILBERTO CARVALHO — Presidente

IRIS CALDART

BASILIO ZANUSSO

Relatores

## REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 236-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

## DECRETA:

Art. 1.º. O Conselho Superior do Ministério Público será integrado pelo Procurador Geral da Justiça, como seu Presidente, pelo Corregedor do Ministério Público e por 3 (três) Procuradores da Justiça, anualmente eleitos pelos demais vedada a recondução.

§ — 1.º. A eleição será realizada pelo critério da maioria absoluta de votos, em reuniões dos Procuradores da Justiça, convocada e presidida pelo Procurador Geral.

§ 2.º. Se nos 3 (três) primeiros escrutínios não for possível alcançar maioria absoluta, será adotado o critério da maioria simples.

§ 3.º. Em caso de empate na votação, o Procurador Geral da Justiça proferirá voto de qualidade.

Art. 2.º. Aos Procuradores da Justiça incumbe officiar perante as câmaras do Tribunal de Justiça e do Tribunal de Alçadas, de acordo com designação do Procurador Geral, assistindo facultativamente as sessões.

Art. 3.º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 8/5/73.

aa) GILBERTO CARVALHO — Presidente

IRIS CALDART

BASILIO ZANUSSO

Relatores

## REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 36-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

## DECRETA:

Art. 1.º. O artigo 1.º, da Lei n.º 6.172, de 16 de novembro de 1970, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 1.º. Fica o Poder Executivo autorizado a criar na Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Jacareizinho, um curso de Ciências Biológicas".

Art. 2.º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 8/5/73.

aa) GILBERTO CARVALHO — Presidente

IRIS CALDART

BASILIO ZANUSSO

Relatores

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

## 7.ª LEGISLATURA — 3.ª SESSÃO LEGISLATIVA

## ATA DA 5.ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos nove dias do mês de maio, do ano de hum mil novecentos e setenta e três, na Sala de Reuniões, da Divisão das Comissões, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Constituição e Justiça, sob a Presidência do Senhor Deputado Antônio Franco Ferreira da Costa Filho, e presentes os Senhores Deputados Ivo Thomazoni, Paulo Camargo, Antônio Lopes Júnior, Ovídio Franzoni, Erondy Silvério, Nelson Buffara, Sebastião Rodrigues Júnior, Quiêse Crisóstomo da Silva e Igo Losso. Havendo número legal abriu os trabalhos, sendo lida e aprovada a Ata da reunião anterior. Nada havendo para constar da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia: 1) — PROJETO DE LEI N.º 3/73, de autoria do Senhor Deputado Borsari Netto, autoriza o Poder Executivo doar ao Serviço de Obras Sociais da cidade de Sertãozinho, o imóvel que especifica. Relator Deputado Igo Losso. Parecer favorável, com substitutivo. Aprovado. 2) — PROJETO DE LEI N.º 12/73, de autoria do Senhor Deputado Nelson Buffara. Cria na sede do Município de Toledo, uma Circunscrição de Trânsito. Relator Deputado Sebastião Rodrigues Jr. Parecer favorável com substitutivo. Voto vencido do Deputado Paulo Camargo. Aprovado. 3) — PROJETO DE LEI N.º 34/73, de autoria do Senhor Deputado Muggiati Filho. Declara de utilidade pública, o Lar São Vicente de Paulo, da cidade de Arapongas. Relator Deputado Ovídio Franzoni. Parecer favorável. Aprovado. 4) — PROJETO DE LEI N.º 35/73, de autoria do Senhor Deputado Antônio Lopes Júnior. Proíbe a aquisição de veículos da categoria Luxo, para o Serviço Público Geral do Estado, e dá outras providências. Relator Deputado Erondy Silvério. Parecer favorável. Aprovado. 5) — PROJETO DE LEI N.º 36/73, de autoria do Senhor Deputado Erondy Silvério. Concede título de Cidadão Honorário do Paraná, ao Médico Dr. Felix do Rego Almeida. Parecer favorável do Senhor Relator Deputado Antônio Lopes Júnior. Aprovado. 6) — PROJETO DE LEI N.º 41/73, de autoria do Senhor Deputado Maurício Fruet. Autoriza o Poder Executivo declarar de utilidade pública a Associação das Senhoras Rotarianas de Curitiba. Relator Deputado Sebastião Rodrigues Júnior. Parecer favorável. Aprovado. 7) — PROJETO DE LEI N.º 44/73, de autoria do Senhor Deputado Armando Queiroz. Transfere para a jurisdição do Município de Campo Mourão, os Serviços de Trânsito do Município de Janiópolis. Relator Deputado Antônio Lopes Júnior. Parecer favorável. Aprovado. 8) — PROJETO DE LEI N.º 47/73, de autoria do Senhor Deputado Santos Li-

ma. Declara de utilidade pública a Fundação Faculdade de Ciências Econômicas da cidade de Apucarana. Relator Deputado Ovídio Franzoni. Parecer favorável. Aprovado. 9) — PROJETO DE LEI N.º 48/73, de autoria do Poder Executivo. Mensagem n.º 33/73, encaminhando anteprojeto de lei que aliena imóvel de propriedade do Estado, constituído de área de terreno com antigas edificações, situada nas ruas Emiliano Fernet esquina com Desembargador Westphalen, nesta Capital. Relator Deputado Ivo Thomazoni. Requer seja o mesmo convertido em diligência junto ao Poder Executivo, a fim de anexar documentos necessários à instrução do processo. Deferido. 10) — PROJETO DE LEI N.º 50/73, de autoria do Senhor Deputado Odilon Reinhardt. Autoriza o Poder Executivo conceder pensão mensal de Cr\$ 150,00, a Maria Araújo Maia viúva de ex-Membro da Polícia Militar do Estado. Relator Deputado Paulo Camargo. Parecer favorável. Aprovado. 11) — PROJETO DE LEI N.º 52/73, de autoria do Senhor Deputado Maurício Fruet. Autoriza o Poder Executivo declarar de utilidade pública a Fundação Boutin, com sede nesta Capital. Relator Deputado Erondy Silvério. Parecer favorável. Aprovado. 12) — PROJETO DE LEI N.º 53/73, de autoria do Senhor Deputado Erondy Silvério. Assegura na aposentadoria as vantagens do artigo 172, inciso 3.º, da Lei n.º 6.174, de 16.11.70 ao Servidor Público Estadual, ex-integrante da F.E.B., como específica. Relator Deputado Ovídio Franzoni. Parecer favorável com substitutivo. Aprovado. 13) — PROJETO DE LEI N.º 54/73, de autoria do Senhor Deputado Wilson Brandão. Autoriza o Poder Executivo denominar Ginásio Estadual Deputado Ardinial Ribas, o atual Ginásio Estadual Vital Brasil, da cidade de Maringá. Relator Deputado Paulo Camargo. Parecer favorável, com substitutivo. Aprovado. 14) — PROJETO DE LEI N.º 55/73, de autoria do Senhor Deputado Wilson Brandão. Autoriza o Poder Executivo denominar Grupo Escolar Hiro Vieira, o atual Grupo Escolar Alto da Glória, da cidade de Mandaguá. Relator Deputado Sebastião Rodrigues Júnior. Parecer favorável. Aprovado. 15) — PROJETO DE LEI N.º 56/73, de autoria do Poder Executivo. Mensagem n.º 35/73, encaminhando anteprojeto de lei que objetiva alterar a redação da letra h, inciso III, do artigo 3.º, da Lei n.º 6.316, de 20.9.72. Relator Deputado Erondy Silvério. Parecer favorável. Aprovado. 16) — PROJETO DE LEI N.º 57/73, de autoria do Poder Executivo. Mensagem n.º 37/73, encaminhando anteprojeto de lei que abre crédito de Cr\$ 4.516.022,00, destinado a despesas com a Fundação Instituto de Terras e Cartografia do Estado. Relator Deputado Erondy Silvério. Parecer favorável. Aprovado. 17) — PROJETO DE LEI N.º 59/73, de autoria do Poder Executivo. Mensagem n.º 44/73, encaminhando anteprojeto de lei que dispõe sobre o Código de Vencimentos dos Integrantes da Polícia Militar do Estado. Relator Deputado Antônio Lopes Júnior. Parecer favorável. Aprovado. 18) — PROJETO DE LEI N.º 60/73, de autoria do Senhor Deputado Domicio Scaramella. Autoriza o Poder Executivo construir estrada que dê acesso a sede do Município de Bituruna até a Rodovia BR-153, que demanda de União da Vitória até Erechim no Estado do Rio Grande do Sul. Relator Deputado Paulo Camargo. Parecer favorável. Aprovado. 19) — PROJETO DE LEI N.º 161/72, de autoria do Senhor Deputado Borsari Netto. Declara de utilidade pública a Associação Tradicionalista Gralha Azul, com sede e foro nesta Capital. Relator Deputado Wilson Fortes. Parecer favorável. Aprovado. 20) — PROJETO DE LEI N.º 172/72, de autoria do Senhor Deputado Fabiano Braga Côrtes. Declara de utilidade pública a Associação de Musicoterapia do Paraná, com sede e foro nesta Capital. Relator Deputado Erondy Silvério. Parecer favorável. Aprovado. 21) — PROJETO DE LEI N.º 181/72, de autoria do Senhor Deputado Odilon Reinhardt. Autoriza o Poder Executivo criar um Ginásio Estadual nos Bairros de Alto Alegre e São Cristóvão respectivamente, sede do Município de Cascavel, e dá outras providências. Relator Deputado Paulo Camargo. Parecer contrário. Aprovado. 22) — PROJETO DE LEI N.º 204/72, de autoria do Senhor Deputado Jorge Sato. Declara de utilidade pública o 5.º Capítulo Brasileiro da Academia Americana de Pediatría, com sede nesta Capital. Relator Deputado Ovídio Franzoni. Parecer favorável. Aprovado. 23) — PROJETO DE LEI N.º 281/71, de autoria do Senhor Deputado Gilberto Carvalho. Autoriza o Poder Executivo criar uma Circunscrição de Trânsito na sede do Município de Jandaia do Sul, com jurisdição que especifica. Relator Deputado Paulo Camargo. Parecer contrário. Aprovado. 24) — PROJETO DE LEI N.º 123/70, de autoria do Senhor Deputado Alencar Furtado. Dá nova redação aos artigos 7.º, 95 e 102, da Lei n.º 5.871, de 6.11.68. Relator Deputado Sebastião Rodrigues Júnior. Parecer favorável. Aprovado. 25) — PROJETO DE LEI N.º 263/73, de autoria do Senhor Deputado Gabriel Manoel. Cria o Distrito Administrativo de Areia Branca, no Município de Curitiba. Relator Deputado Sebastião Rodrigues Júnior. Parecer contrário. Aprovado. 26) — PROJETO DE LEI N.º 263/70, de autoria do Senhor Deputado Pinto Dias. Cria no Município de Tapira, o Distrito Administrativo de Santa Felicidade, com os limites que especifica. Relator Deputado Erondy Silvério. Parecer contrário. Aprovado. 27) — PROJETO DE LEI N.º 451/68, de autoria do Senhor Deputado Antônio Lopes Júnior. Autoriza o Poder Executivo isentar do Imposto Inter-Vivos o Instituto Salesiano de Assistência Social de Curitiba, para adquirir o imóvel que especifica no valor de Cr\$ 37.000,00. Relator Deputado Sebastião Rodrigues Júnior. Parecer pelo Arquivamento. Aprovado. 28) — PROJETO DE LEI N.º 603/65, de autoria do Senhor Deputado Arthur de Souza. Dá nova redação a letra b, do artigo 1.º, da Lei n.º 4.914, de 24.8.64. Relator Deputado Paulo Camargo. Parecer pelo Arquivamento. Aprovado. 29) — PROJETO DE LEI N.º 62/64 de autoria do Senhor Deputado Luiz Alberto Dalcanalle. Concede aposentadoria provisória com vencimentos integrais, a funcionária pública estadual ou autárquica, que possuir descendente Portador de Encefalopatia Infantil, e dá outras providências. Relator Deputado Paulo Camargo. Parecer pelo Arquivamento. Aprovado. 30) — PROJETO DE LEI N.º 82/64, de autoria do Senhor Deputado Miguel Diniz. Transfere ao DER, para fins de conservação e melhoria a estrada que liga Conselho Mairink à Vila Guaf. Relator Deputado Ovídio Franzoni. Parecer pelo Arquivamento. Aprovado. 31) — PROPOSIÇÃO N.º 112/73, de autoria do Poder Executivo. Mensagem n.º 38/73, encaminhando cópia do Acordo n.º 2/73, celebrado entre o Governo do Estado e a Sudesul, objetivando realização do 1.º Curso Nacional sobre Conservação de Solos, organizado pelo Centro Interamericano de Desenvolvimento Integrado de Águas e Terras. Relator Deputado Ovídio Franzoni. Parecer favorável com o respectivo Projeto de Resolução. Aprovado. 32) — PROPOSIÇÃO N.º 114/73, de autoria do Poder Executivo. Mensagem n.º 39/73, encaminhando cópia do Acordo n.º 3/73, celebrado entre o Governo do Estado e a Sudesul, objetivando realização de um Curso Intensivo de Especialização Estatística. Relator Deputado Paulo Camargo. Parecer favorável com Projeto de Resolução. Aprovado. 33) — PROPOSIÇÃO N.º 115/73, da Fundação de Assistência aos Municípios do Estado do Paraná, encaminhando Balanço Geral e Relatório das Atividades daquele órgão, no exercício de 1972. Relator Deputado Paulo Camargo. Parecer no sentido que seja encaminhado ao órgão competente. Aprovado. 34) — PROPOSIÇÃO N.º 117/73, de autoria dos Srs. Deputados Olavo Ferreira e Iris Caldart, solicitando seja determinado pagamento de Ajuda de Custo, prevista nos §§ 1.º e 2.º, do art. 12,



da Constituição Estadual. Relator Deputado Ivo Thomazoni. Parecer contrário. Aprovado. 35) — PROPOSIÇÃO N.º 27/70, de autoria dos moradores do Distrito de Cafelândia D'Oeste. Requerem consulta plebiscitária para a Criação do Município de Cafelândia, pertencente ao Município de Cascavel. Relator Deputado Paulo Camargo. Requer seja o mesmo convertido em diligência junto ao Município de Cascavel. Deferido. 36) — PROPOSIÇÃO N.º 10/71, de autoria da Câmara Municipal de São João do Triunfo, pretendendo seja determinada a realização de plebiscito. Relator Deputado Paulo Camargo. Parecer contrário. Aprovado. 37) — Foram apresentados, votados e aprovados os relatórios apostos às PROPOSIÇÕES N.º 120-73 — 121-73 — 122-73 — 123-73 — 124-73 — 125-73 — 126-73 — 127-73 — 128-73 — 242-72 e 252-72, concluindo que os Vetos estão em condições de serem apreciados pelo Plenário. O Senhor Presidente solicita que o Deputado Nelson Buffara, Vice-Presidente da Comissão, assumia a Presidência para que possa relatar processos avocados. O Senhor Deputado Antônio Franco Ferreira da Costa relata os seguintes processos: PROPOSIÇÃO N.º 103/73, de autoria do Poder Executivo. Mensagem n.º 28/73, encaminhando cópia do convênio celebrado entre o Governo do Estado e o Município da Lapa, objetivando realização de Serviço Médico Integrado. Parecer favorável com Projeto de Resolução. Aprovado. PROPOSIÇÃO N.º 101/73, de autoria do Poder Executivo. Mensagem n.º 26/73, encaminhando cópia do convênio celebrado entre o Governo do Estado e o Município da Lapa, objetivando a instalação de um Aparelho de Abregrafia na unidade sanitária do referido Município. Parecer favorável com Projeto de Resolução. Aprovado. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada na próxima reunião, será assinada pelo Senhor Presidente, Deputado Antônio Franco Ferreira da Costa Filho, e por mim, Rita Celestino Soares Secretária desta Comissão.

aa) Dep. Antônio Franco Ferreira da Costa — Presidente  
Rita Celestino Soares — Secretária

#### COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA ATA DA 1.ª REUNIÃO ORDINÁRIA

##### 3.ª SESSÃO LEGISLATIVA — 7.ª LEGISLATURA

Aos dez dias do mês de maio do ano de hum mil novecentos e setenta e três, reuniu-se a Comissão de Saúde Pública, na Sala das Comissões, com a presença dos senhores Deputados: Arizone Mendes de Araujo, Domicio Scaramella, Ovidio Franzoni, Xenofonte Villanueva e Wilson Brandão. Havendo número legal, o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, sendo aprovada a Ata da Sessão anterior. Como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, onde foi relatado o seguinte Projeto de Resolução: PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 13/73 — Ex-Proposição n.º 210/72, de autoria do Poder Executivo — Mensagem n.º 70/72. — Aprova Convênio celebrado entre o Ministério da Saúde Governo do Estado do Paraná e o Instituto do Câncer de Londrina, objetivando estabelecer normas para o desenvolvimento da luta contra o Câncer no Estado. Relator: Deputado Xenofonte Villanueva. Parecer: Favorável. Aprovado. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente declarou encerrados os trabalhos da presente reunião, da qual para constar, eu Elza Carneiro Camargo, secretária lavrei a presente Ata, que depois de lida e aprovada, é assinada pelo Senhor Presidente e por mim Secretária, a fim de que produza os efeitos legais.

a) Dep. Arizone Mendes de Araujo — Presidente  
a) Elza Carneiro Camargo — Secretária

#### COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO ATA DA QUARTA REUNIÃO

Aos quinze dias do mês de maio do ano de hum mil novecentos e setenta e três, às dezesseis horas, na Sala de Reuniões desta Assembléia, com a presença dos Senhores Deputados Antônio Lopes Júnior, Gilberto Carvalho, Marciano Baraniuk e João Calil Fadel, Presidente, foi realizada a reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar possíveis irregularidades na Junta Comercial do Paraná. Havendo número legal o Senhor Presidente abriu os trabalhos, sendo aprovada, sem observações a Ata da Reunião anterior. A presente reunião tem por finalidade ouvir os depoimentos dos Senhores Jiomar José Turin e Diomar David Dalledone, Vogais da Junta Comercial do Paraná. O Senhor Presidente esclarece aos Senhores Vogais que esta Comissão não é dirigida contra quem quer que seja, e sim, somente, a favor do bem comum sendo assim solicita que os depoimentos sejam feitos em nome da verdade. A Comissão ouve o depoimento primeiro, e em separado, do Senhor Jiomar José Turin, e em segundo, também em separado, do Senhor Diomar David Dalledone, depoimentos esses que são assentados através de notas taquigráficas, pela Divisão de Taquigrafia desta Casa. Os depoimentos são anexados ao processo. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerra a reunião, marcando outra para amanhã, às mesmas horas, na qual serão ouvidos outros dois Vogais da Junta Comercial do Paraná. Para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após aprovada será assinada pelo Senhor Presidente, Deputado João Calil Fadel, pelos Senhores Deputados Membros desta Comissão, e por mim, Rita Celestino Soares, Secretária da Comissão.

aa) Dep. João Calil Fadel — Presidente  
Dep. Antônio Lopes Júnior  
Dep. Marciano Baraniuk  
Dep. Sebastião Rodrigues Júnior  
Dep. Gilberto Carvalho  
Rita Celestino Soares — Secretária

#### PORTARIAS:

##### PORTARIA N.º 103/73

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 2.421, de 02 de abril de 1973, deste Poder,

##### RESOLVE:

Lotar ANIBAL DE ASSUNÇÃO, ora à disposição desta Assembléia Legislativa, no Departamento Legislativo.

Gabinete da Diretoria Geral, em 10 de abril de 1973.  
a) EROS RÜPPEL ABDALA — Diretor Geral

##### PORTARIA N.º 104/73

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 2.423, de 02 de abril de 1973, deste Poder,

##### RESOLVE:

designar PAULO MUNIZ TEIXEIRA DE FREITAS, ora à disposição desta Assembléia Legislativa, para prestar serviços no Gabinete da 2.ª Secretaria. Gabinete da Diretoria Geral, em 10 de abril de 1973.  
a) EROS RÜPPEL ABDALA — Diretor Geral

##### PORTARIA N.º 105/73

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 2.639, de 05 de abril de 1973, deste Poder,

##### RESOLVE:

conceder a ZENAIDE SILVA FILPO, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, dez (10) dias de licença para tratamento de saúde, a partir de 02 de abril de 1973.

Gabinete da Diretoria Geral, em 10 de abril de 1973.

a) EROS RÜPPEL ABDALA — Diretor Geral

##### PORTARIA N.º 106/73

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 2010/73, de 21 de março de 1973, deste Poder,

##### RESOLVE:

designar MAURICIO GONÇALVES, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para prestar serviços no Gabinete da Presidência, a partir de 1.º de abril do corrente ano.

Gabinete da Diretoria Geral, em 11 de abril de 1973.

a) EROS RÜPPEL ABDALA — Diretor Geral

##### PORTARIA N.º 107/73

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

##### RESOLVE:

revogar a Portaria n.º 23/73 de 24 de janeiro de 1973, a partir de 1.º de abril do corrente ano, que designou AYRTON PRECOMA, para prestar serviços como motorista, no Gabinete da 2.ª Secretaria.

Gabinete da Diretoria Geral, em 12 de abril de 1973.

a) EROS RÜPPEL ABDALA — Diretor Geral

##### PORTARIA N.º 108/73

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 2.514, de 04 de abril de 1973, deste Poder

##### RESOLVE:

lotar no Gabinete da 2.ª Vice-Presidência, para prestar serviços como Motorista, o Senhor ALBARY PEDROSO ora à disposição deste Poder.

Gabinete da Diretoria Geral, em 11 de abril de 1973.

a) EROS RÜPPEL ABDALA — Diretor Geral

##### PORTARIA N.º 109/73

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 2552/73, de 04 de abril de 1973, deste Poder,

##### RESOLVE:

I — revogar a Portaria n.º 262/71, de 02 de abril de 1971, na parte que se refere ao funcionário GILBERTO DAIROS, a partir de 1.º de março de 1973;

II — designar o funcionário acima citado para prestar serviços no Gabinete da 2.ª Secretaria, a partir de 1.º de março de 1973.

Gabinete da Diretoria Geral, em 12 de abril de 1973.

a) EROS RÜPPEL ABDALA — Diretor Geral

##### PORTARIA N.º 110/73

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 2.381, de 02 de abril de 1973, deste Poder,

##### RESOLVE:

designar MARIA DA CONCEIÇÃO RODRIGUES, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para prestar serviços no Gabinete do M.D.B., junto ao Gabinete do Deputado Sebastião Rodrigues Junior.

Gabinete da Diretoria Geral, em 12 de abril de 1973.

a) EROS RÜPPEL ABDALA — Diretor Geral

##### PORTARIA N.º 111/73

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 2.375, de 02 de abril de 1973, deste Poder,

##### RESOLVE:

I — revogar a Portaria n.º 257/71, de 16 de abril de 1971, que designou o funcionário AMAURY SCHIMMELPFENG RAMOS do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para prestar serviços no Gabinete da 2.ª Vice-Presidência; e,

II — designar o funcionário acima citado, para prestar serviços no Gabinete da Liderança da "ARENA", junto ao Gabinete do Deputado João Calil Fadel. Gabinete da Diretoria Geral, em 12 de abril de 1973.

a) EROS RÜPPEL ABDALA — Diretor Geral

##### PORTARIA N.º 112/73

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 2.797, de 09 de abril de 1973, deste Poder,

##### RESOLVE:

conceder a MARCOS GARCIA COSTA, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias referentes ao exercício de 1972, a partir de 14 de abril de 1973.

Gabinete da Diretoria Geral, em 12 de abril de 1973.

a) EROS RÜPPEL ABDALA — Diretor Geral

##### PORTARIA N.º 113/73

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo

##### RESOLVE:

designar ALMIR DE OLIVEIRA DOS SANTOS, para prestar serviços no Gabinete da Liderança da "ARENA", junto ao Gabinete do Deputado Rosário Pitelli.

Gabinete da Diretoria Geral, em 16 de abril de 1973.

a) EROS RÜPPEL ABDALA — Diretor Geral



**PORTARIA N.º 114/73**

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 2.915, de 11 de abril de 1973, deste Poder,

**R E S O L V E :**

conceder a WANDA FLISIKOWSKI, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, quinze (15) dias de licença para tratamento de saúde, a partir de 12 de abril de 1973.

Gabinete da Diretoria Geral, em 17 de abril de 1973.

a) EROS RÜPPEL ABDALA — Diretor Geral

**PORTARIA N.º 115/73**

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 2.382, de 02 de abril de 1973, deste Poder,

**R E S O L V E :**

lotar CLEMETILDE DELFINA BORTOLON, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, no Departamento de Divulgação Legislativa e Relações Públicas.

Gabinete da Diretoria Geral, em 17 de abril de 1973.

a) EROS RÜPPEL ABDALA — Diretor Geral

**PORTARIA N.º 116/73**

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 2.420, de 02 de abril de 1973, deste Poder,

**R E S O L V E :**

lotar a funcionária TERESINHA CASAGRANDE, ora à disposição deste Poder, no Gabinete de Assistência Técnica.

Gabinete da Diretoria Geral, em 17 de abril de 1973.

a) EROS RÜPPEL ABDALA — Diretor Geral

**PORTARIA N.º 117/73**

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 2.419, de 02 de abril de 1973, deste Poder,

**R E S O L V E :**

lotar o funcionário RUBERVAL FIGUEIREDO DA SILVA, ora à disposição deste Poder, no Departamento Administrativo.

Gabinete da Diretoria Geral, em 17 de abril de 1973.

a) EROS RÜPPEL ABDALA — Diretor Geral

**PORTARIA N.º 118/73**

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 2.818, de 10 de abril de 1973, deste Poder,

**R E S O L V E :**

revogar a Portaria s.º 244/68 de 04 de junho de 1968, que concedeu a GABRIEL LUIZ FRANCESCHI, trinta (30) dias de férias, referentes ao ano de 1967.

Gabinete da Diretoria Geral, em 23 de abril de 1973.

a) EROS RÜPPEL ABDALA — Diretor Geral

**PORTARIA N.º 123/73**

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 3.395, de 25 de abril de 1973, deste Poder,

**R E S O L V E :**

lotar os funcionários ALBERTO MIGUEL, ALBARY PEDROSO e WALDO-MIRO DE CAMARGO, todos à disposição desta Assembléia Legislativa no Gabinete da Presidência, 2.ª Vice-Presidência e Liderança do Governo, respectivamente.

Gabinete da Diretoria Geral, em 27 de abril de 1973.

a) EROS RÜPPEL ABDALA — Diretor Geral

**PORTARIA N.º 124/73**

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 3.396, de 25 de abril de 1973, deste Poder,

**R E S O L V E :**

lotar OTAVIO GUERREIRO CASTELAN, ora à disposição desta Assembléia Legislativa, no Gabinete da 1.ª Secretaria.

Gabinete da Diretoria Geral, em 27 de abril de 1973.

a) EROS RÜPPEL ABDALA — Diretor Geral